




Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins

TRT
FLS. 0364
10ª. REGIÃO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DA 19ª VARA DO TR
BRASÍLIA - DF

Promovo a juntada e feço os autos
conclusos nos termos do art. 182,
parágrafo 4º do CPC.
Brasília, 11/07/2012 2ª feira


Lucas David Fávoro de Carvalho
Assistente de Juiz

Processo nº 0001462-14.2012.5.10.0019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe, ajuizada em desfavor de Lotaxi Transportes Urbanos Ltda., neste ato representado pelo Procurador do Trabalho *infra* assinado vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 294 do Código de Processo Civil, ADITAR a Petição Inicial para requerer a citação do DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL) para integrar a lide na qualidade de Réu, haja vista ser o poder concedente do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros.

Caso assim não entenda Vossa Excelência, requer-se, sucessivamente, a notificação do Distrito Federal (Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal), na qualidade de litisconsórcio passivo necessário, pela natureza da relação jurídica, pois o d. Juízo deverá decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, haja vista o pedido de condenação solidária da Administração Pública quanto às obrigações a serem impostas à empresa-Ré.

Aludido pleito está lastreado nos artigos 46, incisos I a IV e 47 processuais, haja vista a conexão entre as pretensões seja pelo objeto da ação, seja pela causa de pedir ou, ainda, pela afinidade de questões por meio do ponto comum de fato ou de direito. Ainda, registre-se que entre as partes existe comunhão de obrigações relativamente à lide derivadas do mesmo fundamento de fato.

Desta forma, requer-se a citação do **DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL)**, o qual poderá ser notificado no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, Sala 1501, Brasília/DF, CEP: 70.075-900, em razão dos graves prejuízos irreversíveis à saúde e segurança dos trabalhadores do Sistema de Transporte Público de Passageiros do Distrito Federal - STPC/DF, em especial dos cerca de 15.000 (quinze mil) motoristas e cobradores de ônibus que laboram no transporte coletivo distrital.

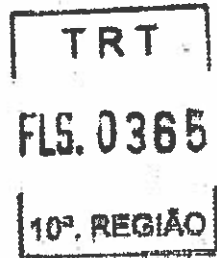
Esta medida é de inteira prudência, haja vista o fato de o Distrito Federal conceder a prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, possuindo, pois, responsabilidade primária e solidária quanto à prestação dos referidos serviços essenciais pelas



357
V



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins



empresas concessionárias, reiterando, desde logo, quanto ao Distrito Federal, toda a argumentação expendida na Petição Inicial, inclusive quanto à condenação em dano moral, está no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) devido à sua culpa *in eligendo* e ao desconhecimento e descaso que demonstra quanto à péssima realidade da prestação dos aludidos serviços e ao adoecimento em massa de cerca da metade dos motoristas e cobradores do transporte público distrital.

I) DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS

A concessão de serviço público é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, assegurando-lhe a remuneração mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço. Só existe concessão de serviço público quando se trata de **serviço de titularidade do Estado**. Assim, o poder concedente não se afasta da relação, apenas transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular e responsável pelo mesmo, *“o que lhe permite dele dispor de acordo com o interesse público; essa titularidade é que permite alterar as cláusulas regulamentares ou rescindir o contrato por motivo de interesse público”*¹.

Não é por outro motivo, então, que referidos contratos possuem inequívoca natureza pública e, em razão do regime que adotam, são alcançados por todas as prerrogativas e sujeições próprias do poder público.

Para Di Pietro, a concessão de serviços está inserida em um conceito amplo de privatização. Isto se justifica porque ela é um dos instrumentos de que o Poder Público pode utilizar-se para reduzir o tamanho do Estado pela transferência de atribuições e atividades para o setor privado. Ainda que a concessão se faça por contrato administrativo, regido pelo direito público, e ainda que o Poder Público conserve a plena disponibilidade sobre o serviço, exerça a fiscalização e cobre tarifa, a execução do serviço estará entregue a uma empresa privada (ou a um consórcio de empresas), que atuará pelos moldes das empresas privadas, livre de procedimentos como concursos públicos, licitação, controle pelo Tribunal de Contas e outros formalismos que dificultam hoje a atuação da Administração Pública Direta e Indireta².

Assim, a concessionária é obrigada a prestar o serviço cujo exercício lhe foi atribuído, mas o poder concedente continua com o dever constitucional de prestá-lo, embora a opção de fazê-lo indiretamente sob regime de concessão ou permissão, conforme autorizado pelo artigo 175 constitucional. O inadimplemento pela concessionária gera sua responsabilidade perante terceiros (trabalhadores e usuários), mas também responsável é, solidariamente, o poder concedente.

1 - DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. *Direito Administrativo*, 21ª edição, pp. 278/279, 2002.

2 - DI PIETRO. Ob. cit.





Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins

TRT

FLS. 0366

10ª. REGIÃO

A temática da responsabilidade civil das concessionárias de serviços públicos e da própria Administração Pública é bastante rica, pois envolve o estudo da responsabilidade civil do Estado, da responsabilidade civil presente na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 8.987/95, noções de privatização e reflexões sobre responsabilidade solidária e subsidiária do Poder Público nas atividades delegadas.

1.1) DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PODER CONCEDENTE (DISTRITO FEDERAL)

Nesse diapasão, a responsabilidade do concessionário é sempre objetiva, nos termos do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal. No entanto, o poder concedente remanesce, respondendo solidariamente à Administração Pública em relação aos prejuízos decorrentes da má execução do serviço público.

Assim, a jurisprudência pátria dominante é consente em reconhecer a responsabilidade objetiva do Estado, fundada na Teoria do Risco Administrativo, que impõe a obrigação de indenizar sem cogitar sobre a identificação do causador do dano, porque a indagação de culpa ou dolo do agente da autoridade é justificável apenas em se tratando de ação de regresso contra o responsável. Assim, a responsabilidade de o Estado reparar o dano que tenha causado, por si, diretamente, ou por seus agentes, é objetiva, sendo esta a leitura que se faz do artigo 15 do Estatuto Civil de 1916, da Constituição de 1967 e, também, da vigente Carta Federal, que assim dispõe em seu artigo 37, § 6º.

Por consequência, no caso concreto, comprovada nos autos a existência do nexo de causalidade entre a atuação do Estado e o prejuízo experimentado por todos os trabalhadores e ex-trabalhadores do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal, em especial os motoristas e cobradores, impõe-se reconhecer sua grave responsabilidade pela reparação do prejuízo que inflige aos trabalhadores. Daí o valor do dano moral coletivo deve servir de exemplo para que o Distrito Federal não incentive as más práticas trabalhistas pelas empresas concessionárias nem o adoecimento em massa dos aludidos trabalhadores, que por mais de 20 (vinte) anos vêm tendo perdas significantes em suas saúdes e qualidade de vida.

De acordo com o brilhante entendimento do Ministro Joaquim Barbosa, nos autos do Recurso Extraordinário nº 262251-SP³, o ponto crucial da questão se resume ao seguinte: quando o Estado, mediante contrato administrativo, transfere ao particular uma parcela das suas múltiplas atividades, não ocorre uma transformação substancial na natureza dessas atividades, a ponto de extirpar do serviço prestado pelo particular as características que lhe são próprias, quais sejam, as de um típico serviço público, do qual a coletividade como um todo se beneficia.

Inicialmente porque o serviço público, quando delegado ao particular, não

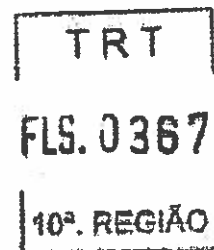
3 - BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 262651-SP, Relator: Min. Carlos Velloso. Brasília. Diário da Justiça da União de 06/mai/2005.

359

A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins



deixa de ser público, continuando a Administração a deter sua titularidade. Na concessão, o particular concessionário apenas faz as vezes do Estado, isto é, *il agit pour le compte de l'État*.

A Constituição Brasileira optou por um sistema de responsabilidade objetiva baseado na Teoria do Risco, mais favorável às vítimas, no qual a simples demonstração do nexo causal entre a conduta agressiva do agente público e o dano sofrido pelo administrado (trabalhadores e usuários do sistema de transporte público urbano) é suficiente para desencadear a obrigação do Estado de indenizar o particular que sofre o dano, devendo a sociedade como um todo compartilhar os prejuízos decorrentes dos riscos inerentes à atividade administrativa, em face do Princípio da Isonomia de todos perante os encargos públicos.

Assim é que, sem desconhecer a complexidade da matéria, há de se considerar solidária a responsabilidade dos entes públicos e privados, na hipótese do citado artigo 37, §6º constitucional, não prevalecendo a regra geral do artigo 896 do Código Civil.

Neste tocante, parece, ao revés, haver previsão legislativa expressa aplicável à espécie. O Código de Defesa do Consumidor admite, como fornecedor, *"toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira"* (artigo 3º da Lei nº 8.078/90). A prestação de serviços públicos constitui, portanto, espécie da relação de consumo, sendo a vítima dos danos provocados pela Administração Pública o **"consumidor final ou equiparado"** (artigo 17 da Lei nº 8.078/90), o que atrai para tais hipóteses a disciplina dos acidentes de consumo, de modo a gerar a solidariedade dos diversos entes públicos e privados que se apresentem como fornecedores dos respectivos serviços, prestados (direta ou indiretamente) pela atividade estatal.

Yussef Said Cahali, por sua vez, atribui responsabilidade solidária ao Estado fundamentando-se na presunção absoluta de culpa, por falha na escolha da concessionária ou por desídia na devida fiscalização e, no tocante aos danos oriundos de comportamentos alheios ao contrato de cessão de serviço público, estar-se-ia diante de responsabilidade subsidiária, em face da omissão culposa na fiscalização da atividade⁴.

A jurisprudência já se posicionou no mesmo sentido:

REsp 28222 / SP
RECURSO ESPECIAL 1992/0026117-5
Relatora: Ministra Eliana Calmon
Relatora p/ Acórdão: Ministra Nancy Andrighi
Órgão Julgador: Segunda Turma
Data do Julgamento: 15/02/2000
Data da Publicação/Fonte: DJ 15/10/2001 p. 253



"Ementa

DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. ARTIGOS 23, INCISO VI E 225, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.

4 - CAHALI, Yussef Said. *Responsabilidade Civil do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins

TRT

FLS. 0368

10ª. REGIÃO

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO MUNICÍPIO. SOLIDARIEDADE DO PODER CONCEDENTE. DANO DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO ENTRE A RECORRENTE E A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP (DELEGATÁRIA DO SERVIÇO MUNICIPAL). AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO POR ATO DE CONCESSIONÁRIO DO QUAL É FIADOR DA REGULARIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO. OMISSÃO NO DEVER DE FISCALIZAÇÃO DA BOA EXECUÇÃO DO CONTRATO PERANTE O POVO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA RECONHECER A LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO.

I - O Município de Itapetininga é responsável, solidariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou "convênio" para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada no Ribeirão Carrito, ou Ribeirão Taboãozinho.

II - Nas ações coletivas de proteção a direitos metaindividuais, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a responsabilidade do poder concedente não é subsidiária, na forma da novel lei das concessões (Lei n.º 8.987 de 13.02.95), mas objetiva e, portanto, solidária com o concessionário de serviço público, contra quem possui direito de regresso, com espeque no art. 14, § 1º da Lei n.º 6.938/81. Não se discute, portanto, a liceidade das atividades exercidas pelo concessionário, ou a legalidade do contrato administrativo que concedeu a exploração de serviço público; o que importa é a potencialidade do dano ambiental e sua pronta reparação." (g.n.)

Processo: 2011.016253-1 (Acórdão) Relator: Luiz César Medeiros

Origem: São João Batista

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Data: 13/06/2011

Juiza Prolator: Maria Augusta Tridapalli

Classe: Apelação Cível

"Ementa:

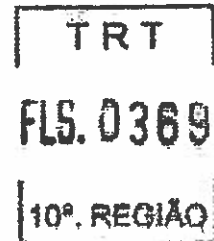
RESPONSABILIDADE CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - QUEDA DE MOTOCICLETA - BURACO EM VIA PÚBLICA - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - FALTA DE MANUTENÇÃO ADEQUADA DA MALHA VIÁRIA E DE SINALIZAÇÃO DO PERIGO - OMISSÃO ESPECÍFICA DO PODER CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA

1 "Compete ao Município 'organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial' (CR, art. 30, inciso V). O Município e a concessionária do

A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins



serviço público de abastecimento de água e de coleta de esgoto são solidariamente responsáveis pela reparação dos danos resultantes da falta de sinalização indicativa de obstáculo no leito da via pública (CR, 37, § 6º). Por isso é despidendo perquirir se a obra estava sendo executada pelo poder concedente (Município) ou pela concessionária (CASAN)" (AC 2010.011758-8, Des. Newton Trisotto).
2 A pessoa jurídica de direito público responde objetivamente pelos danos decorrentes de evento lesivo originado por omissão específica sua, ou seja, por omissão a um dever legal de agir concreta e individualizadamente de modo a impedir o resultado danoso.
3 A existência de buraco em via municipal, desprovido de sinalização adequada, configura omissão específica do ente público, em razão da inobservância de sua obrigação de agir para a conservação do local e a segurança dos munícipes." (g.n.)

I.2) DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS

Interessa, mais de perto, para a análise do tema, o detalhamento da natureza das concessões administrativas e sua distinção perante outras formas de contrato entre Administração e particulares. Na definição de Hely Lopes Meireles, as concessões administrativas se enquadram entre os atos negociais do Poder Público que são praticados contendo uma declaração de vontade da Administração coincidente com a pretensão do particular, visando à concretização de negócios jurídicos públicos ou à atribuição de certas vantagens ao interessado⁵.

Alexandre de Moraes assevera que *"a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando prestadoras de serviços públicos, baseia-se no risco administrativo, sendo desta forma objetiva"*. Para o autor, os requisitos para se configurar a responsabilidade objetiva são *"a ocorrência do dano; a ação ou omissão administrativa; a existência de nexo causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa; e a ausência de causa excludente da responsabilização estatal"*⁶.

Assim, é assente na doutrina que a responsabilidade das concessionárias de serviço público frente a danos ocasionados a terceiros é objetiva e decorre do mesmo comando constitucional aplicável ao Estado (artigo 37, §6º da Constituição Federal⁷). Como se pode observar, a lógica da responsabilidade objetiva do Estado perpassa as pessoas jurídicas de direito público e atinge as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço, em nome daquele.

De acordo com o já manifestado entendimento do Ministro Joaquim Barbosa, nos autos do Recurso Extraordinário nº 262251-SP⁸, a primeira e incontornável reflexão que se

5 - MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 27ª ed., São Paulo: Malheiros, 2006.

6 - MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, São Paulo: Atlas, 2002.

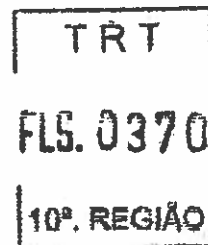
7 - Art. 37, §6º *"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."*

8 - BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 262651-SP, Relator: Min. Carlos Velloso. Brasília. Diário da Justiça da União de 06/mai/2005.

362
V
A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins



impõe quando postulada uma reparação por danos causados por concessionários de serviço público é que, nas mesmas circunstâncias em que produzido o dano, caso estivesse envolvida a própria Administração Pública, a vítima estaria legitimada a receber, imperativamente, indenização. Isto ocorre porque é a natureza da atividade causadora do dano, ou seja, o fato de que ela é exercida em prol da coletividade, que conduz à obrigação de indenizar o particular.

Ainda, o artigo 25º da Lei nº 8.987/95 estabelece a responsabilidade do concessionário de serviço público pelos danos ocasionados em decorrência da execução do serviço concedido ao Poder Público, aos usuários ou a terceiros.

Corroborando com o supra alegado, e valendo-se das disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, é de se lembrar que, seja relativamente a terceiros ou à própria Administração Pública, a empresa concessionária responderá pelos danos na modalidade objetiva, ou seja, sem perquirição da existência de culpa ou falta do serviço. Esse não é outro que o conceito de "consumidor por equiparação" encontrado no artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor: *"Para os efeitos dessa seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento."*

Ademais, pelo próprio conceito de concessão de serviço público, tem-se que o fornecimento se dá por conta e risco da concessionária, o que reforça a ideia de que juntamente com o bônus do contrato de concessão vem o ônus de arcar com as responsabilidades, nos mesmos moldes da responsabilidade estatal.

No caso dos autos, respondem pelos danos ocasionados à saúde dos motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal, agravos estes derivados das más condições laborais a que submetidos (em especial quanto ao enquadramento em Perda Auditiva Induzida por Ruído – PAIR), tanto as empresas concessionárias, na condição de empregadoras, como o próprio Poder concedente, haja vista a responsabilidade objetiva fixada em favor dos obreiros hipossuficientes ("consumidores por equiparação").

II) DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO – PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Recentemente, o c. Tribunal Superior do Trabalho iniciou, como parte das comemorações dos 70 (setenta) anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, o Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

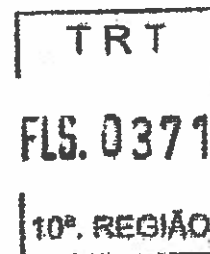
Da mesma forma que o Ministério Público do Trabalho, a Justiça Laboral preocupou-se com o elevado número de acidentes ocupacionais que produzem sofrimentos diversos ao trabalhador, à sua família, ao empresariado, ao governo e aos órgãos judicantes, cada vez mais abarrotados de processos com pedidos de reparação.

9 - Art. 25. *"Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade."*

A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins



O principal objetivo deste Programa é diminuir o número de acidentes de trabalho presenciado no Brasil nos últimos anos.

Destarte, o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do e. Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O Programa volta-se a promover a articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais e aproximar-se dos atores da sociedade civil, como empregados, empregadores, sindicatos, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs, instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

O plano de ação deste importante Programa Nacional compreende as seguintes atividades:

- a) criação de comitê interinstitucional, com representantes indicados pelas instituições parceiras, tendo como objetivo propor, planejar e acompanhar os programas e ações pactuados;
- b) implementação de políticas públicas permanentes em defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde no trabalho, fortalecendo o diálogo social;
- c) promoção de estudos e pesquisas sobre causas e consequências dos acidentes laboriais no Brasil, a fim de auxiliar na prevenção e na redução dos custos sociais, previdenciários, trabalhistas e econômicos decorrentes;
- d) fomento de ações educativas e pedagógicas a fim de sensibilizar a sociedade civil e as instituições públicas e privadas sobre a necessidade de combate aos riscos no trabalho e de efetividade das normas e das convenções internacionais ratificadas pelo Brasil sobre segurança, saúde dos trabalhadores e meio ambiente de trabalho;
- e) criação de banco de dados comum com as instituições parceiras, com informações necessárias ao alcance do objeto do Programa.

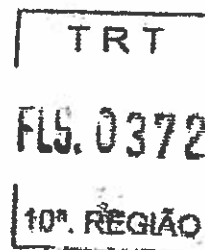
A atuação do e. Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no Programa Trabalho Seguro pauta-se em plano de ação voltado para realização de medidas e ações que contribuam para a redução do número de acidentes de trabalho e desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes no ambiente laboral.

São utilizadas medidas gerais, ou seja, que possam contribuir para a redução de acidentes de trabalho como um todo, como, por exemplo, as Recomendações Conjuntas da Presidência do TST e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para, de

A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins



um lado, recomendar aos Tribunais Regionais do Trabalho e aos Juízes do Trabalho que confirmem prioridade à tramitação e julgamento de Reclamações Trabalhistas que envolvam acidentes de trabalho e, de outro, que encaminhem à Procuradoria-Geral Federal cópias das decisões proferidas que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho.

Atua também por medidas mais direcionadas, capazes de contribuir para redução de acidentes de trabalho em segmentos econômicos específicos, a depender da escolha do setor econômico pelos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho.

Para o desenvolvimento das atividades do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, a Resolução nº 96/2012 do CSJT estabeleceu que a Gestão do Programa contará com a participação de magistrados Gestores Nacionais e Regionais responsáveis pela articulação, elaboração e realização das atividades estabelecidas.

No âmbito local referente ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região foi instaurado o Grupo Interinstitucional do Programa TRT 10 de Trabalho Seguro – GETRIN 10, com o fito maior de promover, nos diversos setores econômicos, a conscientização da prevenção de infortúnios ocupacionais por parte das empresas.

Espera-se, com tais medidas, que a Justiça do Trabalho possa contribuir diretamente para a redução de acidentes laborais e desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes e valorização da saúde e da vida dos trabalhadores.

E A MAIOR CONTRIBUIÇÃO QUE O PODER JUDICIÁRIO TRABALHISTA PODE OFERECER PARA PREVENIR E ELIMINAR, DE VEZ, O ADOECIMENTO EM MASSA DOS TRABALHADORES NO PAÍS É POR MEIO DE DECISÕES JUDICIAIS ATENTAS QUANTO À ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS E FUNDAMENTOS QUE LEVAM OS TRABALHADORES, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO LABORAL, A RECORRER À ESSA JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

III) DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer o Ministério Público do Trabalho:

a) a citação do DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL), na condição de Réu ou de litisconsorte passivo necessário, o qual poderá ser notificado no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, Sala 1501, Brasília/DF, CEP: 70.075-900, seja como Réu ou Litisconsorte Passivo Necessário, para, querendo, contestar a presente ação civil pública, haja vista a conexidade entre pretensões, seja pelo objeto da ação, seja pela causa de pedir ou, ainda, pela afinidade de questões por meio do ponto comum de fato ou de direito;

365
A



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins

TRT

FLS. 0373

10ª. REGIÃO

b) a condenação solidária do Distrito Federal em todas as obrigações de fazer impostas à empresa-Ré, conforme descrito na Petição Inicial, com a concessão *in totum* não só da liminar vindicada na exordial, como também, em definitivo, dos pedidos pleiteados, tornando definitiva a liminar concedida para confirmar todos os pedidos alinhavados supra, com seus consectários decorrentes;

c) a condenação do Distrito Federal, em dano moral coletivo, no importe de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de reparação pelos danos morais coletivos causados aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores da primeira Ré, valor corrigido monetariamente até o efetivo recolhimento em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – ou, na hipótese de extinção e/ou substituição deste, para outro Fundo de reparação de lesões a interesses difusos e coletivos que vier a substituí-lo ou, ainda, para os cofres da União. Esta condenação é devida pela culpa *in eligendo* da Administração Pública e ao descaso que demonstra quanto à péssima realidade da prestação dos aludidos serviços e ao adoecimento em massa da grande maioria dos motoristas e cobradores do transporte público distrital, principalmente em razão dos graves prejuízos irreversíveis à saúde e segurança destes trabalhadores;

d) que o sigilo relativo a ser imposto nestes autos seja limitado à consulta aos documentos constantes do Anexo, não afetando a publicidade dos demais atos processuais;

e) a designação de nova data de audiência, com a urgência reclamada pelo caso concreto, haja vista a data de abertura da licitação (em 14/09/2012, conforme consta no Edital de Licitação), sob pena de frustrar-se qualquer alcance prático das medidas a serem adotadas, levando-se em conta, ainda, que o Procurador oficiante possuirá outro compromisso profissional na data anteriormente agendada para realização da audiência;

f) a condenação do Distrito Federal no pagamento das custas e demais despesas processuais;

g) a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente o depoimento pessoal do representante do Distrito Federal (Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal), sob pena de confissão, documentos, perícia, testemunhas;

h) a alteração do valor da causa para R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 10 de setembro de 2012


ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA
Procurador do Trabalho





**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 19ª VARA DO TRABALHO
DE BRASÍLIA/DF**

Proc.: 0001462-14.2012.5.10.0019

CÓPIA



O **DISTRITO FEDERAL**, já qualificado nos autos da ação ordinária em epígrafe, por seu Procurador abaixo assinado, vem à presença de V. Ex^a., com base na legislação processual civil, reiterar as preliminares suscitadas em contestação, o que, por si, já inviabiliza o sucesso da demanda contra o Ente Federado.

No mais, o Assistente Simples deve assumir o processo no estágio em que se encontrar, sendo defeso produzir provas que poderiam haver sido acostadas anteriormente. Não há fatos novos cuja demonstração se almeje, a justificar a juntada dos documentos ora trazidos à análise.

Igualmente são imprestáveis, porquanto referem-se ao isolado caso de um sindicalizado. A prova técnica apta a ensejar eventual condenação da parte Ré, deveria avaliar *todos os veículos de todas as empresas*, ou, ao menos, expressiva fatia deles.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



Assim, requer o Ente Federado o desentranhamento da documentação acostada, porquanto tal providência se fez extemporaneamente, ou, se assim não entender o MM. Juízo, que se julgue improcedente a demanda pelas razões já listadas em contestação, em nada infirmadas pela documentação produzida.

Termos em que,
Pede deferimento.
Brasília, 16 de fevereiro de 2013.

ROGÉRIO ANDRADE CAVALCANTI ARAUJO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 13.417



SENTENÇA

1. RELATÓRIO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ajuizou a presente ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, em face de LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA E DISTRITO FEDERAL E DISTRITO FEDERAL, bem como com a assistência simples do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE PESSAGEIROS URBANOS INTERESTADUAIS, ESPECIAIS, ESCOLARES, TURISMO E DE TRANSPORTE DE CARGA DO DISTRITO FEDERAL, sob a alegação, em síntese, que a ação visa resguardar a preservação do meio ambiente do trabalho.

Alega que foram instaurados inquéritos públicos em face da companhias de transporte público urbano do grupo econômico da ré.

Aduz que as empresas investigadas a todo momento ilidir a análise dos documentos com envio de documentos repetitivos.

Alega que ao negar firmar o TAC nos termos declarados assumiu dolosamente o risco da perda auditiva de parte dos motoristas.

Com a investigação, IPC n 184/2004, concluiu-se que 1) que os programas ocupacionais PPRA e PCMSO de 2004 não apresentavam informações compatíveis, isto é, para determinado setor no PPRA constava determinado risco não contemplado pelo PCMSO.

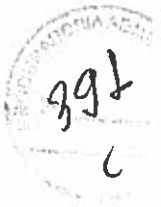
Com relação ao PPRA, não contemplava a parte de avaliação ambiental, ou seja não constava a etapa de medições dos agentes de risco, bem como nas medições dos agentes de risco, bem como nas medições de nível de pressão sonora não estavam especificados a metodologia dos equipamentos utilizados.

Quanto ao PCMSO faltava o relatório anual determinado no item 7.4.6 da NR 7. Elenca ainda várias irregularidades descritas entre os quais a falta de cientificação quanto a realização da análise dosimétrica realizada pela empresa.

Conforme verificado a ré possuía em 2004, 59 motoristas, 38 motoristas zebrinhas e 60 cobradores, apenas 20 audiometrias de motoristas foram apresentados.

Assim, em síntese elenca às fls.06/09 outras irregularidades;

No caso da ré o memorando da ASST demonstrou que as maiores causas de afastamento são as lesões osteomusculares e alterações



mentais e neurológicas.

Demonstra vários empregados da ré que tiveram problemas auditivos após a admissão.

Resume assim as várias irregularidades constatadas inclusive nas licitações pelo Distrito Federal que admite a prejudicialidade dos riscos do excesso de ruído decorrentes da posição dianteira dos motores nos ônibus, inclusive recomendando a aquisição de veículos 100% com motor traseiro.

Vindicou o pedido de medida liminar *initio litis*, determinando que a ré elabore e implemente o programa de prevenção de riscos ambientais conforme item a) fls. 77; b) elabore e implemente o programa de controle médico ocupacional observando as diretrizes da NR 07 conforme itens b.1 e b.2; elabore e implemente o programa de conservação auditiva, PCA, conforme item c e c.1 (fls. 78); realize imediatamente a monitorização audiométrica de todos os trabalhadores expostos a risco físico de ruído, avaliando a série histórica dos audiogramas (admissionais, periódicos, de troca de função e demissionais conforme itens a) e b); Emita comunicação de acidente de trabalho- CAT para todos os empregados expostos a fontes geradoras de ruído e que apresentem padrão audiométrico sugestivo de perda auditiva induzida pelo ruído, sob pena de R\$ 1.000,00 por empregado em situação irregular; que implante imediatamente constatada a partir do 30º dia de concessão da decisão liminar; realize nos atuais veículos das frotas de ônibus a análise dosimétrica para avaliação do grau de exposição ao ruído a que submetidos seus motoristas e cobradores durante a jornada laboral dentro dos ônibus atuais como motores, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00, bem como demais procedimentos de itens h) i) j) l).

Vindica em definitivo os pedidos de itens a) a g) da exordial.

Foi atribuído a causa o importe de R\$ 2.000.000,00.

O MPT emendou a inicial conforme petição dos autos.

O MPT entrou com nova petição aditando novamente a exordial para inclusão do DF na lide pretende portanto a condenação solidária do DF, bem como condenação em dano moral coletivo.

A primeira ré apresentou defesa onde arguiu as preliminares de conexão, de ilegitimidade ativa, da inépcia, da impossibilidade jurídica do pedido e no mérito pugnou pela total improcedência da reclamatória. Juntou documentos.

A segunda reclamada apresentou defesa às fls. 652/686 do volume IV dos autos onde arguiu a preliminar de conexão ao processo distribuído a 15ª Vara do trabalho sob o numero 001566-18.2012.5.10.0015, a



preliminar de ilegitimidade passiva do DF, por vários motivos elencados, no mérito pugnou pela total improcedência da reclamatória. Juntou documentos.

Foram juntados anexos contendo exames de trabalhadores a qual foram decretado segredo de justiça aos documentos conforme fls. 348 dos autos.

O autor apresentou réplica

Foi concedido o ingresso do sindicato assistente que juntou documentação com prazo para parte contrária se manifestar.

Não houve produção de prova oral.

Razões finais orais remissivas pelas partes.

Recusada as propostas de conciliação. É o relatório.

2.FUNDAMENTAÇÃO

DA INCLUSÃO DO ASSISTENTE

Observe a secretaria a inclusão do assistente **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE PESSAGEIROS URBANOS INTERESTADUAIS, ESPECIAIS, ESCOLARES, TURISMO E DE TRANSPORTE DE CARGA DO DISTRITO FEDERAL** onde couber.

DA CONEXÃO

Já houve negativa de remessa por conexão conforme decisão de fls. 394.

Não há que se falar em conexão, eis que se faz necessário a identidade de partes, ausente neste caso. Indefiro o pedido de conexão nos termos do art. 253 do CPC.

Ao contrário do que alega o DF o polo passivo é distinto da ação ajuizada perante a 15ª Vara e a do presente processo.

Rejeito.

DA ILEGITIMIDADE ATIVA DOS DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS

A ré argui a preliminar de ilegitimidade de parte ao argumento de que se tratam de direitos individuais.



A definição é própria do art. 81, III da lei 7.347/85“(..) Interesses individuais homogêneos, assim entendidos o de origem comum”

Assim, prosseguindo as lições de Ibraim Rocha:“(...) Esses direitos individuais citados no preceito normativo em tela, o qual faz reminiscência à aplicação da parte processual da defesa em juízo dos interesses metaindividuais previstas no CDC, só podem referir-se a interesses de natureza coletiva ou de interesse da sociedade, porque, se fosse de outra forma, estariam sendo tutelados interesses de natureza puramente individual por meio de ACP”

Ressalto que no caso há interesse coletivo e difuso, pois afeta a questão de toda a coletividade e de origem comum, bem como interesses coletivos considerados de grupo determinados, quais sejam os empregados da é, e assim reafirmo a legitimidade do MPT, bem como referente ao meio ambiente do trabalho e portanto difuso.

Reconheço a legitimidade do Ministério público do Trabalho para julgar os pedidos de item 1 e 2 da peça de ingresso com, fundamentando no art. 81, I da Lei nº 8.078/90 c/c arts. 1º, caput, e inciso IV e 3º, da lei nº 7.347/85 e arts. 127 e 129, II da CF/88, uma vez que cabe ao “Parquet” a defesa dos direitos difusos.

O art. 129, II assegura ao autor a prerrogativa de “zelar pelo efetivo respeito (...) aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”. O inciso III, do mesmo art. 129, da Constituição Federal, especificamente, impõe ao autor, ainda, que deverá promover ação da natureza desta, que ora aprecio, para a “proteção de outros interesses difusos e coletivos”.

Nas lições de Ibraim Rocha, obra já citada: “ Os interesses difusos são espécie do gênero interesses metaindividuais - interesses coletivos lato sensu- e ocupam o topo da escala de indivisibilidade e falta de atributividade a determinado indivíduo ou grupo, sendo a mais ampla síntese dos interesses de uma coletividade, verdadeiro almálgma de interesses em torno de um bem de vida”.

O art, 81, I da lei 8.078/90 define o interesse difuso como “ direitos ou interesses transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”.

Nesse sentido:

“DANO MORAL COLETIVO. LEGITIMIDADE ATIVA DO PARQUET. A Constituição Federal confere relevo ao Ministério Público como instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127). Por isso mesmo, detém o Parquet, a capacidade postulatória não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal

794

pública para a proteção do patrimônio público e social do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos, sendo estes relativos àqueles pertencentes a grupos, categorias ou classes de pessoas determináveis ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base"(processo nº 00506-2005-011-08-00-1, Relatora: Exma Desembargadora Vanja Costa de Medonça, TRT 8ª Região).

Dessa forma, há respaldo constitucional, tanto para a pretensão do autor, quanto para sua atuação, via ação civil pública para postular, perante esta Justiça, o pedido de reparação que formula, cuja causa jurídica acima foi exaustivamente demonstrado.

Rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa.

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DF

O DF suscita as preliminares de ilegitimidade passiva relativo a atribuição da União de fiscalização do trabalho.

Não há que se falar em ilegitimidade de parte, pois parte legítima passivamente é aquela que resiste a pretensão deduzida pelo autor.

A legitimidade de parte é uma das condições, referente à pertinência subjetiva da lide. Quanto ao polo passivo da relação jurídica processual, é parte legítima aquele que figura como parte em relação de direito material com o autor.

Nessa esteira de raciocínio, a aferição de coexistência das condições da ação deve realizar-se segundo um juízo hipotético e provisório de veracidade dos fatos narrados na inaugural (teoria da asserção), isto, é, a análise deve ser feita em abstrato à vista do afirmado na peça inaugural.

Rejeito a questão de omissão ou não e de ausência de responsabilidade é questão de mérito.

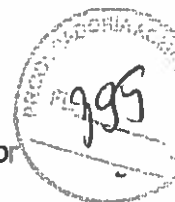
DA INÉPCIA

Os pedidos atendem o disposto no art. 840 § 1º da CLT inclusive com sua emenda e aditamento da exordial.

Dos fatos decorrem logicamente os pedidos.

Rejeito a preliminar de inépcia.

DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO



Considera-se o pedido como juridicamente impossível somente quando for vedado o seu exame pelo ordenamento jurídico vigente.

Por outro lado, não é conveniente o desenvolvimento oneroso de uma causa quando, desde logo, vislumbrar-se inviável, em termos absolutos, o atendimento da pretensão, porque a ordem jurídica não prevê providência igual à requerida ou porque expressamente proíbe a manifestação judicial sobre a questão.

Isto posto, e sem qualquer vedação no ordenamento jurídico, no que se refere as obrigações de fazer rejeito a preliminar, uma vez que a permissão ou proibição das obrigações serão questões a ser enfrentados no mérito.

Nessa esteira de raciocínio, a aferição de coexistência das condições da ação deve realizar-se segundo um juízo hipotético e provisório de veracidade dos fatos narrados na inaugural (teoria da asserção), isto, é, a análise deve ser feita em abstrato à vista do afirmado na peça inaugural.

DO MÉRITO

DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. DO PREJUÍZO A SAÚDE DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO CAUSADA PELAS CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS DA RÉ. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER. DA CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA

Pretende o MPT a condenação das rés nas obrigações de fazer e não fazer, sob a alegação, em síntese, que a ação visa resguardar a preservação do meio ambiente do trabalho.

Alega que foram instaurados inquéritos públicos em face da companhias de transporte público urbano do grupo econômico da ré.

Aduz que as empresas investigadas a todo momento ilidir a análise dos documentos com envio de documentos repetitivos.

Alega que ao negar firmar o TAC nos termos declarados assumiu dolosamente o risco da perda auditiva de parte dos motoristas.

Com a investigação concluiu-se que 1) A Ré não implementou o Programa de conservação auditiva para os trabalhadores expostos ao ruído; 2) Não incluiu os exames alterados no relatório anual do PCMSO; 3) Não comprovou as medidas sugeridas no PCMSO, ou seja a ré não adotou medidas no sentido de reverter ou impedir a perda auditiva de seus empregados por não pretender despendar custos com a prevenção de agravo à saúde de seus trabalhadores.

Alega que do inquérito civil público foi verificado a gravidade das irregularidades por meio da análise dos exames audiométricos, seja pela



verificação do excesso de afastamentos previdenciários.

Resume assim as várias irregularidades constatadas inclusive nas licitações pelo Distrito Federal que admite a prejudicialidade dos riscos do excesso de ruído decorrentes da posição dianteira dos motores nos ônibus, inclusive recomendando a aquisição de veículos 100% com motor traseiro.

Vindicou o pedido de medida liminar *initio litis*, determinando que a ré elabore e implemente o programa de prevenção de riscos ambientais conforme item a) fls. 77; b) elabore e implemente o programa de controle médico ocupacional observando as diretrizes da NR 07 conforme itens b.1 e b.2; elabore e implemente o programa de conservação auditiva, PCA, conforme item c e c.1 (fls. 78); realize imediatamente a monitorização audiométrica de todos os trabalhadores expostos a risco físico de ruído, avaliando a série histórica dos audiogramas (admissionais, periódicos, de troca de função e demissionais conforme itens a) e b); Emita comunicação de acidente de trabalho- CAT para todos os empregados expostos a fontes geradoras de ruído e que apresentem padrão audiométrico sugestivo de perda auditiva induzida pelo ruído, sob pena de R\$ 1.000,00 por empregado em situação irregular; que implante imediatamente constatada a partir do 30º dia de concessão da decisão liminar; realize nos atuais veículos das frotas de ônibus a análise dosimétrica para avaliação do grau de exposição ao ruído a que submetidos seus motoristas e cobradores durante a jornada laboral dentro dos ônibus atuais como motores, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00, bem como demais procedimentos de itens h) i) j) l).

Vindica em definitivo os pedidos de itens a) a g) da exordial.

No que tange as condições de trabalho e ao meio ambiente do trabalho:

A Constituição Federal de 1988 coloca a preservação do meio ambiente de trabalho saudável, como direito fundamental em razão do princípio da dignidade humana e o valor do trabalho digno, art.1º., III e IV, c/c art.170, caput e IV , bem como art. 225 da CF/88 e art. 196 da CF/88.

Por sua vez, a evolução e crescimento da produção em grande escala em razão da economia globalizada têm modificado e prejudicado o meio ambiente, de forma a causar agressão a própria vida.

O meio ambiente saudável de trabalho é condição para uma melhor qualidade de vida, e a proteção e preservação do meio ambiente do trabalho saudável são fatores primordiais à realização do trabalho digno, e forma de se evitar lesão a integridade física, moral e psicológica do trabalhador.

Assim, entende-se como meio ambiente o gênero, no qual o meio ambiente do trabalho é espécie, de forma que o conceito do meio ambiente conforme Lei da política Nacional do Meio ambiente" é o conjunto de condições, leis, influências,



e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"(art. 3º., I da Lei n. 6.937/81).

Por sua vez, o meio ambiente do trabalho é a interação de todos os fatores físicos, biológicos e psicossomáticos, n que interferem no bem estar do empregado quando do exercício profissional, ou seja, todo o complexo das relações humanas na empresa.

Diante de todas as mudanças da economia globalizada, e empresa não pode ser vista sob o aspecto físico, como local do trabalho, uma vez que atualmente existem trabalhadores que exercem suas atividades apenas de forma virtual, o teletrabalho, o trabalho realizado em casa.

Desta forma, a autora Mônica Maria Lauzid de Moraes, define o meio ambiente do trabalho como " a interação do local de trabalho, ou onde quer que o empregado esteja em função da atividade e/ou à disposição do empregador, com os elementos físicos, químicos e biológicos nele presentes, incluindo toda a sua infraestrutura (instrumentos de trabalho), bem como o complexo das relações humanas na empresa e todo o processo produtivo que caracteriza a atividade econômica de fins lucrativos". E ousou complementar, inclusive os fatores psicossomáticos que influenciam na saúde mental do trabalhador.

Por sua vez, a própria CF/88 em seu art. 7º., XXII dispõe quanto a a importância do ambiente de trabalho, como " a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Inserindo o sistema jurídico em uma nova etapa, a Constituição Federal do Trabalho de 1988 dá o pontapé inicial para que o Direito à Saúde e Segurança do Trabalho albergue medidas conducentes à humanização do trabalho, transformando-a em fator do bem estar físico, psíquico e, sobretudo, social do trabalhador.

As normas referentes a segurança e saúde de trabalho também se consubstanciaram no que hoje nossa legislação trabalhista denomina de Segurança e Medicina do Trabalho.

Visando a preservação de um meio ambiente de trabalho saudável foram implementadas várias medidas de segurança no ambiente de trabalho, entre as quais o art.157 da CLT que apresenta as empresas como as primeiras responsáveis pela tomada de medidas preventivas de acidentes, confirmado em seu conteúdo pela NR- 1, editada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho, e através da NR -7 e NR- 09, tornaram obrigatório as empresas a implementação do PPRA- Plano de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO- Plano de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa a à promoção e a à preservação da saúde e integridade dos trabalhadores por intermédio do



controle, pelo empregador, das doenças ocupacionais. A fiscalização das condições de saúde do trabalhador mostra a diligência do empregador no cumprimento de suas obrigações.

Determinam os parágrafos 1º, 2º e 3º, do Art. 19 da Lei 8213/91:

"Art. 19 - imissos;

§1.º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§2.º Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§3.º É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular".

Nessa mesma direção é o disposto no art. 157, Incisos I e II, da CLT, o qual preceitua que cabe à empresa "cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho" "instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais".

Além dessas normas, o Brasil ainda ratificou várias convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre o assunto, dentre as quais a Convenção 155, que em seu art. 16-1 estabelece: "Deverá ser exigido dos empregadores que, à medida que for razoável e possível, garantam que os locais de trabalho, o maquinário, os equipamentos e as operações e processos que estiverem sob seu controle são seguros e não envolvem risco algum para a segurança e a saúde dos trabalhadores;" .

Vejamos:

A NR-17 exige o fornecimento do PCSMO.

Por sua vez As doenças ocupacionais são compostas de doenças profissionais e doenças do trabalho.

As doenças profissionais também, são conhecidas como ergopatias, tecnopatias, idiopatias, doenças profissionais típicas, doenças profissionais verdadeiras ou tecnopatias propriamente ditas e definidas como as que "são produzidas ou desencadeadas pelo exercício profissional peculiar a determinada atividade"

As doenças do trabalho por sua vez, são aquelas desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacionam diretamente. São chamadas de mesopatias, moléstias profissionais a típicas.



Passemos ao conjunto probatório.

Conforme se comprova a vasta documentação juntada entre os quais o relatório parcial ICP nº 185/2004 foi constatado que os programas ocupacionais não apresentam informações compatíveis, ou seja um risco contemplado no PPRA não consta no PCMSO; o PPRA não consta a avaliação ambiental e nem medições dos agentes de risco entre os quais o nível de pressão sonora; faltou audiometrias de todos os empregados; bem como a ASST destaca que a empresa ré não encaminhou as audiometrias admissionais de todos os empregados e nem o relatório anual do PCMSO realizados em 2005.

Foi constatado ainda que o relatório anual encaminhando aos autos não estava em conformidade com a NR 7, item 7.4.6.1.

Aduz que nas avaliações clínicas discriminadas por setores da empresa, não foi incluído o número e a natureza dos exames complementares realizados, bem como as estatísticas dos resultados considerados anormais.

O relatório produzido pela ASST informa que o quantitativo era inferior ao número de empregados informado pela empresa às fls. 96/100 (97motoristas e 60 cobradores).

Foi constatado agravamento da perda auditiva de alguns empregados.

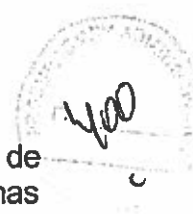
O anexo I (documento em segredo de justiça) comprovam a existência de vários exames audiométricos sugestivos de PAIR- Perda auditiva induzida por ruído. A ré alega que os documentos juntados pelo MPT são de 2004/2005 e já houve mudança nas condições de trabalho. Exemplificando tem as audiometrias dos funcionários de nome Aylon Vieira de Sousa com perda auditiva neuro sensorial bilateral de grau leve a moderado, Francisco Sampaio da Silva.

Foram juntados ainda perícias em processos individuais onde foram constatados ruído no ônibus com motores dianteiros.

Tal justificativa só agrava o problema, pois a ré não demonstra e não comprova mudanças após 2005 que demonstre que houve melhoras nas condições de trabalho dos motoristas. Ademais há no anexo I juntada de audiometrias com perda auditiva datadas de 2007 e 2008.

O anexo I também demonstra claramente que existem exames sugestivos de desencadeamento de perda auditiva de trabalhadores induzidos por níveis de pressão sonora elevados. O grande número de exames nesse sentido comprova claramente os prejuízos trazidos pelas condições de trabalho da ré à saúde de seus trabalhadores.

De outro lado, verifico pelo memorando 72/2012- SUPOTT/ST como



respostas aos questionamentos do MPT onde o Subsecretario de Políticas de Transportes e Trânsito informa que segunda NBR 15.570 é permitido nas licitações veículos com motores dianteiros de acordo com a escolha gerencial e operacional das futuras concessionárias.

A resposta ainda foi no sentido de que como não há proibição para adquirir veículos com motores dianteiros tal possibilidade **amplia o universo dos fornecedores e propicia melhores condições de competição com vistas a menor tarifa na licitação em andamento.**

Conforme documento relativo a informações técnicas prestadas pelo Governo do Distrito Federal, consta que do ponto de vista ocupacional, foi observado que o posto de trabalho dos motoristas de ônibus comportam **risco para saúde**, como os que trabalham em veículos com motor dianteiro em comparação com o traseiro, tendo grande possibilidade de desenvolvimento de perda auditiva, comprovado portanto pelo anexo I o risco efetivo e pelo referido documento o risco em potencial.

Assim, a Subsecretaria de Saúde ambiental recomendou desde 26.04.2012 que no que tange ao processo em curso a localização do motor seja na parte central ou traseira dos veículos que circulam na área urbana.

As medidas tomadas por outras empresas de transporte, tais como a TCB, é no sentido de minimizar os riscos com a saúde através de colocação de ar condicionados e ônibus como motores traseiro, além de outras medidas efetivas.

O MPT juntou ainda importante artigo sob a prevalência de perda auditiva em motoristas de ônibus de transporte coletivo da cidade de Maringá-PR;

Nos estudos em caso concretos 28% das perdas auditivas de motoristas eram sugestivas de perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados.

A reclamada por sua vez juntou aos autos apenas audiometrias onde os resultados estavam dentro da normalidade, sem qualquer comprovação de que se tratavam de motoristas que laboravam com veículos com motor dianteiro.

Interessante verifica que foi juntada apenas uma CAT no meio da existência de tantos trabalhadores e processos visando o reconhecimento de doença ocupacional.

Ademais nos autos foram juntados apenas audiometrias admissionais, quando o importante é verifica as condições de saúde após ou durante o tempo

402

que o trabalhador prestou ou presta serviços a ré.

A ré junta no volume VI vários exames de audiometrias periódicos, mas praticamente nenhum demissional que possa fazer comparação com os admissionais. Da mesma forma se deram os exames juntados no volume VII dos autos.

A reclamada junta o PCMSO de 2012 e o PPRA 2012. O PPRA (fls. 435) de fato prevê o risco de ruído aos cobradores e motoristas. De outro lado o cobrador também tem previsão de risco o ruído no PCMSO e da mesma forma o motorista, sem incompatibilidade nesse aspecto.

O DF apresentou defesa onde alega que o concessão pública a competência para fiscalizar o sistema é do DFTRANS, bem como que a atribuição para fiscalizar as condições de trabalho é do Ministério do Trabalho.

Foi apresentada petição do assistente que ingressou no processo, bem como foram juntados vários laudos periciais constatando a existência de insalubridade referente a ruído para as funções de motoristas e cobradores, demonstrando assim mais uma vez o prejuízo dos veículos com motores dianteiros. As perícias confirmam a insalubridade verificada pelos níveis de ruídos superiores aos permitidos.

Conforme bem preconizou o MPT em réplica há comprovação suficiente do adoecimento em massa dos empregados rodoviários da empresa ré, seja pelas audiometrias, seja pelos dados do INSS.

De outro lado a ré não comprova que tomou medidas para minimizar ou diminuir os riscos ocupacionais ao longo do período demonstrado nos exames, o que confirma que a ré insiste pela existência de veículos com motores dianteiros ao argumento de frágil de que não existe norma proibindo quando na verdade as NR's do MTE coíbem tudo aquilo que gera prejuízo a saúde o trabalhador, inclusive o ruído demonstrado pelas perícias acima do limite de tolerância.

O MPT *alega em réplica* que o número de rodoviários no Distrito Federal que gozaram de benefícios previdenciários foi de 4.946 (261 – 5,27% da Lotaxi), bem como que a quantidade de dias de afastamento previdenciários (ausências de trabalho por motivo de afastamento médico previdenciário foi de 2.517.410 ou seja 7,07% da Lotaxi) e os gastos pela previdência social foi de 5,99%)

Conforme bem preconizou o MPT em réplica são 268 trabalhadores (motoristas e cobradores) que podem sofrer os riscos de saúde.

Nesse aspecto adoto as razões de decidir do Exmo Juiz Francisco Luciano Frota na decisão de tutela do processo de nº 1614/2012-3ª VTB:



"Para o caso presente, a NR-07 impõe a realização de exames audiológicos periódicos, de modo a permitir o acompanhamento da audição dos trabalhadores, fornecendo ainda subsídios para adoção de programas que "visem a prevenção da perda auditiva" e a "conservação da saúde auditiva" (NR-07, Anexo 1 do Quadro II).

De acordo com o item 3 do Anexo I do Quadro II da NR-07, "devem ser submetidos a exames audiométricos de referência e sequenciais, no mínimo, todos os trabalhadores que exerçam ou exercerão suas atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os limites de tolerância estabelecidos nos anexos 1 e 2 da NR-15 da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho, independentemente do protetor auditivo.

O inquérito civil público instaurado pelo MPT indica que há uma negligência da empresa no que tange aos programas preventivos de doenças ocupacionais, notadamente em relação à questão da avaliação ambiental quanto ao excesso de ruídos e vibrações nos ônibus, o não acompanhamento por meio dos exames audiométricos da evolução do quadro auditivo de seus empregados, a ausência de relatório anual do PCMSO, dentre outras irregularidades, em primeira análise verificadas."

Assim como bem demonstrou o MPT em sua réplica e analisando o PPRA de 2012 com relação à exposição ao ruído a função de motoristas e cobradores, demonstram que tais funções estão expostas ao nível de 72 a 85dcb, conforme audiometrias apresentadas.

Ademais conforme demonstrou o MPT o PCMSO de 2012 não foi acompanhando de relatório anual.

Há audiometrias realizadas com traçados sugestivos de PAIR.

Ademais a ré não comprova em nenhum momento quais as medidas preventivas que está tomando para evitar as perdas auditivas em relação aos ônibus com motores dianteiros e assim a ré não demonstra medidas que eliminem ou reduzam os riscos com ruído conforme NR-09e NH-O 1 do Fundacentro.

Ademais as audiometrias apresentadas pela ré não foram na totalidade de seus funcionários, o que aponta que foram escolhidas.

Conforme dados previdenciários os gastos da ré em comento gastos pela Previdência Social com pagamento dos aludidos benefícios foram na ordem de R\$ 1.650,942,27.

A quantidade de afastamentos foram de 261 empregados da ré, com 178,08 dias de afastamento do trabalho.



De outra sorte a ré comprovou ainda através do Perfil dos Rodoviários do DF várias doenças relacionadas com o risco ocupacional.

Ademais, o MPT conforme já narrado demonstra as medidas implementadas pela TCB visando reduzir ou elidir os riscos ocupacionais, sendo todos os ônibus equipados com ar condicionados, motor traseiro, piso baixo LOW Entry, com rampa de acesso a cadeirantes, direção hidráulica, e parte com câmbio automático, o que demonstra ser possível e legalmente devido a implementação de políticas na empresa capaz de reduzir os riscos ocupacionais.

Ao contrário a ré- Lotaxir continua insistindo pelo triste e fácil argumento de que não há proibição para circular ônibus com motores dianteiros, quando as NR's do MTE e demais normas citadas que regulamentam a saúde do trabalhador demonstram tal vedação.

A empresa TCB ainda anexou vários atestados ocupacionais demonstrando a aptidão para o trabalho após as medidas implementadas em prol da saúde de seus trabalhadores.

Pois bem.

Pela vasta documentação apresentada restou-se comprovado que os trabalhadores da LOTAXI, em especial nas funções de motorista de cobradores estão expostos a risco acentuado de ruído em veículos com motores dianteiro, fato reconhecido pelo GDF através da Subsecretaria de Saúde e meio ambiente onde foi recomendado que as frotas de ônibus fossem substituídas por veículos com motores traseiro e centrais e sem qualquer comprovação de que a Lotaxi procurou substituir sua frota a fim de reduzir o impacto a saúde de seus trabalhadores.

A ré não comprovou que tomou medidas a reduzir impacto, embora várias perícias realizadas em inúmeros processos judiciais nessa Especializada de Brasília tramitando a bastante tempo demonstrem a existência do agente insalubre sem qualquer medida feita pela ré que demonstre a tentativa de atenuar: não há fornecimentos de EPI's, não há troca da frota de ônibus com substituição de veículos com motores traseiro.

A prova documental extensa trazida pela ré só demonstra alguns exames, não a totalidade, sendo a grande maioria periódicos e admissionais, poucos com evidenciem a evolução histórica de saúde do trabalhador na empresa.

Ao contrário o MPT comprova efetivamente de forma clara com os dados previdenciários, audiometrias realizadas, perícias o prejuízo existente aos trabalhadores, em especial os motoristas, cobradores e demais que transitam nos ônus da Condor com motor dianteiro e em condições precárias de



trabalhado, tais como ausência de ar, entrega de EPI's e outros.

O dano e nexos causal gerado pela Lotaxi resta devidamente comprovada nos autos.

Assim, tendo em vista a prova inequívoca e verossimilhança das alegações e ainda fundado receio de dano irreparável tendo em vista que os veículos com motores dianteiros continuam transitando o que gera de imediato mais risco aos trabalhadores, sem qualquer medida implementada pela ré que atenuar ou reduza tais riscos, defiro o pedido de tutela antecipada, ficando assim prejudicado o ED interposto pelo MPT, que desde já consto se trata de decisão antes proferida sujeita a recurso e sem qualquer omissão, obscuridade ou contradição, motivo pelo qual nesse momento rejeito os embargos até porque prejudicados em face da tutela concedida.

Defiro o pedido de tutela antecipada para condenar a Condor as obrigações de fazer constantes dos itens a), a.1), a.2) b, b-1; b.2 c), c.1, d), e) f); g) g.1); h) i); l); l.1;l.2 e l.3. O prazo para o cumprimento das obrigações dos itens a.2, b.2 e c.1 é de 90 dias.

Indefiro o pedido de item J em tutela pois não há dados que demonstrem ou comprovem as condições precárias nos terminais, bem como pela delimitação na competência neste aspecto.

Adoto mais uma vez as razões de decidir do Exmo Juiz Francisco Luciano Frota quanto aos fundamentos da concessão de tutela no processo de nº 1614-2012- 3ª VTB

“Especificamente em relação ao pedido de letra“A”, no que tange aos motoristas e cobradores, a avaliação quantitativa dos níveis de ruído (riscos físicos), realizada com dosímetro de ruído e calibrador de dosímetro com certificados de calibração válidos, deverá obedecer o disposto no item 6 do anexo 1 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE, observando-se os parâmetros técnicos descritos no documento de fls. 85/87 dos autos do ICP, autuados como complementares, com o acompanhamento, fiscalização e escolha dos ônibus pelo Ministério Público do Trabalho.

Em relação à análise quantitativa da vibração de corpo inteiro (VCI) a que estão expostos os trabalhadores dos ônibus (risco físico), deverá ser feita nos mesmos veículos escolhidos para análise dos ruídos, devendo a ré utilizar o equipamento próprio de avaliação (acelerômetro com sensor, devidamente calibrado)!

O efetivo cumprimento das obrigações ora determinadas de a) a e) dos autos deverão ser comprovadas nos autos no mesmo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Em caso de descumprimento, ainda que parcial, de cada uma das obrigações estabelecidas nos pedidos de letras "A", "A.1", A.2 "B", "B.1", B.2 e "C" E C1, a empresa ficará obrigada ao pagamento de multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) . Quanto aos pedidos de letras "D" e "E", a multa por descumprimento será de R\$1.000,00 (mil reais) por empregado não submetido à avaliação audiométrica (letra "d") ou não afastado na situação descrita na letra "e". (neste aspecto também adoto as razões de decidir do processo de nº 1614/2012- 3ª VTB). Mas limito as multas diária até o limite de R\$ 500.000,00.

Conforme constatado o PCMO não atende aos requisitos da NR 07 e o PPRA não apresenta medidas preventivas a fim de reduzir os riscos com ruídos, motivo pela qual concedo os pedidos de item a e b. Concedo o prazo de 90 dias para readequação do PCMSO e PPRA da Condor.

Quanto aos pedidos de item e) da exordial se faz necessário a comprovação seja por perícia ou exames de que a perda auditiva seja sugestiva de PAIR e para tanto a ausência de emissão da CAT importará em multa de R\$ 1.000,00 por empregado encontrado nessa situação até o limite de R\$ 100.000,00 e a contar da presente decisão.

Quanto ao item g) concedo o prazo de 90 dias para realização das análises dosimétricas para avaliação e grau de exposição de todos os motoristas e cobradores durante a jornada de trabalho e nos ônibus atuais com motores dianteiros, de forma a retirar da frota os ônibus que estejam acima do limite de tolerância de ruído prevista na NR-15, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 até o limite de R\$ 500.000,00.

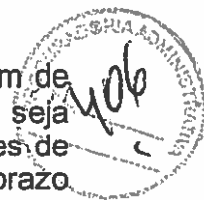
Quanto ao item h a reclamada deverá fornecer EPI's sempre que necessário e quando o motorista ou cobrador estiver laborando acima dos limites de tolerância constatados na dosimetria, no prazo de 30 dias, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por empregado constatado em situação que exija o uso do EPI, ou seja que esteja laborando em condições detectadas como insalubre através de perícia ou dosimetria, até o limite de R\$ 100.000,00.

No que se refere ao item i a multa diária para os trabalhadores que se encontrem em jornada superior a 08 horas com exposição máxima de ruído conforme anexo I da NR-15 será de R\$ 1.000,00 por empregado e a contar de intimação da presente decisão e com intervalo de 1 hora para refeição para os que exerçam jornada superior a 07h20.

Indefiro tanto em tutela como no mérito o pedido de item J já que a adequação de terminais rodoviários não é obrigação da ré, mas do GDF.

No que se refere ao item I defiro o pedido em tutela para que seja cumprido no prazo de 12 meses a substituição da frota da ré para que seja substituída por ônibus com ar condicionado conforme L.1; motor situado na parte

traseira, item I.2 e que tenham direção hidráulica e câmbio automático a fim de reduzir os impactos na saúde do trabalhador. Indefero o pedido de que seja adquirido 100% veículos com zero km. O não cumprimento das obrigações de fazer importarão em multa diária de R\$ 50.000,00 a contar do fim do prazo estipulado.



Todas as obrigações de fazer, será considerado o descumprimento a contar da intimação da presente decisão.

Ratifico no mérito e defiro os pedidos da tutela como definitivos.

DO DANO MORAL COLETIVO

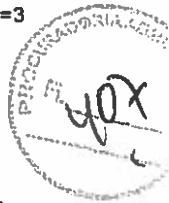
Xisto Tiago de Medeiros comenta "que não apenas o indivíduo é dotado de padrão ético, mas também o são os grupos sociais, ou seja a coletividade, titulares de direito transindividuais. A simples observação da orbe social demonstra, com clareza que determinadas coletividades comungam de interesses ideais, cuja tradução se concretizam em valores afetos a dignidade edificada e compartilha no seu âmbito por todos os integrantes". (Medeiros Neto, Xisto Tiago de. Dano Moral coletivo. São Paulo, LTR 2004).

A Lei nº 7.347/85 assegura a responsabilização por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Também há previsão no Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, que garante a prevenção e a reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos e o acesso aos órgãos judiciais e administrativos, além de trazer o avanço das definições cabíveis dentro de direito coletivo.

O conceito de dano moral coletivo extrapola a noção de dor e sofrimento - incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal -, abrindo espaço para outros fatores que afetam negativamente a um grupo, como a lesão imaterial ambiental e os direitos e interesses individuais da coletividade, previstos na Lei nº 7.347/85 - ação civil pública - e no Código de Defesa do Consumidor.

O direito coletivo tem como objetivo de amparar a coletividade. Os direitos coletivos não se enquadram em modelos teóricos dos ramos tradicionais do ordenamento jurídico, mas sim constituem uma nova categoria, mais ampla.

Eis aí o dano perpetrado pela ré contra toda a coletividade – a violação da normatividade jurídica, ou a violação, como também já dito, do evidente interesse – o direito – da sociedade como um todo em ver preservado seu ordenamento jurídico, mormente quando as normas envolvidas consagram os ditos "direitos sociais".



O não cumprimento de norma por parte da ré atingindo a um grupo determinado, viola não só direitos do grupo como de toda uma coletividade futura e da sociedade em si.

Assim o descumprimento pela ré de direitos coletivos ofende a toda categoria de empregados da ré atuais e futuros, motivo pela qual se tem caracteriza

Assim, comprovado a existência de vários trabalhadores da ré com PAIR (conforme anexo), bem como dados previdenciários, entendo existente o dano e nexos causal, uma vez que a ré em nenhum momento tentou implementar medidas que reduzam o risco ou atenuem a fim de gerar menos impacto na saúde dos trabalhadores, a despeito de medidas já tomadas por outras empresas.

Desse modo, **condeno** a ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no importe de R\$ 500.000,00 reversível para o FAT, que, consideradas as circunstâncias da causa, deverá servir como caráter pedagógico e punitivo, observando a situação econômica da ré, para que possa evitar lesões futuras, bem como observado a situação econômica da ré.

O valor no que tange parecer alto é necessário para esse grupo econômico que tanto vem lesando a sociedade, sem qualquer medidas que possam reduzir os riscos suportados por seus empregados.

DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

De plano ressalto a impossibilidade de condenar o DF as obrigações de fazer cujas obrigações são personalíssimas do empregador. Indefiro os pedidos de responsabilidade solidária quanto as obrigações de fazer em face da tutela concedida.

Essa Magistrada tem entendimento contrário quanto a ausência de responsabilidade do concedente de serviço público, uma vez que diante da importância do serviço é dever do ente público zelar pela prestação com qualidade e efetividade.

Assim, entendo pela responsabilidade direta por culpa comprovada de que o ente público contribuiu para o dano, já que após recomendações de sua própria subsecretaria quanto a saúde e ambiente do trabalho, preferiu assumir o risco.

Ressalto os brilhantes fundamentos do Exmo Procurador do Trabalho quanto a responsabilidade solidária do ente público neste aspecto.

Reconheço a responsabilidade do DF no que tange a indenização por danos morais coletivos.

Entendo inclusive aplicável o disposto do art 37 § 6º da CF, uma vez que o DF

408

contribuiu para o agravamento do prejuízo aos trabalhadores já que embora exista recomendação da própria subsecretaria de meio ambiente no sentido de permitir a circulação dos ônibus apenas com motores traseiros e centrais conforme já citado na decisão, continuou sob o argumento tão somente do menor preço em licitações a permitir que sejam licitados ônibus com motor dianteiro com o frágil argumento: " *não há proibição para adquirir veículos com motores dianteiros tal possibilidade amplia o universo dos fornecedores e propicia melhores condições de competição com vistas a menor tarifa na licitação em andamento.*

Ou seja há um bem maior a ser constitucionalmente protegido que é a saúde do trabalhador, art 7º da CF/88 do que as melhores condições de completividade com vista a menor tarifa.

O meio ambiente já é requisito a ser observado nas licitações com exigência de estudos de impacto ambiental, o que inclui a subespécie meio ambiente do trabalho.

A responsabilidade solidária do DF decorre ainda dos artigos 942 do CC e 896 do CC, bem como da jurisprudência já reconhecida pelo STF conforme cita o Exmo Procurador no que se refere ao Recurso extraordinário 262251-SP e inclusive o artigo 17 da lei 8.078/90 e art. 25 da lei 8.987/95.

No que tange essa Magistrada entender pela teoria do risco nesse aspecto, ainda assim nesse caso houve culpa comprovada do DF por não obedecer a recomendações de sua própria subsecretaria.

Não há que se falar em ausência de fiscalização apenas pelo DFTRANS, assim como ao MTE no que se refere a fiscalização do meio ambiente de trabalho. Uma vez que é fato notório a intervenção do GDF nas empresas do grupo Amaral Costa, inclusive noticiados todos os dias na TV.

É dever do GDF a fiscalização das empresas a qual concede atividade pública, em especial por que se trata de transporte público que afeta toda a sociedade.

Assim, condeno o DF ao dano moral coletivo no valor de R\$ 500.000,00. Indefiro o pedido de responsabilidade solidária quanto as obrigações de fazer, uma vez que não tem competência para intervir no gerenciamento interno da empresa ré. **O valor está considerando a atitude da ré que continua a contribuir para o prejuízo.**

3.DISPOSITIVO

Isto posto, DECIDO, na AÇÃO CIVIL PÚBLICA em que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** move em face de **LOTAXI TRANSPORTE URBANOS LTDA E DISTRITO FEDERAL** para:



I- Rejeitar as preliminares arguidas.

II- julgar **PROCEDENTE EM PARTE** os pedidos do autor para condenar a primeira ré concedendo a tutela antecipada, confirmando no mérito a condenação das obrigações constantes da fundamentação que passam a fazer parte integrante do dispositivo, bem como indenização por danos morais coletivos no importe de R\$ 500.000,00 e cominações de multa diária.

Condenar a segunda reclamada DF no mérito ainda ao dano moral coletivo também no importe de R\$ 500.000,00.

Tudo nos termos da fundamentação retro que fica fazendo parte integrante do presente dispositivo.

Observe-se o disposto no art. 475 do CPC, com remessa obrigatória.

Custas pela primeira demandada no importe de R\$10.000,00 sobre o valor ora atribuído a condenação de R\$ 500.000,00. O autor e a segunda reclamada são isentos de custas.

Intimem-se as partes da decisão. O MPT deverá ser intimado de forma pessoal e com remessa dos autos na forma da lei. O Sindicato assistente também deverá ser intimado da decisão. **Retire-se o feito de pauta de 18.09.2013 e inclua-se na presente data.**

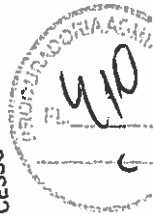
LAURA RAMOS MORAIS

Juíza do Trabalho



Copra

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 19ª VARA DO
TRABALHO DE BRASÍLIA/DF.**



REF.: PROCESSO N.º 0001462-14.2012.5.10.0019

RECLAMANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**RECLAMADOS: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA. E
DISTRITO FEDERAL**

O **DISTRITO FEDERAL**, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio do seu Procurador subscritor da presente, vem respeitosamente à presença de V. Exa., ante os termos da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados pelo autor, vem apresentar os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

com base no artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o inciso III do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 779/69 e com o artigo 535 do Código de Processo Civil, fazendo-o de acordo com os fundamentos que passa a aduzir.

[Handwritten signature]



1. DA TEMPESTIVIDADE

A sentença foi disponibilizada no DJE do dia 26 de agosto de 2013, segunda-feira, o que permitiu a fluência do prazo recursal a partir de 28 de agosto de 2013, quarta-feira.

Assim, computando-se o prazo em dobro para recorrer do qual dispõe a Fazenda Pública, é de se concluir que se afigura plenamente tempestivo o presente recurso protocolizado nesta data.

2. DAS RAZÕES RECURSAIS: VÍCIOS NA SENTENÇA

Com o devido respeito, este Eminentíssimo Juízo não agiu com o costumeiro acerto ao prolatar a sentença ora objeto de embargos de declaração.

A partir da leitura do pronunciamento judicial em tela, pode-se concluir que a sentença possui alguns vícios que necessitam ser sanados. Em resumo, são três as espécies de vícios de fácil identificação no *decisum*: omissão, contradição e obscuridade.

Vejamos:

2.1 Das omissões da sentença quanto às preliminares

Quando da contestação, o Distrito Federal suscitou inúmeras preliminares, mas nem todas foram enfrentadas e repelidas por este Juízo.

De forma bastante **genérica e sem fundamentação adequada**, a sentença **afastou a preliminar de ilegitimidade passiva** do Distrito Federal, mas **não enfrentou as razões levantadas** na peça de defesa.



O Distrito Federal alegou que era parte ilegítima em decorrência do fato de ser atribuição exclusiva da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

Para embasar a sua tese, foi transcrito o artigo 626 da CLT que dispõe sobre o tema, bem como consignou-se a imperatividade do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.593/02. Em ambos os dispositivos está evidente que é atribuição exclusiva da União, por meio do auditor-fiscal do trabalho, *"o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego"*.

Ocorre que Vossa Excelência **não enfrentou o tema em momento algum na sentença**, limitando-se a rejeitar a limitar, mas **sem apresentar qualquer argumentação jurídica** quanto ao ponto.

Em outro dizer, não foi feito qualquer juízo hermenêutico em relação aos dispositivos em comento. Simplesmente **foi negada a vigência a eles sem qualquer pronunciamento nesse sentido**.

Além disso, foi alegada a ilegitimidade passiva do Distrito Federal também em decorrência do fato de ser o DFTRANS, nos termos da Lei n.º 241/92, o ente autônomo responsável por gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo.

Também quanto a este aspecto **não há uma linha sequer** na sentença que tenha por objeto a análise do Diploma Normativo em comento.

De igual forma, foi alegada ilegitimidade passiva do Distrito Federal pela absoluta **impossibilidade jurídica da sua condenação de solidária/direta**, à vista do que dispõe o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93.



Mais uma vez, **absoluto silêncio na sentença** quanto ao ponto.

O mesmo ocorreu em relação à **alegação de incompetência do Juízo**. Foi alegada incompetência da Justiça do Trabalho ao argumento de a relação entre o Distrito Federal e as delegatárias de serviço público é um vínculo exclusivamente administrativo, em momento algum tangível ao direito do trabalho.

Também em relação à alegação de incompetência da Justiça do Trabalho **nada foi dito na sentença**.

Em resumo, foram suscitadas três preliminares: (i) reunião de processos por conexão; (ii) ilegitimidade passiva com base em três argumentos absolutamente distintos; (iii) incompetência do juízo; mas apenas a primeira preliminar (conexão) foi enfrentada. **Em relação às demais, nada foi dito para refutar os fundamentos expostos na peça de defesa, razão pela qual afirma-se que a sentença encontra-se omissa quanto a tais preliminares.**

2.3 Da omissão da sentença quanto às questões de mérito

Quanto ao mérito da demanda, houve **omissão da sentença também no que se refere à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado** aplicável ao caso.

Na peça de contestação, alegou-se que, ante as alegações constantes na petição inicial, seria o caso de aplicar-se a Teoria da Responsabilidade Subjetiva do Estado, mas nada foi dito na sentença quanto ao ponto, restando, assim, omissa nesse mister.

Também em relação à **aplicação da Teoria a sentença foi silente**. Sanar tal omissão é de suma importância a fim de ser identificado se está presente o elemento subjetivo em eventual conduta do Distrito Federal.



2.4 Da contradição da sentença

Não obstante a sentença estar eivada do vício da omissão, a contradição também foi uma mácula que norteou o julgado em comento.

Afirma-se isso, pois foi imputada responsabilidade solidária ao Distrito Federal, mas, quando da parte dispositiva da sentença, a imposição da condenação obedeceu à seguinte regra: R\$ 500.000,00 de indenização devida pela LOTAXI e R\$500.000,00 de indenização devida pelo Distrito Federal.

Ora, sendo solidária a responsabilidade, o credor (MPT) teria a faculdade de cobrar o seu crédito em face de qualquer um dos entes que compõem o pólo passivo da presente demanda, o que é muito diverso de haver uma dupla condenação, tal como consta da parte dispositiva.

Ante tal situação, há de se perquirir: a condenação foi solidária realmente, sendo devido R\$500.000,00 para ambas as partes rés? Ou a condenação não foi solidária e, portanto, será devido R\$ 500.00,00 pela LOTAXI e outros R\$ 500.000,00 pelo Distrito Federal?

Veja, Excelência, que, com o devido respeito, a decisão ora embargada é totalmente contraditória quanto a este ponto sob enfoque.

2.5 Da obscuridade da sentença

Por fim, também o vício da obscuridade encontra-se presente no julgado em comento.

Observe-se o teor do antepenúltimo parágrafo da



página 2448:

"Não há que se falar em ausência de fiscalização apenas pelo DFTRANS, assim ao MTE no que se refere a fiscalização do meio ambiente de trabalho. Uma vez que é fato notório a intervenção do GDF nas empresas do grupo Amaral Costa, inclusive noticiados todos os dias na TV."

Com a devida vênia, é impossível entender o que se quer demonstrar nessa passagem. As afirmações tornam a decisão obscura no ponto, impossibilitando à parte opor-se ao *decisum* por meio do recurso cabível.

Assim, também quanto a este aspecto a sentença merece ser corrigida.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o provimento dos presentes embargos de declaração é medida que se impõe a fim de que sejam sanados todos os vícios apontados acima, ainda que seja necessário atribuir efeitos infringentes à decisão, para o que requer seja previamente intimado o Ministério Público do Trabalho.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 2 de setembro de 2013.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Processo número 0001462-14.2012.5.10.0019 p.3

DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECLAMADOS: LOTAXI-TRANSPORTES URBANOS LTDA E DISTRITO FEDERAL

1- RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração oposto por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, LOTAXI-TRANSPORTES URBANOS LTDA E DISTRITO FEDERAL** pleiteando que seja sanada omissões e contradições.

As partes se manifestaram quanto aos embargos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - DA ADMISSIBILIDADE

Por tempestivo, regular a representação e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração opostos pelo embargante.

Do prazo



Autos conclusos em 14.10.2013 para sentença.

DOS EMBARGO DA PRIMEIRA RECLAMADA

Com razão a primeira ré quanto ao erro material retifique-se para que conste reclamada Lotaxi- Transportes Urbanos LTDA em vez de Condor na condenação das obrigações de fazer, por se tratar de erro material corrigido na forma do art. 833 da CLT.

Acolho os embargos da primeira reclamada neste aspecto.

DOS EMBARGOS DO GDF

DO ERRO MATERIAL

Retifico nos do art. 833 da CLT erro material ára que conste o ano do processo 2012 em vez de 2011 onde couber.

Acolho os embargos para sanar erro material.

DA OMISSÃO QUANTO AS PRELIMINARES

Não houve omissão quanto a análise das preliminares de legitimidade de parte e impossibilidade jurídica do pedido. O que se pretende é a reforma neste aspecto e que o juízo rebata cada aspetcto

É de frisar que o Juiz não está obrigado a manifestar-se acerca de cada fundamento apresentado pela parte. Basta fundamentar a sua decisão e isto é o quanto necessário para ver-se atendida a exigência contida no inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal. Não se trata a sentença de diálogo travado entre a parte e o Estado-juiz.

Quanto a preliminar de incompetência, de fato houve omissão, passo a sanar, Rejeito, posto que não se pretende vínculo em face do GDF, mas sua responsabilidade solidária decorrente de verbas decorrente de violação de normas do mei ambiente do trabalho, cuja competência é da Justiça do Trabalho nos termos do art. 114 da CF/88. Rejeito a preliminar.

Acolho apenas em parte os embargos da segunda reclamada.

DA OMISSÃO

Insurge-se o Distrito federal quanto ao fato da sentença não ter se manifestado quanto a teoria da responsabilidade civil do Estado.

Sem razão.

A sentença apontou a culpa do GDF.

Rejeito os embargos neste aspecto.



DA CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE

Insurge-se o GDF quanto a contradição ao argumento de que inicialmente essa Juíza se manifesta pelo entendimento quanto a responsabilidade subsidiária e depois solidária do ente público.

Sem razão.

Essa magistrada entende pela responsabilidade subsidiária quanto a ausência de fiscalização das concessionárias públicas, mas no caso o ente público não só assumiu o risco, como aceitou contribuiu para o risco conforme fundamentação.

Jamais a juíza deu reaponsabilidade solidária do DF, para isso basta ler a sentença.

O que se pretende mais uma vez é a reforma do julgado.

No que se refere ao tópico do Dftrans, com a leitura é possível entender os fundamentos, quais sejam, que não cabe ao MTE a fiscalização das atividades das concessionárias mas ao GDF enquanto concedente.

Rejeito os embargos apresentados neste aspecto por se tratar de reforma e apenas presto esclarecimentos neste aspecto.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, CONHEÇO dos embargos declaratórios opostos por **LOTAXI- TRANSPORTES URBANOS LTDA E DISTRITO FEDERAL**, acolho os embargos da primeira ré para sanar erro material e acolho em parte do Distrito Federal para sanar omissão, rejeitando quanto aos demais aspectos. Tudo conforme fundamentos que passam a fazer parte do dispositivo.

Publique-se para ciência da empresa Condor Transportes Urbanos Ltda e do Distrito Federal, bem como do assistente sindical por seus procuradores. **Intime-se o MPT de forma pessoal com remessa dos autos nos termos da lei.**

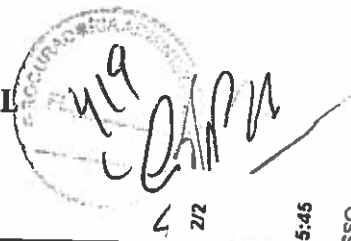
Terça--feira: 03.12.2013.

LAURA RAMOS MORAIS

Juíza do trabalho



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 19ª VARA
TRABALHO DA 10ª REGIÃO - BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

REF.: PROCESSO N.º 0001462-14.2012.5.10.0019

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA. E DISTRITO
FEDERAL

TRT 10R - SDF Brasília/DF
01462 2012 019 10 00 6



00.228.387/2013

18/12/2013 15:45:45

S/PROCESSO

DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, já devidamente qualificado nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe identificada, neste ato representado pelo Procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar o presente

RECURSO ORDINÁRIO

para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, por não se conformar com os termos da sentença de fls. , fazendo-o nos termos das razões anexas e requerendo, desde já, o seu conhecimento, processamento e remessa à instância revisora para julgamento.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA -PROCAD

419
2/2

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 19ª VARA
TRABALHO DA 10ª REGIÃO - BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

REF.: PROCESSO N.º 0001462-14.2012.5.10.0019

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA. E DISTRITO
FEDERAL

TRT 10R - SDF Brasília/DF
01482 2012 019 10 00 6
00.228.387/2013
16/12/2013 15:45:45
S/PROCESSO

DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, já devidamente qualificado nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe identificada, neste ato representado pelo Procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar o presente

RECURSO ORDINÁRIO

para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, por não se conformar com os termos da sentença de fls. , fazendo-o nos termos das razões anexas e requerendo, desde já, o seu conhecimento, processamento e remessa à instância revisora para julgamento.

RAZÕES DO RECURSO

Recorrente: Distrito Federal

Recorrido: Ministério Público do Trabalho



Egrégio Tribunal,

Eminentes Julgadores,

Colenda Turma,

O v. *decisum* de primeiro grau está a merecer reforma, *data venia*, consoante os fundamentos que passamos a demonstrar.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente Ação Civil Pública em face da sociedade empresária LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA. e do Distrito Federal, formulando diversos pedidos em face dos dois réus. **A maioria dos pedidos foi de índole personalíssima e só poderiam ser cumpridos pela empresa ré.** Assim, a **única pretensão** que toca o **ente público** ora recorrente encontrava-se consubstanciada exclusivamente no seguinte pleito:

- i) condenação do Distrito Federal ao pagamento de indenização no montante de **R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** por dano moral coletivo, porquanto supostamente a Administração Pública seria responsável, **solidária e objetivamente (!!!)**, em relação a supostos danos causados à sociedade e a trabalhadores pelas atuais permissionárias de transporte coletivo.

Na peça de ingresso, o *parquet* afirmou que os trabalhadores que atuam da prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário têm sofrido violação à sua saúde, o que ensejaria o direito à reparação pelo dano supostamente sofrido de forma coletiva.

Mais especificamente, o Ministério Público do Trabalho fundamenta seu pedido indenizatório na alegação de que, por meio da realização de inquérito civil junto à empresa ré, ter-se-ia verificado danos à integridade física dos seus trabalhadores por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a **ruídos intensos**. Assim, sustenta o Requerente que estaria configurado dano moral coletivo "a toda a coletividade de empregados" e "à própria sociedade".

Para imputar responsabilidade ao Distrito Federal e inclui-lo no polo passivo da presente demanda, o Ministério Público do Trabalho afirmou que o ente público ora recorrente seria **solidariamente** responsável à empresa CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA. pelos danos supostamente causados aos trabalhadores.

Quando da contestação, o Distrito Federal suscitou diversas preliminares hábeis a obstar o conhecimento do pedido, bem como, de forma eventual, impugnou o mérito e demonstrou as razões pelas quais o pedido deveria ser julgado improcedente.

Ocorre que, **sem qualquer fundamentação**, o juízo de primeiro grau afastou as preliminares suscitadas pelo Distrito Federal, bem como deixou de acolher as suas argumentações de mérito e **julgou procedente em parte o pedido para condenar o Distrito Federal ao pagamento da importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a título de indenização por dano moral coletivo**.

Ao ser intimado da sentença por meio do Diário de Justiça Eletrônico, tempestivamente, o Distrito Federal opôs **embargos de declaração** alegando erro material, diversas omissões, contradições, bem como inúmeras obscuridades no *decisum*, mas a magistrada de primeiro grau, **novamente sem qualquer fundamentação**, desproveu os embargos opostos.

Justamente em decorrência do fato de não se conformar com as sentenças proferidas pelo Juízo de primeiro e com o objetivo claro de que seja feita justiça no caso concreto que ora se interpõe o presente recurso ordinário.

Em uma breve síntese, era o que tinha de relevante a ser relatado. Feitas tais considerações, passemos a demonstrar as razões pelas quais a sentença deve ser anulada ou, acaso mantida, deve ser reformada:



2. DAS PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA

Conforme consta dos autos, a sentença proferida ao final da fase de instrução processual foi objeto de embargos de declaração, uma vez que dotada de diversos vícios que precisavam ser corrigidos, dentre os quais **absoluta ausência de fundamentação** para repelir as preliminares suscitadas pelo Distrito Federal.

Mesmo após a oposição dos embargos declaratórios por parte do Distrito Federal, o juízo recorrido ficou-se inerte quanto aos vícios que nulificavam a sentença, razão pela qual se faz necessária a intervenção deste Egrégio Tribunal para declarar nula a sentença ora recorrida. Explica-se:

2.1 Da incompetência do juízo: cassação da sentença

Com o devido respeito, falta a este Juízo - e à Justiça do Trabalho como um todo - competência para processar e julgar a presente demanda. Explica-se:

O Ministério Público do Trabalho alega que houve dano moral coletivo "genérico" - oriundo das atuais condições de trabalho geridas pelos atuais permissionários de transporte coletivo - pelo qual deveria ser responsabilizado também o Distrito Federal, ao argumento de que o ente público teria responsabilidade solidária em relação a todos os prejuízos causados a terceiros por concessionários de serviço público e em razão da previsão do Código de Defesa do Consumidor que atribui responsabilidade solidária aos fornecedores em situações de acidentes de consumo.

Em primeiro lugar, note-se que os fundamentos utilizados pelo Requerente para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal **não tem qualquer relação com a legislação trabalhista**. Com efeito, veja-se que, quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela

natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou por suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, **o Requerente não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho.**

E nem poderia ser diferente, pois o Distrito Federal não é o empregador dos motoristas e cobradores dos atuais permissionários de transporte coletivo. Observe-se, **há exclusivamente relação administrativa entre o Distrito Federal e as empresas permissionárias. Não há, por força de expressa previsão legal¹, nenhuma relação direta entre o poder concedente e os empregados dos delegatários.**

É dizer, a causa de pedir para o pleito indenizatório não diz respeito à matéria trabalhista. Não havendo relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos empregados, o único fundamento pelo qual seria juridicamente possível se entender pela sua condenação seria analisando a relação administrativa firmada entre o este e a empresa de transporte também ré.

Entretanto, é pacífico na jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que a avaliação de relações administrativas é de competência da Justiça Comum, e não dessa Justiça Especializada. Cite-se breve trecho de julgado esclarecedor em relação ao tema:

"O Ministério Público do Trabalho, muito atento e atuante, busca por meio da ação cautelar interferir no contrato administrativo existente entre Distrito Federal e os permissionários, sustentando para tanto que está a defender os interesses trabalhistas dos empregados dos permissionários, mas esta questão é adjacente à validade da Portaria 34/2008. **Não se discute a legitimidade e o**

¹ Da Lei de Concessões: "Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, **não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.**"

Da Lei de Licitações: "Art. 71. **O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.** § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis."

interesse do Ministério Público do Trabalho. O que se está a afirmar é a incompetência desta Justiça para a matéria, porque entre os permissionários e o Distrito Federal não há contrato de trabalho, mas uma relação administrativa. Com efeito, a competência para julgar o Mandado de Segurança é desta Justiça porque a autoridade coatora é uma Juíza do Trabalho, contudo, esta competência funcional não se confunde com a competência em relação a matéria, que impede a análise do ato administrativo.

(...)

A Justiça do Trabalho não tem competência para decidir sobre relação da Administração Pública com seus permissionários, ainda que a decisão administrativa atinja os direitos trabalhistas dos empregados dos permissionários. A relação do permissionário com o Distrito Federal é administrativa. A relação do permissionário com os seus empregados é trabalhista. Não se pode acionar diretamente o Distrito Federal para preservar direitos trabalhistas, porque não há nenhuma relação entre ele e os empregados dos permissionários."

(TRT10 - 00334-2008-000-10-00-4 MS (AG) - 2ª Seção Especializada - Acórdão redigido pela Exma. Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos - Julgado em 02/09/2008 - grifou-se)

Em segundo lugar, cumpre atentar que os fundamentos enunciados pelo Ministério Público Obreiro segundo os quais a Justiça do Trabalho seria competente para apreciar o pedido em comento não são suficientes para afastar a argumentação ora exposta.

É que a competência da Justiça Trabalhista é estrita ao processamento de ação em que se discute a relação empregado vs. empregador, em ato decorrente da relação de trabalho. **In casu, não se trata de demanda movida nem por empregados** (foi movida pela Procuradoria Regional do Trabalho, representando um dano que seria contra toda a sociedade) **nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes**, porque não há relação de trabalho entre

o Distrito Federal e os referidos trabalhadores. Por idênticas razões, **afasta-se a aplicação do Verbete n.º 327 do Tribunal Superior do Trabalho.**

Diante do exposto, requer seja **cassada a sentença**, reconhecendo-se a **incompetência absoluta da Justiça do Trabalho** quanto à análise da pretensão indenizatória deduzida pelo *parquet* em relação ao Distrito Federal – questão que só pode ser apreciada pela Justiça Comum –, **extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, com fulcro nos arts. 113 e 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.**

2.2 Da reunião de processos em decorrência da conexão: cassação da sentença.

A sentença recorrida afastou pedido de reunião de processos em decorrência da **conexão** ao argumento de que *"não há que se falar em conexão, eis que se faz necessário (SIC) a identidade de partes, ausente neste caso"*.

Equívocou-se, mais uma vez, o juízo de primeiro grau. É que, a teor do **artigo 103 do Código de Processo Civil**, haverá conexão quando for comum entre as ações o objeto **ou** a causa de pedir. Percebam, Nobres Julgadores, que o dispositivo em comento não impõe a coincidência de partes em momento algum, **bastando apenas que ou o objeto ou a causa de pedir sejam comuns** entre as ações supostamente conexas.

Em outro dizer, **não é necessário que haja identidade de partes**, tal como lançado pelo juízo *a quo* na sentença recorrida. A identidade de partes, como elemento da ação que é, somente é exigida quando está-se falando de coisa julgada e litispendência, mas **nunca para se examinar se há conexão entre ações.**

Desse modo, é inegável que laborou em equívoco a magistrada de primeira instância ao afastar a alegação de conexão lançada pelo Distrito Federal quando da contestação, uma vez que criou óbices inexistentes nas regras comezinhas de direito no que se refere ao instituto da conexão entre as ações.

Vejamos as razões que denotam a existência de conexão no caso e, portanto, a **sentença deve ser cassada**, permitindo o julgamento simultâneo pelo juiz considerado preventivo:

Nos termos do artigo 103 do Código de Processo Civil, dispositivo este que, como visto, é perfeitamente aplicável ao caso, duas ou mais demandas serão consideradas conexas quando for comum o objeto **ou** a causa de pedir. Basta que entre as causas sejam comuns os objetos **ou** a causa de pedir, sendo **desnecessária** a identidade de partes, da causa de pedir e do pedido.

Tendo por base tal premissa, é de se constatar que a presente demanda é conexa com a ação que foi distribuída em **30 de julho de 2012** para a **15ª Vara do Trabalho** do Tribunal Regional do Trabalho desta Região e que foi tombada sob o n.º **0001566-18.2012.5.10.0015**.

Afirma-se isso, pois naqueles autos judiciais a demanda foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho em desfavor do Distrito Federal (**identidade de partes**); o objeto da pretensão lá formulada é, dentre outros pleitos, a indenização por suposto dano moral coletivo (**identidade de objeto**); e, por fim, a causa de pedir naqueles autos é suposta violação à integridade física dos trabalhadores (**identidade de causa de pedir**).

Em outras palavras, Nobres Julgadores, **ainda que não seja necessária a identidade de todos estes elementos da ação** para que a conexão seja verificada, há grande similitude entre o caso dos presentes autos e a demanda proposta nos autos de n.º **0001566-18.2012.5.10.0015**, atraindo, assim, a aplicação do art. 105 do Código de Ritos, uma vez que houve perfeita subsunção da norma encartada no art. 103 daquele mesmo Diploma Legal.

Vejam, Excelências, Conforme se observa da petição já constante dos autos, **há manifesta conexão** entre aquela demanda existente na 15ª Vara do Trabalho e a que ora está em curso, uma vez que, ainda que não fosse necessário:

(i) **há identidade de partes:** em ambos os casos o Ministério Público do Trabalho propôs ação em desfavor do Distrito Federal;

(ii) **a causa de pedir** na presente demanda está **contida** naquela em trâmite da 15ª Vara do Trabalho.

4127

Isto porque, naquele feito, além de haver impugnação ao procedimento licitatório instaurado pelo Edital n.º 01/2011-ST/DF, **pede-se também** a condenação do Distrito Federal em indenização por suposto dano moral coletivo, **valendo-se o *parquet* de suposta falha na fiscalização das empresas permissionários do serviço de transporte coletivo por parte do Distrito Federal** (causa de pedir).

(iii) **O pedido** formulado na presente demanda também **está contido** do que fora formulado perante a 15ª Vara do Trabalho. **Em ambos os casos, pede-se que o Distrito Federal seja condenado ao pagamento de indenização por suposto dano moral coletivo** com base nos mesmos fundamentos.

Em conclusão, a **competência deveria ser declinada para o Juízo da 15ª Vara do Trabalho**, pois as ações são conexas e aquele órgão jurisdicional foi quem **primeiro despachou**. A medida se impõe a fim de que sejam **evitadas decisões conflitantes**.

A cassação da sentença é medida que se impõe!

2.3 Da nulidade da sentença: ausência de fundamentação (*error in procedendo*)

O dever de fundamentação do magistrado quando da prolação de decisões, longe de ser uma mera formalidade, é uma forma de se evitar arbitrariedades e garantir a democratização do judiciário.

Ademais, a própria Constituição da República, no inciso IX do artigo 93, impõe que a fundamentação das decisões judiciais é um requisito indispensável para sua validade, devendo estar presente em todas elas, sob pena de nulidade, *in verbis*:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;"

Ocorre que a **decisão** ora recorrida, mesmo após o manejo dos embargos declaratórios, **continua desprovida de fundamentação** e tal circunstância contraria o que dispõe o **inciso IX do artigo 93 da Constituição da República**, tornando-a nula.

Além de desprover de forma equivocada os declaratórios opostos pelo Distrito Federal, **errou** mais uma vez o juízo de primeiro grau ao consignar na sentença que julgou os embargos de declaração opostos o seguinte: **"é de se frisar que o juiz não está obrigado a manifestar-se acerca de cada fundamento apresentado pela parte [...]** Não se trata a sentença de diálogo travado entre a parte e o Estado-juiz" – negritos originais.

Ora, Nobres Julgadores, é **regra básica** de direito processual que o juiz não está obrigado a examinar todas as alegações feitas pela parte **se for acolher a sua alegação, mas está sim obrigado a manifestar-se sobre cada fundamento apresentado se for repelir o seu pleito, sob pena de negar a prestação da atividade jurisdicional.**

Pensar de forma diversa, tal como fez equivocadamente o juízo de primeiro grau, é ferir de morte a garantia fundamental e o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que se encontra encartado no **inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República.**

Pois bem, restando claro que é **obrigação sim do magistrado enfrentar toda a argumentação expendida pela parte na hipótese de não acolher o pleito**, passemos a elencar ponto-a-ponto os excertos da decisão recorrida que demonstra a sua ausência de fundamentação.

Para tanto, utilizar-no-emos da seguinte técnica: alegação feita pelo Distrito Federal quando contestação *versus* consignação lançada na sentença recorrida em relação ao tema.

a) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude de atribuição legal dos auditores-fiscais do trabalho para fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

NO ITEM "2.2" da contestação, o Distrito Federal alegou que seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, ao argumento de que é atribuição da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho, tal como dispõe o artigo 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não seria atribuição do Distrito Federal fazê-lo.

Vejam, Excelências, o que foi lançado na sentença acerca dessa alegação:

"O DF suscita as preliminares de ilegitimidade passiva relativo (SIC) a (SIC) atribuição da União de fiscalização do trabalho.

Não há que se falar em ilegitimidade de parte, pois parte legítima passivamente é aquela que resiste a (SIC) pretensão deduzida pelo autor.

A legitimidade de parte é uma das condições, referente à pertinência subjetiva da lide. Quanto ao polo passivo da relação jurídica processual, é parte legítima aquela que figura como parte em relação ao direito material do autor.

Nesta esfera de raciocínio, a aferição de coexistência das condições da ação deve realizar-se segundo um juízo hipotético e provisório de veracidade dos fatos narrados na inaugural (teoria da asserção), isto, (SIC)

é, a análise deve ser feita em abstrato à vista do afirmado na peça inaugural."



Opostos embargos de declaração, o juízo recorrido em nada alterou a sua decisão quanto ao ponto.

Como se vê, Nobres Julgadores, a magistrada prolatora da sentença ora recorrida não enfrentou o tema, limitando-se a afirmar que o fato de o Distrito Federal ter resistido à pretensão, quando instado para tanto, seria suficiente para conferir legitimidade passiva (!!!!!!!).

Em momento algum a magistrada refutou a alegação de que seria atribuição da União e não do Distrito Federal a fiscalização do meio ambiente do trabalho. Em momento algum a magistrada declarou a inconstitucionalidade dos artigos 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e 626 da CLT, para deixar de aplicá-los.

Em outro dizer, **não trouxe a Ilustre Magistrada qualquer fundamentação para os autos, nem para afastar, nem para acolher, a alegação de ilegitimidade passiva do Distrito Federal em decorrência da atribuição imposta por lei à União**

Diga de passagem, que ainda que a magistrada tivesse convencimento formado no sentido de que tal tema não deveria ser discutido no âmbito das preliminares, mas sim como questão de mérito, **deveria ela expressamente se posicionar sobre o tema**, mas ela assim não agiu. Simplesmente negou vigência aos dispositivos citados.

Assim, **ausente a fundamentação** quanto ao ponto, **nula é a decisão ora recorrida**, haja vista ter laborado o juízo *a quo* em manifesto *error in procedendo*.

b) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da competência de fiscalização dos ônibus ser do DFTRANS, autarquia, que, portanto, possui personalidade jurídica própria.

No item "2.3" da contestação, o Distrito Federal legou que também seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez

que existe na Administração Indireta Distrital uma autarquia criada especificamente para fiscalizar a prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário aos usuários do sistema, qual seja, o DFTRANS.

Como bem descrito na contestação, o DFTRANS é uma autarquia distrital que, portanto, possui personalidade jurídica própria e que foi criada com objetivo precípuo de fiscalizar a prestação de serviço público de transporte coletivo. Isto é, ainda que se admitisse que a atribuição para fiscalizar o meio ambiente do trabalho estivesse dentro da esfera de atuação do Distrito Federal e não no âmbito da União, somente o DFTRANS poderia fazê-lo, razão pela qual somente esta autarquia teria legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.

Ocorre que, mais uma vez, o **juízo recorrido não se desincumbiu do ônus de enfrentar o tema** para, querendo, repeli-lo. A magistrada de primeiro grau **não escreveu uma linha sequer sobre o assunto, passando a largo de qualquer espécie de fundamentação** para decidir o tema.

Mesmo após a oposição dos embargos de declaração, o juízo recorrido quedou-se silente sobre o tema.

Nessa perspectiva, Nobres Julgadores, também por esse motivo, não resta dúvida de que a **sentença deve ser declarada nula por absoluta ausência de fundamentação** quanto ao ponto em comento.

c) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da impossibilidade de condenação direta de forma solidária do Distrito Federal

No item "2.4" da contestação, o Distrito Federal alegou que, ao contrário do quanto sustentado pelo Ministério Público do Trabalho, o caso não seria hipótese de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária. Isto é, alegou-se que, a teor do que dispõe o §1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, é vedada a responsabilização do ente público em decorrência dos serviços prestados por terceiros que possuam vínculos jurídicos com a Administração.



432

Quando da sentença, assim como fez com as demais alegações do Distrito Federal, o juízo recorrido não fez qualquer menção quanto ao ponto, restando ausente qualquer fundamentação ou decisão sobre o tema. Opostos os embargos de declaração, o vício permaneceu.

Assim, também por decorrência da sua total omissão, **a sentença deve ser declarada nula por absoluta falta de fundamentação.**

d) Alegação do Distrito Federal quanto à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado aplicável ao caso.

O Distrito Federal instou o juízo recorrido, por meio dos embargos de declaração, a se manifestar acerca de qual a Teoria da Responsabilidade Civil do Estado de que se valeu para condenar o Distrito Federal ao pagamento do *quantum* indenizatório consignado na sentença.

Longe de ser um mero capricho do subscritor na presente peça, a indicação de qual a Teoria aplicável ao caso é de suma importância para viabilizar a defesa do Distrito Federal, já que, conforme o caso, deveria ser investigado se seria necessária ou não a comprovação do elemento subjetivo (culpa lato sensu) por parte do autor.

Ocorre que a magistrada de primeiro grau nada disse sobre o tema, limitando-se a registrar, após os embargos declaratórios, que a sentença imputou responsabilidade mediante culpa ao Distrito Federal, mas não há uma linha sequer na sentença em que tal afirmativa possa ser confirmada.

Nessa perspectiva, **também por esse motivo a sentença deve ser declarada nula**, pois mais uma vez **não foi observado o dever de fundamentação inerente à atividade judicante**

3. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA E EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Embora seja certo o acatamento das alegações supra e, em consequência disso, os autos deverão retornar à primeira instância para que o

magistrado de primeiro grau passe a fundamentar a sua decisão, cumpre ao Distrito Federal demonstrar as razões pelas quais, acaso ultrapassadas as alegações de nulidade da sentença, o que se admite somente para argumentar, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito em relação ao ente público ora recorrente:

3.1 - DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DISTRITO FEDERAL: ATRIBUIÇÃO DA UNIÃO DE FISCALIZAR O TRABALHO

A sentença merece ser reformada para reconhecer a **ilegitimidade passiva** do Distrito Federal em decorrência da sua total ausência de atribuição para fiscalizar o meio ambiente de trabalho. Explica-se:

O pedido de indenização por dano moral coletivo decorre de inquéritos civis que teriam apurado a ocorrência de danos à integridade física dos trabalhadores dessas empresas por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a ruídos intensos.

Assim, sustenta o órgão ministerial que estaria configurado dano moral coletivo sendo também responsável, quanto à respectiva indenização, o Distrito Federal, ao argumento de que este deteria responsabilidade solidária e objetiva em relação a todos os danos causados por delegatários de serviços públicos, especialmente por ter se omitido na fiscalização quanto às condições de trabalho dos motoristas e cobradores.

Contudo, pertence à **União**, por intermédio do **Ministério do Trabalho**, o **dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho** e, conseqüentemente, o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete**

à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho"

Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho."

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. **No art. 11**, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (Grifos Nossos).

Nos ditames do artigo supracitado, os **Auditores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.

Portanto, a inspeção do trabalho - que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador.

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

"Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir à idéia de 'saúde', abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho,

matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. A toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão insertos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde - SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho" (DJ 4.6.2004 - grifos nossos).

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. É pacífico o entendimento deste Supremo Tribunal quanto à inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispõe sobre matéria de competência legislativa outorgada à

União. Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União. Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal. (ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (Grifos Nossos)

O que se quer demonstrar com isso, Excelência, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

Assim, diante da **ilegitimidade passiva do Distrito Federal**, impõe-se a **extinção parcial do presente processo com relação ao ente público**, sem julgamento de mérito, nos termos do **art. 267, VI do CPC**.

3.2 - DA ILEGITIMIDADE PASSIVA: A COMPETÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA É DO DFTRANS

De igual forma, a sentença merece ser reformada para se reconhecer a ilegitimidade passiva do Distrito Federal em decorrência da existência de autarquia, no âmbito da Administração Indireta Distrital, criada para gerir e fiscalizar o sistema de transporte coletivo distrital, qual seja, DFTRANS

Expliquemos melhor:

O Distrito Federal, por meio da Lei n.º 241, de 28 de fevereiro de 1992, criou a autarquia então denominada Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal (DMTU/DF). Esta nomenclatura foi posteriormente alterada pelo Decreto n.º 23.902, de 11 de julho de 2003, passando aquela autarquia a se chamar DFTRANS.

O art. 2º do citado ato normativo é cristalino ao dispor acerca das atribuições do DFTRANS. Segundo aquele dispositivo, na **condição de órgão gestor do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF**, as atribuições do DFTRANS são as seguintes: (i) planejar e avaliar a caracterização da demanda

e da oferta de serviços de transporte coletivo; (ii) elaborar os estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários; (iii) **gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo**, bem como a administração e operação dos terminais.

Como se vê, é atribuição do DFTRANS, exclusiva, diga-se, na condição de órgão gestor do sistema de transporte coletivo distrital, **gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo**. Isto é, não compete ao Distrito Federal, mas sim ao DFTRANS fiscalizar a prestação dos serviços de transporte público coletivo distrital.

Como dito acima, o DFTRANS é uma **autarquia** e, como tal, possui personalidade jurídica, podendo, assim, ser responsabilizada pelos seus próprios atos.

No caso dos autos, o órgão ministerial imputa responsabilidade solidária (!!!) ao Distrito Federal pelos supostos danos causados à integridade física dos trabalhadores em decorrência da *"culpa in elegendo e ao desconhecimento e descaso que demonstra quanto à péssima realidade da prestação dos aludidos serviços e ao adoecimento em massa de cerca de metade dos motoristas e cobradores do transporte público distrital"* – palavras extraídas da própria exordial.

Ora, Nobres Julgadores, a parte autora já sinaliza na peça de ingresso que o suposto dano aos obreiros adveio de **omissão estatal** ao **deixar de fiscalizar** a prestação do serviço de transporte coletivo.

Ocorre que, como se viu, existe uma autarquia distrital que foi criada com a função específica de **gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo**. Ou seja, em que pese o esforço hercúleo do Ministério Público do Trabalho em atribuir responsabilidade ao Distrito Federal pelos supostos danos causados aos trabalhadores, tal premissa não se sustenta quanto confrontada com a lei que cria o DFTRANS.

Em outras palavras, repita-se à exaustão, por ser **atribuição exclusiva do DFTRANS** a fiscalização do sistema de transporte coletivo distrital, eventual responsabilidade por suposto dano moral coletivo – o que se admite somente para argumentar -, tal como aduz o Ministério Público do

Trabalho, somente poderá ser imputada ao DFTRANS e **nunca ao Distrito Federal.**



De forma dedutiva e ainda mais didática, Excelências, há de ser afirmado, sem qualquer risco ao cometimento de equívoco, que: o **Distrito Federal não possui legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.**

Nessa linha de raciocínio, por **faltar ao Distrito Federal legitimidade para figurar no polo passivo da demanda ora em curso**, é de se reconhecer que o **autor é carecedor de ação**, devendo, assim, o **processo ser extinto sem resolução do mérito**, ao menos em relação ao ente ora contestante, tal como dispõe o **artigo 267, VI, do CPC**, de aplicação subsidiária ao processo trabalhista.

Continuemos...

3.3 - DA ILEGITIMIDADE PASSIVA: IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO DIRETA DE FORMA SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Há de ser dito ainda que ainda há um outro argumento para que seja reconhecida a ilegitimidade do Distrito Federal para participar do polo passivo da demanda ora em curso. É que, ao contrário do que quer fazer parecer o Ministério Público, na peça em que requereu a inclusão do ente público ora contestante no polo passivo, **não é caso de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária.**

E esse entendimento decorre de expressa previsão legal, contida tanto na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93) quanto na Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95). Ou seja, o *parquet*, ainda que com fundamentação absolutamente inconsistente - tentando desesperadamente atribuir alguma espécie de responsabilidade ao Distrito Federal, lançando mão de julgados ou de legislações, como a de defesa do consumidor ou do meio ambiente natural contra depredação humana, que não se aplicam *in casu* - defende posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

Lei n.º 8.666/93:



"Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis." - destaques nossos.

Lei n.º 8.987/95:

"Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

[...]

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

[...]

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente." - negritamos

Outra não pode ser a norma que se extrai dos dispositivos transcritos:
a relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente

e **permissionário/concessionário** será sempre de subsidiariedade e **nunca** de solidariedade.

De mais a mais, destaca-se que o próprio **Supremo Tribunal Federal**, na **Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF** – a qual foi ajuizada precisamente pela Procuradoria do Distrito Federal -, certificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, **asseverando que não há responsabilidade *solidária* da Administração Pública por prejuízos de cunho trabalhista por empresas por ela contratadas e que o Poder Público não pode ser diretamente chamado em juízo para responder por tais obrigações**. Dita a ementa do referido aresto (em anexo):

"RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. **Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica.** Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. **Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente.** Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995."

(STF – ADC 16/DF – Tribunal Pleno – Rel. Min. Cezar Peluso – J. em 24/11/10)

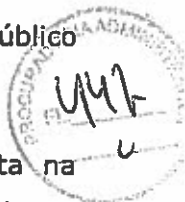
Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:

"Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a

terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.



A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o 'dano' considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

(...)

Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.

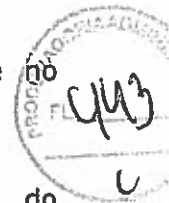
(...)

Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado - de natureza extracontratual - não se há de admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.

(...)

Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular.

Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.



Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que "a *Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrado*".

A aplicação do art. 71, §1º, da Lei n.º 8.666/93 não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.

Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do inadimplemento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada."

Diga-se, ademais, que a solidariedade da obrigação **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal solidariedade, esta não poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, **além de inexistir lei que preveja tal solidariedade, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.**

No caso dos autos não há de ser diferente. O Ministério Público afirma que os supostos danos causados aos trabalhadores advêm da má conservação dos ônibus, **má conservação esta que é fruto de conduta exclusiva das próprias empresas concessionárias**, não concorrendo o Distrito Federal em momento algum para que tal situação efetivamente ocorra.

Muito pelo contrário, a Administração Pública Distrital exerce constante fiscalização a fim de evitar que veículos em péssimo estado de conservação possam continuar circulando.

O que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. **Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.**

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, **o Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

"CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de

20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre será subsidiária e nunca subsidiária.**

Se toda essa linha argumentativa não fosse o suficiente, também a jurisprudência unânime do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região elide a tese do Autor Ministerial.

No julgado adiante alinhavado, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região avaliou se o Distrito Federal detinha responsabilidade subsidiária sobre ilegalidades cometidas exatamente nas relações de trabalho entre os permissionários de transporte público coletivo e seus empregados e, tanto no caso abaixo quanto em todas as ocasiões em que o assunto veio à tona,

esta Egrégia Corte entendeu que não há sequer responsabilidade subsidiária do Poder Público:

"A Lei nº 8.987/95, ao disciplinar as concessões de serviços públicos (art. 175 da CF), embora tenha previsto como encargo do poder concedente a fiscalização dos serviços, exclui qualquer responsabilidade do ente público por eventuais prejuízos causados. Portanto, não há campo para incidência da Súmula nº 331 do TST, específica para as hipóteses de terceirização. Nesse sentido, consolidou-se a jurisprudência do TST, por meio da OJSBDI1-Transitória nº 66, aplicada por analogia ao caso dos autos:

"SETRANSP. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) A atividade da São Paulo Transportes S/A - SPTrans de gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão-de-obra, não se configurando a responsabilidade subsidiária."

Na mesma linha de posicionamento, cito precedentes desta Turma:

"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. Evidenciado nos autos que as reclamadas entabularam contrato de concessão/permissão de prestação e exploração de serviços públicos e não se verificando a prestação de serviços em prol do ente público, mas em benefício do concessionário/permissionário, não há que se cogitar do instituto da terceirização de serviços e, por conseguinte, em aplicação da previsão contida no item IV da Súmula nº 331/TST." (RO 01764-2011-019-10-00-3, Relatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, DEJT 10/08/2012).

447
"CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 331/TST. Por meio da concessão de serviço público, o Estado transfere a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de determinada atividade de interesse coletivo, mediante remuneração por tarifas pagas pelos próprios usuários do serviço. A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe sobre os regimes de concessão e de permissão da prestação de serviços públicos, previstos no art. 175 da Constituição Federal. Conforme disposto no diploma legal citado, a concessionária responde por todas as obrigações por ela contraídas, não se transferindo ao Ente Público qualquer responsabilidade. Nesse mesmo sentido o TST, por meio da OJ Transitória 66 da SBDI-I aplicada por analogia ao caso, consolidou entendimento." (RO 01860-2011-015-10-00-6, Relatora: Desembargadora Flávia Simões Falcão, DEJT 03/08/2012).

"CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO CONCEDENTE COM BASE NA SÚMULA Nº 331, DO COL. TST. IMPOSSIBILIDADE. A concessão de serviços públicos de transporte encontra previsão no artigo 175 da Constituição e é regida pelas disposições constantes da Lei nº 8.987/95. Trata-se, portanto, de modalidade contratual diversa daquela estabelecida sob a égide da Lei nº 8.666/93, que é o objeto da Súmula nº 331, do col. TST. Nesse contexto, nem mesmo a presença de elementos contratuais comuns,

tais como o poder/dever de fiscalização da administração pública, autoriza a incidência do verbete sumular em destaque, notadamente porque a prestação de serviços por parte do trabalhador não ocorre

em prol da atividade meio do concedente." (RO 01873-2011-004-10-00-1, Desembargador Pedro Luis Vicentin Foltran, DEJT 13/07/2012)"

(TRT 10 - 01914-2011-001-10-00-0 RO - 1ª Turma - Rel. Des. Ricardo Alencar Machado - J. em 29/08/2012)

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável solidariamente por danos causados por concessionárias ou permissionárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSBDI1- Transitória nº 66)** e do TRT da 10ª Região, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminentíssimo Doutrinador **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

*"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face exclusivamente do causador do dano, sendo a Administração parte ilegítima ad causam na referida ação."² – negritos originais, mas sublinhados nossos.*

Por essa razão, **a extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Distrito Federal**, com fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, é medida que se impõe, haja vista que **é impossível, fática e juridicamente, a condenação solidária de ente público em hipótese como a do caso do autos.**

4. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO

Embora seja certo o acatamento da argumentação anteriormente expendida e, por conta disso, certamente a sentença será cassada ou o processo será extinto sem resolução de mérito, incumbe ao ente recorrente adentrar no mérito da demanda, para, no seu âmago, impugná-lo.

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, págs. 541/542.

4.1 - DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL



4.1.1 - DAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA TEORIA APLICÁVEL AO CASO

De saída, deve ser destacado que, com o devido respeito, labora em equívoco o Ministério Público do Trabalho ao estabelecer como verdade absoluta que se trata de responsabilidade civil objetiva do estado. Ledo engano!

Em verdade, a responsabilidade do estado em decorrência dos seus atos está expressa no §6º do artigo 37 da Constituição da República. Também é verdadeiro que aquele dispositivo cria uma regra geral segundo a qual não se discute a existência do elemento subjetivo (culpa lato sensu) em relação aos danos causados pelo estado.

Todavia, aquele dispositivo somente será aplicado para as condutas estatais que sejam comissivas, isto é, somente quanto o ente público atuar, agir é que a responsabilidade será objetiva e não será questionada a existência ou não de culpa do ente estatal.

Quando se tratar de uma conduta omissiva – um não fazer do estado –, aquela disposição constitucional não terá aplicação, sendo aplicável a regra geral da responsabilidade civil, segundo a qual deverá ser também demonstrada a culpa do agente para que reste caracterizado o dever de indenizar.

Essa é a leitura que a doutrina e a jurisprudência fazem do **§6º do artigo 37 da Constituição da República**, conforme sentenciam o Ilustre Doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, *in verbis*:

"Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficiente) é de se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo."

450

Deveras, caso o Poder Público não estivesse obrigado a impedir o acontecimento danoso, faltaria razão para impor-lhe o encargo de suportar patrimonialmente as consequências da lesão. Logo, a responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento ilícito. E, sendo responsabilidade por ilícito, é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do Estado (embora do particular possa haver) que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo). Culpa e dolo são justamente as modalidades de responsabilidade subjetiva”³

No caso dos autos, conforme consta da própria petição de ingresso, há clara **imputação de responsabilidade** ao Distrito Federal em decorrência de **suposta omissão em fiscalizar** as empresas delegatárias do serviço de transporte coletivo no que se refere ao ambiente adequado de trabalho para os cobradores e motoristas.

Ao assim dispor, o Ministério Público do Trabalho atrai para o caso a responsabilidade civil subjetiva do Estado, pois, como se expôs acima, a sua aplicação se fará presente toda vez em que se imputa responsabilidade em decorrência de responsabilidade omissiva do Estado.

Sendo **subjetiva a responsabilidade imputada ao Estado**, para que reste presente o dever de indenizar, a parte autora deveria provar - além de conduta omissiva contrária ao direito, dano efetivo e nexo de causalidade entre ambos - a culpa no sentido lato.

Isto é, além dos requisitos ordinários da responsabilidade civil, incumbia ao Ministério Público do Trabalho a demonstração no sentido de que o Distrito Federal agira com dolo ou com negligência, imprudência ou imperícia.

Ocorre que, consoante será demonstrado, não estão presentes no caso dos autos nenhum dos elementos caracterizados do dever de indenizar. Vejamos:

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 895-896.

4.1.2 - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL: AUSÊNCIA DE OMISSÃO ESTATAL

Fixadas as premissas acima e afastadas as dúvidas acerca de qual a espécie de responsabilidade civil do Estado deve ser aplicada ao caso concreto, passemos a demonstrar as razões pelas quais inexistente o dever de indenizar.

Sendo subjetiva a responsabilidade do Estado, há de ser aplicada da teoria francesa da *culpa do serviço*, segundo a qual "*ocorre culpa do serviço ou falta do serviço quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado*"⁴.

No caso dos autos, ainda que fosse atribuição do Distrito Federal atuar na fiscalização do ambiente de trabalho no âmbito do transporte coletivo, o que, como visto, não o é, pois pertence ou ao DFTRANS ou à União, é de se afirmar que **não houve culpa do serviço por eventuais danos causados** à saúde dos cobradores e motoristas de ônibus.

Afirma isso, pois, conforme documentação em anexo (**anexo 2**), a **empresa** que compõe o polo passivo ao lado do Distrito Federal foi **constantemente fiscalizada**, sendo algo inclusive de diversos autos de infração por violar as normas técnicas que resguardam a saúde dos trabalhadores e dos passageiros.

Como se vê da documentação anexa (**anexo 2**), a Administração Pública Distrital, **por meio do DFTRANS**, no pleno uso do seu poder de polícia, procedia à fiscalização dos ônibus da empresa ré, sempre buscando uma melhoria na prestação dos serviços à população e, consequentemente, ainda que fosse sua atribuição (repita-se: a atribuição é da União), um melhor ambiente de trabalho para os cobradores e motoristas.

Tal situação fática, Excelência, afasta por completo o dever de indenizar do Distrito Federal. Isto porque, tendo havido fiscalização incessante por parte da Administração Pública Distrital, **beira ao absurdo a afirmação no**

⁴ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 885.

sentido de que o ente público contestante omitiu-se no seu dever de agir.

Nessa perspectiva, decorre de dedução lógica que, **inexistindo omissão estatal, inexistirá também a responsabilidade**, devendo os pedidos contidos na peça de ingresso ser **julgados totalmente improcedentes** no que se refere à pretensão voltada ao Distrito Federal.

Ora, inexistindo omissão estatal no presente caso concreto não há falar em dever de indenizar por parte do Distrito Federal, afigurando-se, inclusive, desnecessário tecer comentários sobre os demais elementos da responsabilidade civil subjetiva do Estado. Todavia, em homenagem ao princípio da eventualidade, vejamos as demais razões pelas quais os pedidos formulados pelo Ministério Público devem ser julgados improcedentes.

4.1.3 - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL: AUSÊNCIA DE CULPA

Como visto, em sede de responsabilidade civil subjetiva, além da omissão estatal, deve estar presente também o dano, o nexo de causalidade e, sobretudo a culpa, ainda que considerada esta última no seu mais amplo sentido.

Em outro dizer e ainda valendo-se dos ensinamentos do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, para configurar a responsabilidade estatal por omissão não basta a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. Afirma ele,

*"cumpre que haja algo mais: a culpa por negligência, imprudência ou imperícia no serviço, ensejadoras do dano, ou então o dolo, intenção de omitir-se, quando era obrigatório para o Estado atuar e fazê-lo segundo um certo padrão de eficiência capaz de obstar ao evento lesivo. Em uma palavra: é necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter ocorrido para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste mister, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível."*⁵

Entretanto, nos autos, não há uma prova sequer nem digressão sobre efetiva culpa do Distrito Federal em relação ao suposto prejuízo sofrido pelos motoristas e cobradores empregados pelas atuais concessionárias.

Não foi comprovado nem mesmo que este ente público tinha ciência dos fatos alegados – note-se que o Ministério Público instaurou inquéritos civis desde 2004 sobre o assunto, mas na exordial, em nenhum momento é dito que foi feita comunicação à Secretaria de Transportes do Distrito Federal para tomar providências.

O Ministério Público apenas afirma que o Distrito Federal deve ser civilmente responsabilizado, mas simplesmente alega, **não prova nada**, nem muito menos individualiza a sua conduta nem demonstra a sua culpa sobre a qual poderia ter sido feito algum juízo de reprovação.

Mas também não poderia ter sido diverso, já que **em momento algum o Distrito Federal agiu com imprudência, imperícia ou negligência, bem como omitiu-se intencionalmente**, até mesmo porque, conforme visto no tópico anterior, tal omissão não houve.

Ora, se encontra presente no caso dos autos o elemento subjetivo da responsabilidade civil subjetiva do Estado, qual seja, a culpa no seu mais amplo sentido, é inquestionável que não há falar-se em dever de indenizar por parte do Distrito Federal.

Portanto, na improvável hipótese de esse Juízo entender que o Distrito Federal é responsável pelos alegados danos à coletividade e aos trabalhadores das atuais permissionárias de transporte coletivo, ainda assim é forçoso o julgamento pela improcedência do referido pedido do Autor por ser manifesta a inexistência de culpa por parte do ente público contestante.

4.1.4 - DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SUPOSTO DANO

Deve ser destacado ainda que o Ministério Público do Trabalho não comprovou a ocorrência de dano moral "*na coletividade de empregados e na sociedade*", tal como alegado na peça de ingresso. Aparentemente isso é

avocado pelo Ministério Público do Trabalho ao usar as expressões "dano genérico", "prejuízo moral potencial" e "dano desferido potencialmente a um universo de pessoas".

Ocorre que o *parquet* ajuizou a ação após investigar 7 (sete) das empresas permissionárias de transporte coletivo no Distrito Federal, **afirmando** que houve dano a toda a classe dos motoristas e cobradores respectivos (cerca de 15 mil pessoas, segundo o Autor), porém não tendo sido feitas investigações quanto a 9 (nove) outras empresas permissionárias do aludido serviço, nem quanto à coletividade como um todo.

Ou seja, a parte autora só fez um mínimo levantamento de informações em relação a porção minoritária das empresas que atendem o transporte coletivo, contudo defende que foram prejudicados **todos** os motoristas e cobradores, bem como toda a coletividade.

Ora, Excelência, assoma evidente que, em um universo de 16 (dezesesseis) empresas, a utilização de apenas 7 (sete) permissionários como amostragem para aferir se houve ou não dano à integridade física dos trabalhadores não demonstra a universalidade que deveria estar abarcado pelo suposto dano moral coletivo.

Em outras palavras, **não há demonstração de coletividade do dano!** Pelo que consta dos autos, apenas alguns empresários de algumas empresas possuem algum déficit auditivo, o que não quer dizer que tal deficiência tenha relação direta com a má prestação dos serviços pelas permissionárias do serviço de transporte coletivo.

Ademais, o Ministério Público do Trabalho não comprovou adequadamente a gravidade do suposto dano à coletividade. Atente-se para precedente do Tribunal Regional da 10ª Região que julgou improcedente pedido de indenização de danos morais coletivos em ação civil pública justamente porque não se vislumbrava efetivo atentado significativo para a moral coletiva – inclusive fazendo referência a julgado do TRT da 3ª Região, o qual emitiu decisão parelha em situação bastante semelhante a dos autos:

"(...) não vejo procedência no pedido de indenização por dano moral coletivo. A conduta ilícita da Ré poderá legitimar os trabalhadores potencialmente lesados, no âmbito das

normas da CLT, a buscar a tutela jurisdicional trabalhista. Logo, trata-se de violação de direitos em relação aos quais a ordem jurídica positiva define critérios de reparação, inclusive, tarifada. **Em relação à coletividade, entendo que basta, por si só, a tutela inibitória deferida, não se cogitando de reparação pecuniária. Em caso de contornos semelhantes, já se pronunciou o Eg. TRT da 3a Região:**

'AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - NÃO CONFIGURAÇÃO. Embora constatada a deficiência na observação, pela empresa, de normas de medicina, segurança e higiene do trabalho, não se pode extrair daí a existência de um sentimento coletivo de indignação, de desagrado e de vergonha capaz de ferir a 'moral' da coletividade inserida nesse contexto, para efeito de indenização por dano moral coletivo. Para esse fim, o ilícito e seus efeitos devem ser de tal monta que a repulsa social seja imediata e extrapole aquela relativa ao descumprimento pelo agente transgressor de determinadas normas de conduta trabalhista.' (RO 00710-2004-087-03-00- 8, Ac. 8a Turma, Relatora Juíza Denise Alves Horta, DJ 26.11.2005, p. 18).

Portanto, no âmbito dos interesses transindividuais dos trabalhadores, a pretensão fundada em dano moral coletivo, veiculada em ação civil pública, decorrente da ilegalidade de contrato de prestação de serviços, exaure-se na tutela inibitória, que consiste na imposição de obrigação de não-fazer. Desse modo, meu voto é no sentido de dar provimento ao recurso para excluir da condenação a indenização a título de dano moral coletivo.

CONCLUSÃO Pelo exposto, conheço parcialmente do recurso, rejeito as prefaciais suscitadas e, no mérito, dou-lhe parcial provimento, para excluir da condenação a indenização a título de dano moral coletivo, nos termos da fundamentação."

Não se estar afirmando que, se realmente comprovado dano à saúde do trabalhador, este não terá direito à indenização por violação à sua integridade física. Não é isso! O que se está a afirmar é que o meio pelo qual essa indenização poderá ocorrer **não deve ser este instrumento de ação coletiva**, mas sim **ações individuais** propostas por cada um dos trabalhadores supostamente lesados.

Em conclusão, por **não restar caracterizado um efetivo dano moral a uma universalidade de pessoas**, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

4.1.5 - DA REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

Na remota hipótese de ser mantida a sentença ora recorrida, o que se admite somente para argumentar, requer o Distrito Federal que seja revista a quantia estabelecida a título de indenização por dano moral.

Nessa perspectiva, o Distrito Federal pugna para que, na remota hipótese de manutenção da sentença, seja estabelecida a indenização pelo suposto dano moral coletivo em patamar não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

5. DO PREQUESTIONAMENTO

Com o intuito de resguardar o direito do recorrente de encaminhar a presente demanda para instâncias recursais extraordinárias, o Distrito Federal pugna para que haja manifestação expressa sobre os seguintes dispositivos: **art. 93, XI, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; artigo 37, §6º, da Constituição da República.**

6. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Distrito Federal, certo dos acréscimos de Vossas Excelências, requer provimento do presente recurso para:

- a) seja cassada a sentença em decorrência da conexão não observada e/ou em razão da incompetência do juízo;
- b) caso não seja este o entendimento, o que se admite somente para argumentar, seja extinto sem julgamento de mérito o processo com base nas alegações supra;
- c) caso ainda não seja este o entendimento deste Juízo, o que admite somente por hipótese, seja julgado improcedente o pedido;
- d) por fim, caso ainda assim não entenda esta Egrégia Corte, que seja reduzido valor fixado a título de indenização por dano moral.
- e) em qualquer das hipóteses, que requer-se que haja expressa menção aos dispositivos legais e constitucionais listados no item "5" supra.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 15 de dezembro de 2013.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 1 -

RELATORA : DESEMBARGADORA MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
REVISOR : JUIZ FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
RECORRENTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
ADVOGADO : SÔNIA REGINA MARQUES BARREIRO
RECORRENTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADOR : ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA
RECORRIDO : OS MESMOS
ASSISTENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS URBANOS INTERESTADUAIS ESPECIAIS ESCOLARES TURISMO E DE TRANSPORTE DE CARGA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : ALESSANDRA CAMARANO MARTINS
ORIGEM : 19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
CLASSE ORIGINÁRIA: Ação Civil Pública
(JUIZA LAURA RAMOS MORAIS)

EMENTA: MEIO AMBIENTE DO TRABALHO SEGURO, HÍGIDO E EQUILIBRADO. OBRIGAÇÃO PATRONAL. NÃO IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR COMPROVADA. REPARAÇÃO CIVIL DEVIDA. A Constituição Federal consagra, em seus artigos 1º, incisos III e IV, e 170, *caput*, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. O art. 6º, por sua vez, eleva a saúde e o trabalho ao patamar de direitos sociais e elenca como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a prevenção de riscos no ambiente de trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII), bem assim o direito à saúde garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (art. 196 da CF), impondo ao empregador proporcionar aos seus empregados dignas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 3 -

1874/1875.

O DISTRITO FEDERAL interpõe recurso ordinário às fls. 1876/1914, renovando as preliminares de incompetência do juízo, conexão e ilegitimidade passiva. No mérito, busca obter a revisão do julgado no que tange à responsabilidade solidária que lhe foi imputada, e em caráter sucessivo pede a redução do valor arbitrado a título de dano moral coletivo.

Recurso ordinário interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO às fls. 1950/1970, no qual pretende a reforma parcial do julgado a fim de seja majorado o valor arbitrado para o dano moral coletivo e seja reconhecida a responsabilidade solidária do Distrito Federal especificamente quanto às obrigações de fazer.

Contrarrrazões apresentadas pelo MPT às fls. 1922/1949, pela LOTAXI às fls. 1975/1980, pelo DISTRITO FEDERAL às fls. 1984/2003 e pelo Sindicato Assistente às fls. 2006/2016 e fls. 2018/2032.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, por tratar-se de ação de sua autoria.

É o relatório.

V O T O

1. ADMISSIBILIDADE

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

Em suas contrarrrazões a LOTAXI TRANSPORTES URBANOS suscita preliminar de não conhecimento do recurso interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, argumentando, em síntese,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 5 -

Não houve, vale dizer, pedido de condenação solidária do Distrito Federal quanto à indenização por danos morais coletivos.

A sentença de primeiro grau, complementada pela decisão de embargos declaratórios, esclareceu expressamente que jamais cogitou de responsabilidade solidária do Distrito Federal, fixando duas indenizações distintas, no valor de R\$500.000,00, para cada um dos demandados, ou seja, R\$500.000,00 para a empresa e R\$500.000,00 para o Distrito Federal.

Segue o trecho da sentença:

"[...]"

Assim, condeno o DF ao dano moral coletivo no valor de R\$ 500.000,00. Indefero o pedido de responsabilidade solidária quanto as obrigações de fazer, uma vez que não tem competência para intervir no gerenciamento interno da empresa ré. O valor está considerando a atitude da ré que continua a contribuir para o prejuízo." (fls. 1802/1803 - grifo nosso)

Questionada pelo Distrito Federal quanto à espécie da responsabilidade que lhe foi imputada, assim se pronunciou a magistrada de origem, verbis:

"Insurge-se o GDF quanto a contradição ao argumento de que inicialmente essa Juíza se manifesta pelo entendimento quanto a responsabilidade subsidiária e depois solidária do ente público.

Sem razão.

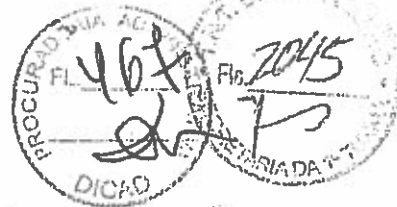
Essa magistrada entende pela responsabilidade subsidiária quanto a ausência de fiscalização das concessionárias públicas, mas no caso o ente público não só assumiu o risco, como aceitou contribuir para o risco conforme fundamentação.

Jamais a juíza deu responsabilidade solidária do DF, para isso basta ler a sentença.

Este documento pode ser verificado no endereço <http://www.trt10.jus.br/validador.htm> com o código 1 - 5QESIFRV39DSJX1HF4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 7 -

matéria. Argumenta que esta Justiça Especializada não seria competente para apreciar a questão, uma vez que os fundamentos utilizados pelo Ministério Público do Trabalho para tentar lhe atribuir responsabilidade direta não tem qualquer relação com a legislação trabalhista.

Nesse sentido, sustenta "que quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou pela suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, o MTP não ampara seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho." (fl.1880)

Aduz, ainda, que não é o empregador dos motoristas e cobradores dos atuais permissionários, havendo exclusivamente relação administrativa entre o ente público e as empresas concessionárias.

Razão, contudo, não lhe assiste, porquanto, "a natureza jurídica da situação existente ou havida entre as partes é irrelevante para estabelecer a competência material. Esta se determina pela natureza da relação litigiosa, a qual aponta o órgão competente para o deslinde da demanda." (Júlio César Bebbber, em Princípios do Processo do Trabalho, São Paulo: LTr, 1997, p. 259).

Nessa Justiça Especializada, a competência material é aferida a partir da causa de pedir e do pedido formulados na inicial. Nos dizeres de Júlio César Bebbber, "...a competência em razão da matéria se determina pela res in judicium ducta, ou seja, pela matéria objeto do litígio. Dessa forma, para se estabelecer a competência material do órgão julgador,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 9 -

da Justica do Trabalho" (STF. RE
206220/MG, Acórdão 2ª Turma. Rel. Min.
Marco Aurélio. Publicado no DJ em
17/09/1999)

Assim, levando em conta que o pedido e a causa de pedir é que fixam a competência do órgão julgador, e evidenciada a natureza da pretensão, inequívoca a competência desta Justiça Especializada para o processamento e julgamento da presente lide, nos termos dispostos no art. 114, IX, da CF.

Preliminar rejeitada.

2.2 - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL.

(Recurso da reclamada LOTAXI)

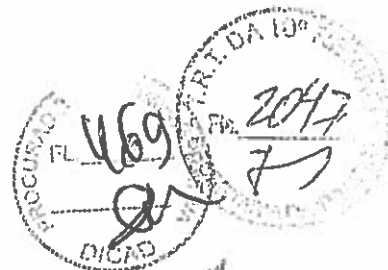
Renova a recorrente preliminar de inépcia da inicial consubstanciada na hipótese do art. 295, III do CPC, ao argumento de que o pedido de exigência de renovação da frota dos ônibus com motores traseiros dentre outras é juridicamente impossível, porque inexistente no ordenamento jurídico qualquer dispositivo legal a embasar tal pretensão.

Nos termos preconizados no parágrafo único do art. 295 do CPC, considera-se inepta a petição inicial quando lhe faltar pedido ou causa de pedir; da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; o pedido for juridicamente impossível; conter pedidos incompatíveis entre si.

Os requisitos da petição da inicial trabalhista inseridos no art. 840, § 1º, da CLT, em atenção aos princípios da economicidade, simplicidade e celeridade, orientadores do Processo do Trabalho, exigem da parte autora apenas uma "breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio" e a formulação dos pedidos que guardem consonância lógica com a narração



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 11

2.3 - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. (Recurso do Distrito Federal)

O DISTRITO FEDERAL suscita preliminar de nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional, alegando que mesmo após a interposição de embargos declaratórios, a decisão continuou desprovida de fundamentação, em violação aos arts. 897-A da CLT, art.5º, XXXV e LV e art. 93, IX, ambos da CF .

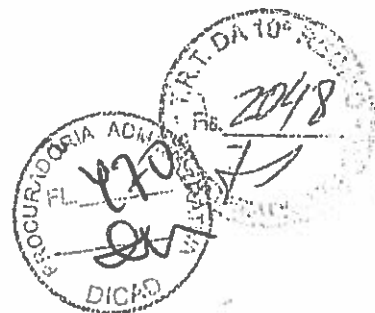
A previsão legal constitucional contida no art. 93, IX, da Constituição Federal, é no sentido de que as decisões sejam fundamentadas, devendo o Magistrado justificar suas razões de decidir, com o fim de garantir às partes a ampla defesa e o contraditório. Tal regra, contudo, não obriga o Juízo a rebater pontualmente os argumentos e fatos que a parte julgue importantes.

Dentro desse enfoque, constata-se que a sentença recorrida encontra-se devidamente fundamentada, não estando eivada dos vícios apontados pelo recorrente. O MM. Juízo a quo examinou a matéria objeto da demanda, consignando expressamente os aspectos legais e fáticos da sua decisão, em atenção ao princípio do livre convencimento motivado.

As matérias discutidas nos autos, bem como os motivos que levaram ao desfecho a elas conferido, foram consignados de forma clara, expressa e coerente pelo Magistrado originário, contexto que autoriza a ampla devolutividade das matérias que integram o objeto do presente recurso a esta Instância revisora.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 13

De fato, o art. 103, do CPC, não exige identidade de partes quando dispõe que "*reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir*".

Todavia, da análise da documentação juntada aos autos, verifica-se que ainda que existam alguns fatos em comum a ambos os feitos, não há completa identidade entre os elementos das ações.

Na Ação Civil Pública nº 0001566-18.2012.5.10.0015, ajuizada perante 15ª VTB/DF (cópia da inicial a fls.947/1046), ajuizada em face do DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE DO DISTRITO FEDERAL), o Ministério Público do Trabalho, com base nos inquéritos civis instaurados em face das companhias de transporte público urbano de passageiros do Distrito Federal ali especificadas e que demonstraram graves irregularidades advindas do descaso com os programas ocupacionais que visam melhorias para a saúde e segurança do trabalhador, buscou a adequação do processo licitatório que visava a renovação de todo o sistema de transporte coletivo, às normas legais que regem a saúde e segurança no trabalho, e por meio de medida obstativa buscou compelir não apenas o Distrito Federal, como também as empresas permissionárias, a adquirirem veículos capazes de trazer melhorias ao ambiente de trabalho de motoristas e cobradores que atuam no sistema de transporte no Distrito Federal.

Na presente ação, o MPT informou que por meio do inquérito civil instaurado em face da empresa LOTAXI, constatou que a empresa não implementou programas ocupacionais prevenção de riscos ambientais exigidos pelas Normas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 15

2.5 - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DISTRITO FEDERAL.

O DISTRITO FEDERAL renova sua pretensão de exclusão da lide, alegando ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Argumenta que não é sua atribuição fiscalizar o meio ambiente de trabalho dos empregados da reclamada LOTAXÍ, visto que, conforme disposto no art. 11 da Lei 10.593/02 e art. 626 da CLT, tal atribuição é exclusiva da União por meio de auditores fiscais do trabalho.

Alega, ainda, que sua ilegitimidade passiva estaria configurada na impossibilidade de condenação do ente público de forma solidária, mormente porque, a teor do disposto no art. 71, §1º da Lei 8.666/93, é vedada a responsabilização do ente público em decorrência dos serviços prestados por terceiros que possuam vínculo jurídico com a Administração.

Não lhe assiste razão, contudo.

No dizer preciso de Arruda Alvim, "estará legitimado o autor quando for o possível titular do direito pretendido, ao passo que a legitimidade do réu decorre do fato de ser ele a pessoa indicada, em sendo procedente a ação, a suportar os efeitos oriundos da sentença" (Código de Processo Civil Comentado, vol. I, pág. 319).

A legitimidade ativa e passiva decorrem da titularidade da pretensão deduzida em juízo ou da titularidade da resistência oposta a esta pretensão. Portanto, o Distrito Federal é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, mormente porque, a inicial aponta sua condição de solidário à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 17



seu art. 1º, inciso III, eleva à condição de fundamento da República a dignidade da pessoa humana, estabelecendo no seu art. 6º, o direito à saúde, e consagrando no art. 7º, XXII, o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho.

Por conseguinte, à luz da teoria da asserção, que autoriza o julgador a auferir abstratamente as condições da ação, diante do que foi posto pelo autor em sua petição inicial, rejeito a preliminar em análise, uma vez que, em tese, o ordenamento jurídico admite, de forma sobejante, a pretensão deduzida.

Preliminar de carência de ação rejeitada.

3. MÉRITO

3.1. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

(Recurso da LOTAXI)

A reclamada renova prefacial de ilegitimidade ativa do Ministério Público para propor a presente ação, argumentando, em síntese, que o direito vindicado na presente demanda ostenta natureza individual não-homogênea, não se tratando de pretensão que possa ser tutelada pelo Ministério Público do Trabalho. Sustenta que o não se trata de defesa de interesses coletivos, mas de determinada categoria ou empresa, fora do amparo legal conferido ao autor no uso da ação civil pública.

A Constituição Federal, no art. 129, III, elenca como função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 19



coletivo, sendo este último somente quando se tratar de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, expressamente definidos nos termos do parágrafo único e incisos, do art. 81 do CDC, *in verbis*:

"Art. 81. (...)

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum."

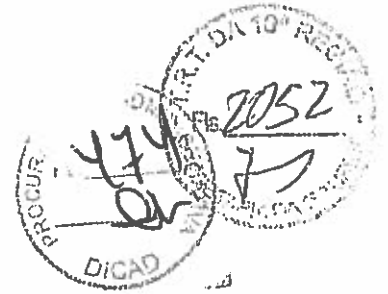
Pela interpretação do dispositivo legal acima citado, a conceituação dos interesses metaindividuais dá-se pela titularidade do interesse, pela natureza do objeto e pela ligação entre os titulares e o direito pretendido. Portanto, ao contrário do aventado pela recorrente, não é a divisibilidade do interesse a ser tutelado, ou mesmo a identificação do titular do direito que, por si só, faz desaparecer o caráter coletivo do interesse.

No caso concreto, trata-se de ação civil pública em que o Ministério Público do Trabalho objetiva a condenação da reclamada na obrigação de implementar programas de prevenção



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 21



trabalhadores e existir, consequentemente, um ato lesivo a contratos de trabalho, de forma direta ou indireta, o Ministério Público do Trabalho terá legitimidade para ajuizar ação com vistas a tutelar o direito correspondente em juízo. Se o órgão judicante concluir que as lesões não estariam ocorrendo na ordem dos fatos, deverá dizê-lo ao exame do mérito. Recurso de revista conhecido e provido."

(TST-RR-115400-28.2006.5.14.0005, 6ª Turma, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DJ de 26/11/2010."

Exsurge, portanto, patente a legitimidade ativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para ajuizar esta ação civil pública, não havendo se cogitar em violação ao art. 81, III, da Lei 8.078/90.

Ressalte-se que, ainda que na análise do mérito haja reconhecimento da improcedência da pretensão, tal circunstância não tem o condão de afastar a legitimidade, ora reconhecida.

Nesses moldes, evidenciado que o direito perseguido se refere a uma coletividade de pessoas indeterminadas, mas determináveis no tempo, conclui-se que o MPT detém legitimidade para ajuizamento da presente ação civil pública.

Preliminar rejeitada.

3.2 - DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS REGULAMENTARES DO MTE. OBRIGAÇÕES DE FAZER.

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 23

grau de exposição ao ruído a que submetidos seus motoristas e cobradores durante a jornada de trabalho dentro dos ônibus com motores dianteiros; não incluiu os exames alterados no relatório anual do PCMSO; não comprovou a realização das medidas sugeridas no PCMSO; não efetivou ações preventivas e corretivas do PPRA; não realiza o acompanhamento da série histórica dos exames audiométricos (admissionais, periódicos, de troca de função e demissionais) a que submetidos seus empregados motoristas, cobradores, despachantes e apontadores, entre outros.

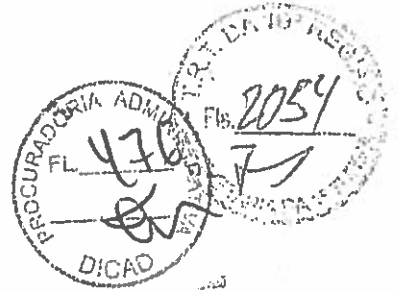
Após análise dos exames audiométricos dos trabalhadores da empresa pelo Médico do Trabalho, foi registrada a prevalência de audiometrias alteradas (enquadradas na classificação de PAIR - Perda Auditiva Induzida por Ruído) ou sugestivas de alterações (desencadeamentos ou agravamentos) por exposição ao ruído ou por níveis de pressão sonora elevados, constituindo um componente epidemiológico forte para o enquadramento de nexo causal entre o trabalho e as lesões apresentadas.

Diante das graves constatações obtidas com o inquérito civil, encaminhou Notificação Recomendatória e minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, tendo a reclamada se recusado a celebrá-lo, ao argumento de que não teria como evitar possível progressão dos problemas que ocorrem com a audição dos motoristas e cobradores.

E em não se ajustando, pronta e espontaneamente ao determinado na legislação pertinente, não restou alternativa se não as medidas judiciais cabíveis contra a reclamada para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 25

Sustentou que o ente público é solidariamente responsável pelos danos causados aos trabalhadores, vez que sua responsabilidade é objetiva (art. 37, §6º, da CF/88), e também porque restou comprovada a existência de nexo de causalidade entre a atuação do Estado e o prejuízo experimentado por todos os atuais rodoviários e ex-rodoviários do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do DF, em especial motoristas e cobradores.

Postulou, assim, a condenação da reclamada e solidariamente, do Distrito Federal, nas obrigações de fazer e não fazer, consistentes em:

- elaboração e implementação, em caráter efetivo, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;
- elaboração e implementação, em caráter efetivo, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- elaboração e implementação, em caráter efetivo, do Programa de Conservação Auditiva - PCA;
- realização imediata de monitoramento audiométrico de todos os trabalhadores da primeira ré expostos ao risco físico ruído;
- emissão de CAT para todos os empregados que trabalhem expostos a fontes geradoras de ruído;
- implantação imediata, nos atuais veículos da frota de ônibus, medidas de controles de engenharia, como instalação de silenciadores, enclausuramento do motor, redução de vibração das estruturas; realize nos atuais veículos a análise dosimétrica para avaliação do grau de ruído a que submetidos os motoristas e cobradores durante a jornada laboral;
- fornecimento de EPI's;
- observância das normas relativas a jornada máxima d 08 horas de trabalho;
- disponibilização, nos

Este documento pode ser verificado no endereço <http://www.trt10.jus.br/validador.htm> com o código 1 - 5QE5IFRV39DSJX1HF4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 27

pertence ao DFTRANS ou à União -, não houve culpa do serviço por eventuais danos causados à saúde dos cobradores e motoristas de ônibus, uma vez que a empresa LOTAXI foi constantemente fiscalizada, sendo-lhe aplicados diversos autos de infração por violar as normas técnicas que resguardam a saúde dos trabalhadores e dos passageiros.

Asseverou que o DFTRANS, no exercício de seu poder de polícia, procedia à fiscalização dos ônibus da empresa, buscando melhorias na prestação de serviços à população e, conseqüentemente, um melhor ambiente de trabalho para cobradores e motoristas. Em síntese, pugnou pela improcedência dos pleitos exordiais.

A instância originária condenou a reclamada ao cumprimento das obrigações de fazer postuladas, ao fundamento de que há comprovação suficiente do adoecimento em massa dos empregados rodoviários da empresa LOTAXI, não tendo a reclamada comprovado que tomou medidas eficazes para minimizar ou diminuir os riscos ocupacionais ao longo do período demonstrado nos exames. Ressaltou que a recalcitrância da empresa reclamada em manter veículos com motores dianteiros ao argumento de que não existe norma proibindo tal uso, viola as Normas Regulamentares do MTE que coíbem tudo aquilo que gera prejuízo a saúde o trabalhador. Para o caso de descumprimento das obrigações estabelecidas, estipulou multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Relativamente ao dano moral coletivo, entendeu existente o dano e nexos causal, ao fundamento de que a ré em nenhum momento tentou implementar medidas que reduzam o risco

Este documento pode ser verificado no endereço <http://www.trt10.jus.br/validador.htm> com o código 1-5QE5IFRV39DSJX1HF4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 29

Em caso de manutenção da obrigação, requer que as multas por eventual descumprimento sejam arbitradas em valor mais equânime, considerando apenas a empresa reclamada e seu quantitativo de empregados e não o grupo econômico ao qual pertence.

Passo à análise.

O Direito do Trabalho, desde sua origem, traz em sua essência a luta por melhorias no ambiente de trabalho, razão pela qual o sistema normativo trabalhista foi idealizado com o objetivo de consagrar garantias mínimas aos trabalhadores que por vezes acabam sendo vítimas de incontáveis abusos lesivos à dignidade humana e à saúde do trabalhador, em decorrência da ânsia de auferimento de maiores lucros em detrimento das condições sociais do trabalho.

A Constituição Federal em seus artigos 1º, incisos III e IV, e 170, *caput*, consagra a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. O art. 6º, por sua vez, eleva a saúde e o trabalho ao patamar de direitos sociais e elenca como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a prevenção de riscos no ambiente de trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII), bem assim o direito à saúde garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (art. 196 da CF).

Nesse contexto, a Constituição da República, especificamente dispõe no seu art. 7º, inciso XXII, que é direito social dos trabalhadores "a redução dos riscos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 31

concreto, verifica-se que a recorrente não conseguiu comprovar a implementação satisfatória de todas obrigações legais a ela impostas, mormente as alusivas ao meio ambiente de trabalho, e dessa forma afastar as conclusões alcançadas pelo Juízo na origem.

Ao contrário do que afirma o recorrente, o exame probatório efetuado pela Magistrada abrangeu toda a documentação acostada aos autos pelas partes, e, com muita propriedade, em ampla análise da questão, expôs o alcance das normas regulamentares em consonância à situação retratada nestes autos, nos seguintes termos, os quais se adota como razões de decidir:

"Conforme se comprova a vasta documentação juntada entre os quais o relatório parcial ICP nº 185/2004 foi constatado que os programas ocupacionais não apresentam informações compatíveis, ou seja um risco contemplado no PPRA não consta no PCMSO; o PPRA não consta a avaliação ambiental e nem medições dos agentes de risco entre os quais o nível de pressão sonora; faltou audiometrias de todos os empregados; bem como a ASST destaca que a empresa ré não encaminhou as audiometrias admissionais de todos os empregados e nem o relatório anual do PCMSO realizados em 2005.

Foi contatado ainda que o relatório anual encaminhando aos autos não estava em conformidade com a NR 7, item 7.4.6.1.

Aduz que nas avaliações clínicas discriminadas por setores da empresa, não foi incluído o número e a natureza dos exames complementares realizados, bem como as estatísticas dos resultados considerados anormais.

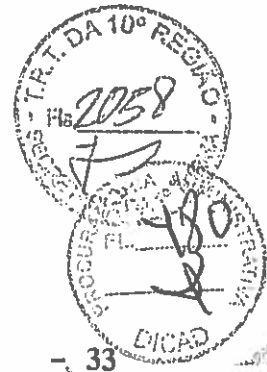
O relatório produzido pela ASST informa que o quantitativo era inferior ao número de empregados informado pela empresa às fls. 96/100 (97 motoristas e 60 cobradores).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014

- 33



Conforme documento relativo a informações técnicas prestadas pelo Governo do Distrito Federal, consta que do ponto de vista ocupacional, foi observado que o posto de trabalho dos motoristas de ônibus comportam risco para saúde, como os que trabalham em veículos com motor dianteiro em comparação com o traseiro, tendo grande possibilidade de desenvolvimento de perda auditiva, comprovado portanto pelo anexo I o risco efetivo e pelo referido documento o risco em potencial.

Assim, a Subsecretaria de Saúde ambiental recomendou desde 26.04.2012 que no que tange ao processo em curso a localização do motor seja na parte central ou traseira dos veículos que circulam na área urbana.

As medidas tomadas por outras empresas de transporte, tais como a TCB, é no sentido de minimizar os riscos com a saúde através de colocação de ar condicionados e ônibus como motores traseiro, além de outras medidas efetivas.

O MPT juntou ainda importante artigo sob a prevalência de perda auditiva em motoristas de ônibus de transporte coletivo da cidade de Maringá- PR;

Nos estudos em caso concretos 28% das perdas auditivas de motoristas eram sugestivas de perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados.

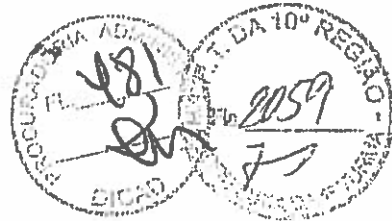
A reclamada por sua vez juntou aos autos apenas audiometrias onde os resultados estavam dentro da normalidade, sem qualquer comprovação de que se tratavam de motoristas que laboravam com veículos com motor dianteiro.

Interessante verificar que foi juntada apenas uma CAT no meio da existência de tantos trabalhadores e processos visando o reconhecimento de doença ocupacional.

Ademais nos autos foram juntados apenas audiometrias admissionais, quando o importante é verifica as condições de saúde



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 35

inclusive o ruído demonstrado pelas perícias acima do limite de tolerância.

O MPT alega em réplica que o número de rodoviários no Distrito Federal que gozaram de benefícios previdenciários foi de 4.946 (261 - 5,27% da Lotaxi), bem como que a quantidade de dias de afastamento previdenciários (ausências de trabalho por motivo de afastamento médico previdenciário foi de 2.517.410 ou seja 7,07% da Lotaxi) e os gastos pela previdência social foi de 5,99%)

Conforme bem preconizou o MPT em réplica são 268 trabalhadores (motoristas e cobradores) que podem sofrer os riscos de saúde.

(...)

Assim como bem demonstrou o MPT em sua réplica e analisando o PPRA de 2012 com relação à exposição ao ruído a função de motoristas e cobradores , demonstram que tais funções estão expostas ao nível de 72 a 85dcb, conforme audiometrias apresentadas.

Ademais conforme demonstrou o MPT o PCMSO de 2012 não foi acompanhando de relatório anual. Há audiometrias realizadas com traçados sugestivos de PAIR.

Ademais a ré não comprova em nenhum momento quais a medidas preventivas que está tomando para evitar as perdas auditivas em relação aos ônibus com motores dianteiros e assim a ré não demonstra medidas que eliminem ou reduzam os riscos com ruído conforme NR-09e NH-O 1 do Fundacentro.

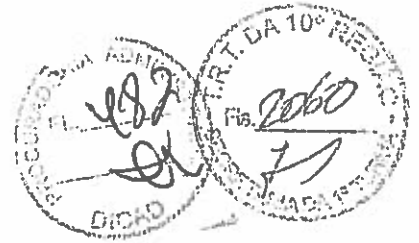
Ademais as audiometrias apresentadas pela ré não foram na totalidade de seus funcionários, o que aponta que foram escolhidas.

Conforme dados previdenciários os gastos da ré em comento gastos pela Previdência Social com pagamento dos aludidos benefícios foram na ordem de R\$ 1.650,942,27.

A quantidade de afastamentos foram de 261 empregados da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 37

nessa Especializada de Brasília tramitando a bastante tempo demonstrem a existência do agente insalubre sem qualquer medida feita pela ré que demonstre a tentativa de atenuar: não há fornecimentos de EPI's, não há troca da frota de ônibus com substituição de veículos com motores traseiro.

A prova documental extensa trazida pela ré só demonstra alguns exames, não a totalidade, sendo a grande maioria periódicos e admissionais, poucos com evidenciem a evolução histórica de saúde do trabalhador na empresa.

Ao contrário o MPT comprova efetivamente de forma clara com os dados previdenciários, audiometrias realizadas, perícias o prejuízo existente aos trabalhadores, em especial os motoristas, cobradores e demais que transitam nos ônus da Condor com motor dianteiro e em condições precárias de trabalho, tais como ausência de ar, entrega de EPI's e outros.

O dano e nexos causal gerado pela Lotaxi resta devidamente comprovada nos autos.

Assim, tendo em vista a prova inequívoca e verossimilhança das alegações e ainda fundado receio de dano irreparável tendo em vista que os veículos com motores dianteiros continuam transitando o que gera de imediato mais risco aos trabalhadores, sem qualquer medida implementada pela ré que atenuar ou reduza tais riscos, defiro o pedido de tutela antecipada, ficando assim prejudicado o ED interposto pelo MPT, que desde já consto se trata de decisão antes proferida sujeita a recurso e sem qualquer omissão, obscuridade ou contradição, motivo pela qual nesse momento rejeito os embargos até porque prejudicados em face da tutela concedida." (sentença a fls. 1789/1796)

A mera elaboração de programa que visa a promoção da saúde e da integridade dos trabalhadores, sem o eficaz implemento dos requisitos exigidos pelas normas regulamentares

Este documento pode ser verificado no endereço <http://www.trt10.jus.br/validador.htm> com o código 1 - 5QE5IFRV39DSJX1HF4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 39

câmbio automático, mister ressaltar que tal medida se faz necessária em face da comprovação do alto grau de adoecimento dos empregados em decorrência do labor em ônibus com motor dianteiro que produzem ruídos acima dos limites toleráveis, bem como da obrigação do empregador em prevenir o aparecimento tais moléstias, como amplamente exposto em linhas pretéritas.

Também não merece acolhida a alegação de impossibilidade de cumprimento da sentença relativamente às obrigações de fazer e não fazer em face da alegada paralisação das atividades da empresa a partir de 6.12.2013.

Ora, é público e notório que a empresa recorrente continua em plena atividade, motivo pelo qual a condenação deverá remanescer enquanto tal realidade perdurar.

Logo, não há qualquer ilegalidade na fixação de multa por eventual descumprimento das obrigações impostas à reclamada, uma vez que tal medida tem como intuito garantir a eficácia e o cumprimento das determinações do Juízo e estão relacionados à condenação proveniente de fatos pretéritos e não a ocorrências futuras. Não há fundamento para eximir a recorrente das multas impostas nem mesmo para redução dos valores arbitrados a tal título.

Recurso não provido.

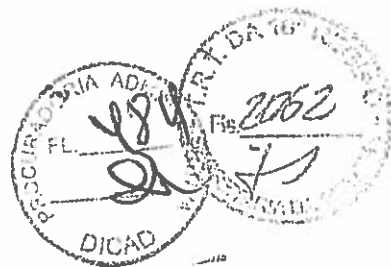
3.3 - DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO.

(Tema comum aos recursos da LOTAXI e do DISTRITO FEDERAL)

Insurgem-se a ré- LOTAXI e o DISTRITO FEDERAL, contra a sentença que os condenou, de forma solidária, ao



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 41

atingir a coletividade dos trabalhadores, mediante fraude aos direitos sociais do trabalho, constitucionalmente assegurados, causando prejuízos à coletividade, na medida em que traz a sensação de desprezo aos valores sociais do trabalho.

Desse modo, os danos decorrentes do ato ilícito extrapolam a esfera individual, atentando também contra direitos transindividuais de natureza coletiva, definidos no art. 81, parágrafo único, do CDC, sendo devida a indenização por dano moral coletivo, com função preventivo-pedagógica, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No caso em apreço, restou sobejamente demonstrado que a empresa ré descumpriu ampla, irrestritamente e de forma recalcitrante, as disposições legais alusivas ao meio ambiente de trabalho, oferecendo ao trabalhador condições que não se coadunam com a legislação aplicável. Dessa forma, produziu considerável contingente de trabalhadores fisicamente mutilados em decorrência de seu descaso e desrespeito ao cumprimento das normas mínimas de proteção à saúde e ao princípio da proteção ao trabalhador.

Ao assim proceder, praticou ato ilícito consubstanciado em verdadeira fraude aos direitos sociais do trabalho, mormente aqueles alusivos à saúde do trabalhador, e, conseqüentemente, atingiu toda a coletividade de trabalhadores antigos, atuais e futuros. Tal cenário revela-se em dano social de ampla magnitude e enseja a reparação coletiva.

A jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho corrobora o entendimento acerca do cabimento de dano moral coletivo por violação a normas de segurança, saúde e

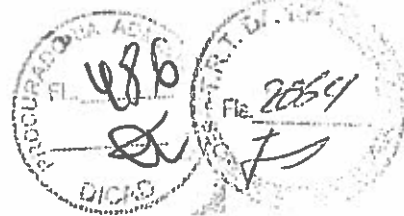


T. R. DA SILVA
 F. 2063
 71

Sustenta que tal valor não traduz o prejuízo moral potencial de que foi alvo toda a coletividade de empregados explorados pela via do descaso ao meio ambiente e à segurança e saúde dos trabalhadores da reclamada e requer a majoração do valor para, respectivamente, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a empresa LOTAXI TRANSPORTES URBANOS, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o Distrito Federal, a fim de que surta efeito sancionatório, preventivo e pedagógico mais condizente com a triste realidade retratada nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 45

saciedade os fatos que amparam a pretensão do autor e evidenciada a lesão irreparável ou de difícil reparação suportada pelos empregados da reclamada acaso persista na continuidade da prestação de serviços sem a adoção de medida de saúde e segurança do trabalho, presentes os requisitos do art. 273 do CPC, autorizando a concessão da medida preventiva.

Ademais, a ação cautelar se presta apenas para eliminar uma situação de perigo para direito ou interesse de um litigante, quando constatado o justificado receio de ineficácia do provimento final.

No caso, a tutela antecipada só foi concedida em sentença depois que todos os elementos de prova já haviam sido carreados pelas partes, o que possibilitou uma cognição completa ao Juízo. Tal fato demonstra prudência e critério de razoabilidade do MM. Juiz que a proferiu.

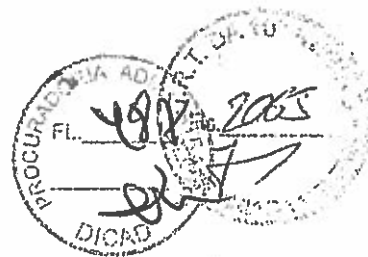
No que diz respeito à imposição de multa diária, existe previsão legal a legitimar a conduta adotada pelo Juízo, preconizada no art. 11 da Lei nº 7.347/85, *verbis*:

"Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor."

Dentro desse contexto, as multas por descumprimento arbitradas na origem se fazem necessárias à adequação da conduta patronal dentro do prazo fixado na r. sentença,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 47

CONCLUSÃO

Pelo exposto, rejeito a preliminar de não conhecimento e conheço do recurso do Ministério Público do Trabalho. Conheço integralmente do recurso interposto pela LOTAXI e parcialmente do pelo do DISTRITO FEDERAL. No mérito, nego-lhes provimento, nos termos da fundamentação.

É o meu voto.

Por tais fundamentos,

ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (à fl. retro), por unanimidade aprovar o relatório, rejeitar a preliminar de não conhecimento e conhecer do recurso do Ministério Público do Trabalho, bem como conhecer do recurso interposto pela LOTAXI. Por maioria, conhecer parcialmente do apelo do DISTRITO FEDERAL, nos termos propostos pelo Juiz Revisor, vencida, no particular, a Desembargadora Relatora. Quanto ao mérito, por maioria, parcialmente vencido o Juiz Revisor, negar provimento aos recursos, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Brasília(DF), 16 de julho de 2014.

FIRMADO DIGITALMENTE

Nos termos da Lei nº 11.419, de 19/12/2006.

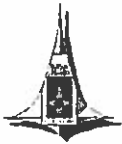
MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Desembargadora do Trabalho
Relatora



TRT 0001462-14.2012.5.10.0019 RO - ACÓRDÃO 1ª TURMA/2014 - 48

PARTE EM BRANCO

Este documento pode ser verificado no endereço: www.trt10.jus.br/validador.htm com o código 1 - 5QE5IFRV3t JX1HF4



490
COPN

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

*Resumo da Revista: Dentre outros fundar
recursais, o Distrito Federal não possui compe
legal para fiscalizar o meio ambiente de tra
nos ônibus, não podendo, portanto, ser conden
indenizar eventuais danos morais sofridos
motoristas e cobradores.*



REF.: PROCESSO N.º 0001462-14.2012.5.10.0019 RO

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA. E DISTRITO FEDERAL

O DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, interpor o presente

RECURSO DE REVISTA

Com fulcro no artigo 896, "c", da Consolidação das Leis do Trabalho, em face do acórdão proferido pela 1ª Turma deste Egrégio Tribunal nos autos do julgamento do Recurso Ordinário interposto pelas partes contra a r. sentença de fls., fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos doravante.

Neste termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 30 de julho de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF nº 29.190



RAZÕES DO RECURSO DE REVISTA

Processo nº 0001462-14.2012.5.10.0019 RO

Recorrente: **DISTRITO FEDERAL**

Recorrido: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA TURMA CÍVEL,

EMÉRITOS MINISTROS,

1. DA TEMPESTIVIDADE

O acórdão ora recorrido foi disponibilizado no DJe no dia 25 de julho de 2014, sexta-feira. Computando-se o prazo em dobro de que dispõe a Fazenda Pública para manejar o presente recurso, é de se perceber que o termo final para interposição do presente recurso findar-se-á em 13 de agosto de 2014.

Assim, protocolizado nesta data, inegável é a tempestividade do presente recurso excepcional.

2. DO BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Na peça de ingresso, o *parquet* afirma que os trabalhadores que atuam da prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário têm sofrido violação à sua saúde, o que ensejaria o direito à reparação pelo dano supostamente sofrido de forma coletiva.

Mais especificamente, o Ministério Público do Trabalho fundamenta seu pedido indenizatório na alegação de que, por meio da realização de inquérito civil junto à empresa ré, ter-se-ia verificado danos à integridade física dos seus



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

492
8

trabalhadores por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a ruídos intensos. Assim, sustenta o Requerente que estaria configurado dano moral coletivo "a toda a coletividade de empregados" e "à própria sociedade".

Para imputar responsabilidade ao Distrito Federal e inclui-lo no polo passivo da presente demanda, o Ministério Público do Trabalho afirma que o ente público ora contestante seria **solidariamente** responsável à empresa LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA. pelos danos supostamente causados aos trabalhadores.

Pediu, ao final, indenização por dano moral coletivo no absurdo valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a qual deveria ser destinada ao fundo previsto no artigo da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), além de obrigações de índole personalíssimas em desfavor da empresa reclamada.

A sentença de primeiro julgou parcialmente procedente o pedido e, em essência, condenou o Distrito Federal e a LOTAXI de forma solidária (pasmem!!) ao pagamento da indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Reclamante e Reclamados interuseram recurso ordinário, mas a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região os desproveu, mantendo incólume a sentença objurgada.

O acórdão ora recorrido, repetindo os mesmos vícios da sentença, violou diversos dispositivos de índole constitucional e legal, razão pela qual necessária a intervenção desta Egrégia Corte Superior Trabalhista por meio do presente recurso de revista.

Em um breve relato, era o que havia de relevante a ser destacado. Passemos agora ao exame das razões pelas quais o presente recurso merece provimento e, em consequência disso, o acórdão *a quo* deve ser reformado, exonerando o Distrito Federal de qualquer responsabilidade pelos fatos narrados na peça de ingresso.



499
P

3. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE ESPECÍFICOS DO RECURSO DE REVISTA.

3.1 Do prequestionamento

Tanto a matéria legal quanto a constitucional foram minuciosamente debatidas pelo Juízo recorrido. Isto é, o acórdão recorrido examinou as disposições normativas aplicáveis à espécie, mas, ao fazê-lo, violou e afrontou os seguintes dispositivos: **art. 93, IX, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; artigo 37, §6º, da Constituição da República.**

Os seguintes excertos demonstram que houve debate no tribunal sobre a matéria violada, *in verbis*:

[...]

*Assim, levando em conta que o pedido e a causa de pedir é que fixam a competência do órgão julgador, e evidenciada a natureza da pretensão, inequívoca a competência desta Justiça Especializada para o processamento e julgamento da presente lide, nos termos dispostos no **art. 114, IX, da CF.***

[...]

As matérias discutidas nos autos, bem como os motivos que levaram ao desfecho a elas conferido, foram consignados de forma clara, expressa e coerente pelo Magistrado originário, contexto que autoriza a ampla devolutividade das matérias que integram o objeto do presente recurso a esta Instância revisora.

*Incólumes, assim, as disposições dos **arts. 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da CF, e dos arts. 832 e 897-A da CLT.***

[...]

*O DISTRITO FEDERAL renova sua pretensão de exclusão da lide, alegando ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Argumenta que não é sua atribuição fiscalizar o meio ambiente do trabalho dos empregados da reclamada LOTAXI, visto que, conforme disposto no **art. 11 da Lei 10.593/02 e***



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

900
28

art. 626 da CLT, tal atribuição é exclusiva da União por meio de auditores fiscais do trabalho.

Alega, ainda, que sua ilegitimidade passiva estaria configurada na impossibilidade de condenação do ente público de forma solidária, mormente porque, a teor do disposto no art. 71, §1º da Lei 8.666/93, é vedada a responsabilização do ente público em decorrência dos serviços prestados por terceiros que possuam vínculo jurídico com a Administração.

[...]

A legitimidade ativa e passiva decorrem da titularidade da pretensão deduzida em juízo ou da titularidade da resistência oposta a esta pretensão. Portanto, o Distrito Federal é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, mormente porque, a inicial aponta sua condição de solidário à 1ª reclamada – LOTAXI, no objeto da condenação pretendida.” – os negritos são de nossa autoria.

Com esta breve transcrição, o Distrito Federal busca demonstrar a este Tribunal Superior do Trabalho que o requisito do **prequestionamento foi rigorosamente cumprido**, uma vez que a matéria legal e constitucional violada foi debatida pelo juízo recorrido.

3.2 Da transcendência do debate posto na presente causa.

O artigo 896-A da CLT dispõe que o Tribunal Superior do Trabalho examinará previamente, no recurso de revista, se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

No caso dos autos, a causa possui reflexos tanto de ordem econômica, como social e jurídica. É que o Tribunal *a quo* impôs absurda condenação ao Distrito Federal em virtude de fato em relação ao qual este não possui qualquer responsabilidade.

É impossível imputar responsabilidade ao Distrito Federal pelos supostos danos morais coletivamente sofridos pelos trabalhadores (motoristas e cobradores) no seu ambiente de trabalho (ônibus). Isto porque, **o Distrito Federal não possui**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

501
2

competência legal para fiscalizar o meio ambiente de trabalho, tal como quer fazer parecer o Ministério Público do Trabalho, tese esta que foi encampada pelo Juízo recorrido.

Este é justamente o ponto de transcendência da causa, pois se prevalecer o entendimento de que as unidades federativas diversas da União, a exemplo do Distrito Federal, possuem competência para fiscalizar o meio ambiente do trabalho (o ônibus, no caso), tal pronunciamento judicial poderá atingir direta ou indiretamente todos os entes públicos que outorguem o serviço de transporte coletivo.

Nessa perspectiva, é inegável que a presente causa possui a transcendência anunciada pelo artigo 896-A da CLT.

Feitas tais colocações, passemos ao exame do mérito recursal.

4. DO MÉRITO RECURSAL.

O mérito deste recurso de revista de subdivide em três vertentes: i) a demonstração das razões pelas quais o acórdão merece ser reformado no sentido de cassar a sentença (item 3.1 – abaixo); subsidiariamente, ii) as razões pelas quais o acórdão regional merece ser reformado para que o processo seja extinto sem resolução do mérito (item 3.2 – abaixo); e, por fim, ainda subsidiariamente, iii) as razões pela quais o acórdão merece ser reformado para julgar improcedentes os pedidos (item 3.3 – abaixo).

4.1 Das razões para reformar o acórdão recorrido no sentido de cassar a sentença originária

4.1.1 Da violação ao artigo 114 da Constituição da República: provimento da revista para reformar o acórdão no sentido de cassar a sentença de piso.

Foi discutida no acórdão regional a alegação do Distrito Federal no sentido de que a Justiça do Trabalho, com o devido respeito, seria absolutamente incompetente para processar e julgar o presente feito.

2



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

902
2

O fundamento no acórdão para repelir a alegação distrital pode ser encontrado neste excerto da decisão:

“Nesta Justiça Especializada, a competência material é aferida a partir da causa de pedir e do pedido formulados na inicial.

[...]

A causa de pedir e o pedido derivam da relação trabalhista havida entre os empregados da LOTAXI, empresa permissionária dos serviços de transportes públicos do Distrito Federal, cuja análise de mérito abrange eventual responsabilização solidária do Distrito Federal na fiscalização de seus permissionários.

Logo, o processamento e julgamento de lide que envolva a discussão sobre preservação do meio ambiente do trabalho buscando a salvaguarda de direitos difusos e coletivos, é de competência da Justiça do Trabalho.”

Com o devido respeito, encontra-se um tanto quanto equivocada o acórdão recorrido. É que, a causa de pedir e o pedido em relação à LOTAXI possuem contornos evidentemente trabalhistas, pois dizem respeito à salvaguarda do meio ambiente de trabalho em uma relação jurídica que envolve empregado e empregador.

Todavia, o mesmo não ocorre com a causa de pedir em relação ao Distrito Federal. Vejam, Excelências, que o Distrito Federal somente foi chamado aos autos pelo fato de que delegou a prestação de serviço à empresa Reclamada. A relação entre o Distrito Federal e a empresa LOTAXI é estritamente de direito administrativo, mais especificamente de direito administrativo negocial.

O Distrito Federal não possui qualquer relação ou ingerência sobre os funcionários da empresa Reclamada. A única relação jurídica em que o Distrito Federal atua é formada exclusivamente com a empresa LOTAXI, não tendo nada a ver com os seus funcionários.

Isto é, ao contrário do que consta do acórdão recorrido, **a causa de pedir em relação ao Distrito Federal** tem origem no Direito Administrativo (contratos administrativos de concessões e permissões públicas), não guardando qualquer



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

503
P

pertinência temática com a relação jurídica trabalhista. A relação trabalhista (empregado VS LOTAXI) não tem nada a ver com a relação de Direito Administrativo discutida nos autos (Distrito Federal VS LOTAXI).

Expliquemos melhor:

O Ministério Público do Trabalho alega que houve dano moral coletivo “genérico” – oriundo das atuais condições de trabalho geridas pelos atuais permissionários de transporte coletivo – pelo qual deveria ser responsabilizado também o Distrito Federal, ao argumento de que o ente público teria responsabilidade solidária em relação a todos os prejuízos causados a terceiros por concessionários de serviço público e em razão da previsão do Código de Defesa do Consumidor que atribui responsabilidade solidária aos fornecedores em situações de acidentes de consumo.

Em primeiro lugar, como visto, os fundamentos utilizados pelo MPT para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal **não tem qualquer relação com a legislação trabalhista**. Com efeito, veja-se que, quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou por suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, **o MPT não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho**.

E nem poderia ser diferente, pois o Distrito Federal não é o empregador dos motoristas e cobradores dos atuais permissionários de transporte coletivo. Observe-se, **há exclusivamente relação administrativa entre o Distrito Federal e as empresas permissionárias. Não há, por força de expressa previsão legal¹, nenhuma relação direta entre o poder concedente e os empregados dos delegatários.**

¹ Da Lei de Concessões: “Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, **não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.**”.

Da Lei de Licitações: “Art. 71. **O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.** § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.”



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

504
P

É dizer, a causa de pedir para o pleito indenizatório não diz respeito à **matéria trabalhista**. Não havendo relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos empregados, o único fundamento pelo qual seria juridicamente possível se entender pela sua condenação seria analisando a relação administrativa firmada entre o este e a empresa de transporte também ré.

Inclusive, o próprio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região já decidiu que a avaliação de relações administrativas é de competência da Justiça Comum, e não dessa Justiça Especializada. Cite-se breve trecho de julgado esclarecedor em relação ao tema:

“O Ministério Público do Trabalho, muito atento e atuante, busca por meio da ação cautelar interferir no contrato administrativo existente entre Distrito Federal e os permissionários, sustentando para tanto que está a defender os interesses trabalhistas dos empregados dos permissionários, mas esta questão é adjacente à validade da Portaria 34/2008. Não se discute a legitimidade e o interesse do Ministério Público do Trabalho. O que se está a afirmar é a incompetência desta Justiça para a matéria, porque entre os permissionários e o Distrito Federal não há contrato de trabalho, mas uma relação administrativa. Com efeito, a competência para julgar o Mandado de Segurança é desta Justiça porque a autoridade coatora é uma Juíza do Trabalho, contudo, esta competência funcional não se confunde com a competência em relação a matéria, que impede a análise do ato administrativo.

(...)

A Justiça do Trabalho não tem competência para decidir sobre relação da Administração Pública com seus permissionários, ainda que a decisão administrativa atinja os direitos trabalhistas dos empregados dos permissionários. A relação do permissionário com o Distrito Federal é administrativa. A relação do permissionário com os seus empregados é trabalhista. Não se pode acionar diretamente o Distrito Federal para preservar direitos trabalhistas, porque não há nenhuma relação entre ele e os empregados dos permissionários.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

505
08

(TRT10 - 00334-2008-000-10-00-4 MS (AG) - 2ª Seção
Especializada - Acórdão redigido pela Exma. Juíza Cilene
Ferreira Amaro Santos - Julgado em 02/09/2008 - grifou-se)

Em segundo lugar, cumpre atentar que os fundamentos enunciados pelo Ministério Público Obreiro segundo os quais a Justiça do Trabalho seria competente para apreciar o pedido em comento não são suficientes para afastar a argumentação ora exposta.

É que a competência da Justiça Trabalhista é estrita ao processamento de ação em que se discute a relação empregado vs. empregador, em ato decorrente da relação de trabalho. *In casu*, **não se trata de demanda movida nem por empregados** (foi movida pela Procuradoria Regional do Trabalho, representando um dano que seria contra toda a sociedade) **nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes**, porque não há relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos trabalhadores.

Ante tal circunstância, é inegável que o acórdão regional afrontou diretamente o art. 114 da Constituição da República, pois este dispositivo traz rol taxativo das hipóteses de competência da Justiça do Trabalho e neste rol não está prevista a competência para processar e julgar as demandas em que tenham como causa de pedir relação negocial de Direito Administrativo.

Diante do exposto, requer seja provido o recurso para reformar o acórdão no sentido de **cassar a sentença**, reconhecendo-se a **incompetência absoluta da Justiça do Trabalho** quanto à análise da pretensão indenizatória deduzida pelo *parquet* em relação ao Distrito Federal - questão que só pode ser apreciada pela Justiça Comum -, **extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, com fulcro nos arts. 113 e 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.**

4.1.2 Da violação ao inciso IX do artigo 93 e ao inciso XXXV do artigo 5º, ambos da Constituição da República: provimento da revista para reformar o acórdão no sentido de cassar a sentença de piso.

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

506
e

Também foi discutida no acórdão regional a alegação do Distrito Federal no sentido de que a sentença seria nula de pleno direito, uma vez que lhe faltava fundamentação, o que contraria diretamente o que dispõe o inciso XI do artigo 93 da Constituição da República.

O fundamento do acórdão recorrido para rechaçar a alegação do Distrito Federal pode ser resumido nos seguintes excertos:

"A previsão legal constitucional contida no artigo 93, IX, da Constituição Federal, é no sentido de que as decisões sejam fundamentadas, devendo o Magistrado justificar suas razões de decidir, com o fim de garantir às partes a ampla defesa e o contraditório. Tal regra, contudo, não obriga o Juízo a rebater pontualmente os argumentos e fatos que a parte julgue importante.

[...]

As matérias discutidas nos autos, bem como os motivos que levaram ao desfecho a elas conferido, foram consignados de forma clara, expressa e coerente pelo Magistrado originário, contexto que autoriza a ampla devolutividade das matérias que integram o objeto do presente recurso a esta Instância revisora."

Com a devida vênia, merece reforma o acórdão ora recorrido quanto ao ponto.

É que o dever de fundamentação do magistrado quando da prolação de decisões, longe de ser uma mera formalidade, é uma forma de se evitar arbitrariedades e garantir a democratização do judiciário.

Ademais, a própria Constituição da República, no inciso IX do artigo 93, impõe que a fundamentação das decisões judiciais é um requisito indispensável para sua validade, devendo estar presente em todas elas, sob pena de nulidade, *in verbis*:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

g



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

507
P

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Ocorre que a **decisão** de primeiro grau, mantida e substituída pelo acórdão recorrido, mesmo após o manejo dos embargos declaratórios, **continuou desprovida de fundamentação** e tal circunstância contraria o que dispõe o **inciso IX do artigo 93 da Constituição da República**, tornando-a nula.

Além de desprover de forma equivocada os declaratórios opostos pelo Distrito Federal, **errou** mais uma vez o juízo de primeiro grau ao consignar na sentença que julgou os embargos de declaração opostos o seguinte: **“é de se frisar que o juiz não está obrigado a manifestar-se acerca de cada fundamento apresentado pela parte [...] Não se trata a sentença de diálogo travado entre a parte e o Estado-juiz”** – negritos originais.

Tal comando sentencial foi de certa forma replicado pelo acórdão recorrido, *in verbis*:

“A previsão legal constitucional contida no artigo 93, IX, da Constituição Federal, é no sentido de que as decisões sejam fundamentadas, devendo o Magistrado justificar suas razões de decidir, com o fim de garantir às partes a ampla defesa e o contraditório. Tal regra, contudo, não obriga o Juízo a rebater pontualmente os argumentos e fatos que a parte julgue importante.” – negritos nossos.

Ora, Nobres Ministros, é **regra básica** de direito processual que o juiz não está obrigado a examinar todas as alegações feitas pela parte **se for acolher a sua alegação, mas está sim obrigado a manifestar-se sobre cada fundamento apresentado se for repelir o seu pleito, sob pena de negar a prestação da atividade jurisdicional**.

Pensar de forma diversa, tal como fez equivocadamente o juízo de primeiro grau, é ferir de morte a garantia fundamental e o princípio da inafastabilidade da



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

508
9

jurisdição, que se encontra encartado no **inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República.**

Pois bem, restando claro que é **obrigação sim do magistrado enfrentar toda a argumentação expendida pela parte na hipótese de não acolher o pleito**, passemos a elencar ponto-a-ponto os excertos da decisão de primeiro grau - mantida incólume e substituída pelo acórdão recorrido - que demonstra a sua ausência de fundamentação.

Para tanto, utilizar-no-emos da seguinte técnica: alegação feita pelo Distrito Federal quando contestação *versus* consignação lançada na sentença de piso em relação ao tema:

a) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude de atribuição legal dos auditores-fiscais do trabalho para fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

NO ITEM "2.2" da contestação, o Distrito Federal alegou que seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, ao argumento de que é atribuição da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho, tal como dispõe o artigo 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não seria atribuição do Distrito Federal fazê-lo.

Vejam, Excelências, o que foi lançado na sentença acerca dessa alegação:

"O DF suscita as preliminares de ilegitimidade passiva relativo (SIC) a (SIC) atribuição da União de fiscalização do trabalho.

Não há que se falar em ilegitimidade de parte, pois parte legítima passivamente é aquela que resiste a (SIC) pretensão deduzida pelo autor.

A legitimidade de parte é uma das condições, referente à pertinência subjetiva da lide. Quanto ao polo passivo da relação jurídica processual, é parte legítima aquele que figura como parte em relação ao direito material do autor.

X



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

509
P

Nesta esfera de raciocínio, a aferição de coexistência das condições da ação deve realizar-se segundo um juízo hipotético e provisório de veracidade dos fatos narrados na inaugural (teoria da asserção), isto, (SIC) é, a análise deve ser feita em abstrato à vista do afirmado na peça inaugural."

Opostos embargos de declaração, o juízo recorrido em nada alterou a sua decisão quanto ao ponto.

Como se vê, Eminentes Ministros, a magistrada prolatora o acórdão recorrido, ao manter a sentença de piso, não enfrentou o tema, limitando-se a afirmar que o fato de o Distrito Federal ter resistido à pretensão, quando instado para tanto, seria suficiente para conferir legitimidade passiva (!!!!!).

Em momento algum a magistrada originária refutou a alegação de que seria atribuição da União e não do Distrito Federal a fiscalização do meio ambiente do trabalho. Em momento algum aquela magistrada declarou a inconstitucionalidade dos artigos 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e 626 da CLT, para deixar de aplicá-los.

Em outro dizer, **não trouxe a Ilustre Magistrada de primeiro grau qualquer fundamentação para os autos, nem para afastar, nem para acolher**, a alegação de ilegitimidade passiva do Distrito Federal em decorrência da atribuição imposta por lei à União.

E toda essa arbitrariedade foi mantida pelo acórdão regional.

Diga-se de passagem que, ainda que a magistrada tivesse convencimento formado no sentido de que tal tema não deveria ser discutido no âmbito das preliminares, mas sim como questão de mérito, **deveria ela expressamente se posicionar sobre o tema**, mas ela assim não agiu. Simplesmente negou vigência aos dispositivos citados.

Assim, **ausente a fundamentação** quanto ao ponto, **nula é a decisão de primeiro grau**, haja vista ter laborado o juízo *a quo* em manifesto *error in procedendo*, devendo o acórdão recorrido ser reformado para anular a sentença originária.

18



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

510
P

b) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da competência de fiscalização dos ônibus ser do DFTRANS, autarquia, que, portanto, possui personalidade jurídica própria.

No item “2.3” da contestação, o Distrito Federal alegou que também seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que existe na Administração Indireta Distrital uma autarquia criada especificamente para fiscalizar a prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário aos usuários do sistema, qual seja, o DFTRANS.

Como bem descrito na contestação, o DFTRANS é uma autarquia distrital que, portanto, possui personalidade jurídica própria e que foi criada com objetivo precípuo de fiscalizar a prestação de serviço público de transporte coletivo. Isto é, ainda que se admitisse que a atribuição para fiscalizar o meio ambiente do trabalho estivesse dentro da esfera de atuação do Distrito Federal e não no âmbito da União, somente o DFTRANS poderia fazê-lo, razão pela qual somente esta autarquia teria legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.

Ocorre que, mais uma vez, o **juízo de primeiro grau não se desincumbiu do ônus de enfrentar o tema** para, querendo, repeli-lo. A magistrada de piso **não escreveu uma linha sequer sobre o assunto, passando a largo de qualquer espécie de fundamentação** para decidir o tema.

Mesmo após a oposição dos embargos de declaração, aquele juízo quedou-se silente sobre o tema.

Nessa perspectiva, Nobres Julgadores, também por esse motivo, não resta dúvida de que a **sentença deve ser declarada nula por absoluta ausência de fundamentação** quanto ao ponto em comento, devendo o acórdão ser reformado que seja efetivada a sua cassação.

c) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da impossibilidade de condenação direta de forma solidária do Distrito Federal

No item “2.4” da contestação, o Distrito Federal alegou que, ao contrário do quanto sustentado pelo Ministério Público do Trabalho, o caso não seria hipótese de



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

511
90

responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária. Isto é, alegou-se que, a teor do que dispõe o §1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, é vedada a responsabilização do ente público em decorrência dos serviços prestados por terceiros que possuam vínculos jurídicos com a Administração.

Quando da sentença, assim como fez com as demais alegações do Distrito Federal, o juízo de primeiro grau não fez qualquer menção quanto ao ponto, restando ausente qualquer fundamentação ou decisão sobre o tema. Opostos os embargos de declaração, o vício permaneceu. O Tribunal manteve tal ilegalidade.

Assim, também por decorrência da sua total omissão, deve o presente recurso de revista ser provido para, reformando o acórdão recorrido, **cassar a sentença de primeiro grau, por ser nula de pleno direito.**

d) Alegação do Distrito Federal quanto à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado aplicável ao caso.

O Distrito Federal instou o juízo de primeiro grau, por meio dos embargos de declaração, a se manifestar acerca de qual a Teoria da Responsabilidade Civil do Estado de que se valeu para condenar o Distrito Federal ao pagamento do *quantum* indenizatório consignado na sentença.

Longe de ser um mero capricho do subscritor na presente peça, a indicação de qual a Teoria aplicável ao caso é de suma importância para viabilizar a defesa do Distrito Federal, já que, conforme o caso, deveria ser investigado se seria necessária ou não a comprovação do elemento subjetivo (culpa lato sensu) por parte do autor.

Ocorre que a magistrada de primeiro grau nada disse sobre o tema, limitando-se a registrar, após os embargos declaratórios, que a sentença imputou responsabilidade mediante culpa ao Distrito Federal, mas não há uma linha sequer na sentença em que tal afirmativa possa ser confirmada.

O acórdão regional também manteve incólume a sentença quanto ao ponto.

Nessa perspectiva, **também por esse motivo o acórdão recorrido deve ser reformado para que a sentença seja declarada nula, pois mais uma vez não foi observado o dever de fundamentação inerente à atividade judicante.**



4.2 Das razões para reforma do acórdão no sentido de extinguir o processo sem resolução de mérito.

Embora seja certo o acatamento das alegações supra e, em consequência disso, os autos deverão retornar à primeira instância para que o magistrado de primeiro grau passe a fundamentar a sua decisão, cumpre ao Distrito Federal demonstrar as razões pelas quais, acaso ultrapassadas as alegações de nulidade da sentença, o que se admite somente para argumentar, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito em relação ao ente público ora recorrente:

4.2.1 Da violação ao inciso I do artigo 11 da Lei 10.593/02, ao artigo 626 da CLT e ao inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

O acórdão regional violou as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontou direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

Explica-se:

A de indenização por dano moral coletivo concedida em primeira instância e confirmada pelo acórdão regional decorre de inquéritos civis que teriam apurado a ocorrência de danos à integridade física dos trabalhadores das empresas de ônibus por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a ruídos intensos.

Assim, a tese sustentada pelo órgão ministerial e acatada pelo acórdão ora recorrida é no sentido de que estaria configurado dano moral coletivo sendo também responsável, quanto à respectiva indenização, o Distrito Federal, ao argumento de que este deteria responsabilidade solidária e objetiva em relação a todos os danos causados por delegatários de serviços públicos, especialmente por ter se omitido na fiscalização quanto às condições de trabalho dos motoristas e cobradores.

4



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

513
P

Contudo, pertence à **União**, por intermédio do **Ministério do Trabalho**, o **dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho** e, conseqüentemente, o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho**"

Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho."

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. No **art. 11**, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

514
p

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (grifos nossos).

Nos ditames do artigo supracitado, os **Audidores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.

Portanto, a inspeção do trabalho - que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em outras palavras, O DISTRITO FEDERAL NÃO POSSUI COMPETÊNCIA PREVISTA EM LEI PARA FISCALIZAR O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO!!!! NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI N.º 10.593/02, SOMENTE A UNIÃO PODERÁ FAZÊ-LO!!! Qualquer conduta do Distrito Federal nesse sentido seria considerado um ato administrativo nulo!!!!

Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal



515
6

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

declarou a **inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador.**

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

“Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir à idéia de ‘saúde’, abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho, matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. A toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão insertos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde – SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho” (DJ 4.6.2004 – grifos nossos).

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. É pacífico o

N



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

546
P

entendimento deste Supremo Tribunal quanto à inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispôs sobre matéria de competência legislativa outorgada à União. Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União. Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal. (ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (grifos nossos)

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Ministros, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

Como se vê, quando o acórdão regional mantém a sentença originária ele acaba por violar as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontar direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

Assim, diante da **ilegitimidade passiva do Distrito Federal**, impõe-se a reforma do acórdão no sentido se decretar a **extinção parcial do presente processo com relação ao ente público**, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC.

4.2.2 Da violação ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao artigo 25 e ao parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Além dos vícios já narrados acima que autorizam a extinção do processo sem resolução de mérito, o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

517
0

Vejamos:

Ao contrário do que considerou o acórdão recorrido, **não é caso de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária.**

E esse entendimento decorre de expressa previsão legal, contida tanto na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93) quanto na Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95). Ou seja, o acórdão regional acatou posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

Lei n.º 8.666/93:

"Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis." – destaques nossos.

Lei n.º 8.987/95:

"Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

[...]

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

[...]

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

518
P

de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente." -
negritamos

Outra não pode ser a norma que se extrai dos dispositivos transcritos: a **relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente e permissionário/concessionário será sempre de subsidiariedade e nunca de solidariedade.**

De mais a mais, destaca-se que o próprio **Supremo Tribunal Federal**, na **Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF** - a qual foi ajuizada precisamente pela Procuradoria do Distrito Federal -, certificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, **asseverando que não há responsabilidade *solidária* da Administração Pública por prejuízos de cunho trabalhista por empresas por ela contratadas e que o Poder Público não pode ser diretamente chamado em juízo para responder por tais obrigações.** Dita a ementa do referido aresto:

"RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. **Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica.** Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995."

(STF - ADC 16/DF - Tribunal Pleno - Rel. Min. Cezar Peluso - J. em 24/11/10)

Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

914
9

"Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.

A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o 'dano' considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

(...)

Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.

(...)

Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado – de natureza extracontratual – não se há de admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.

(...)

Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

520
8

de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular. Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.

Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que "a Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrado".

A aplicação do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 não exige a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.

Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do inadimplemento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada."

Diga-se, ademais, que a solidariedade da obrigação **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal solidariedade, esta não poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, **além de inexistir lei que preveja tal solidariedade, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

521
00

poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.

No caso dos autos não há de ser diferente. O Ministério Público afirma que os supostos danos causados aos trabalhadores advêm da má conservação dos ônibus, **má conservação esta que é fruto de conduta exclusiva das próprias empresas concessionárias**, não concorrendo o Distrito Federal em momento algum para que tal situação efetivamente ocorra.

Muito pelo contrário, a Administração Pública Distrital exerce constante fiscalização a fim de evitar que veículos em péssimo estado de conservação possam continuar circulando, conforme amplamente demonstrado por meio das cópias dos auto de infração anexados aos autos.

O que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. **Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.**

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, **o Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer foi mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

522
4

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre será subsidiária e nunca solidária.**

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável solidariamente por danos causados por concessionárias ou permissionárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSBDI1-Transitória nº 66)**, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a reforma do acórdão com a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

523
P

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminentíssimo Doutrinador **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

*"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face exclusivamente do causador do dano, sendo a Administração parte ilegítima ad causam na referida ação."² –*
negritos originais, mas sublinhados nossos.

Ante tais argumentos, é irrefutável a constatação que o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Por essa razão, o presente recurso de revista merece ser provido para, reformando o acórdão recorrido, seja decretada a **extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Distrito Federal**, com fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, haja vista que **é impossível, fática e juridicamente, a condenação solidária de ente público em hipótese como a do caso do autos**.

4.3 Das razões para reforma do acórdão no sentido de julgar improcedentes os pedidos.

Caso os argumentos supra não sejam bastantes em si para a cassação da sentença ou a extinção do processo sem resolução de mérito, o que se admite somente por amor ao debate, apresentam-se abaixo as razões para a improcedência dos pedidos.

4.3.1 Da violação ao §6º do artigo 37 da Constituição da República

O acórdão recorrido, ao manter a condenação do Distrito Federal ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 500.000,00

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev, atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, págs. 541/542.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

624
P

(quinhentos mil reais) afrontou direta e literalmente o §6º do artigo 37 da Constituição da República.

Vamos às razões para tal afirmação:

Segundo o §6º do artigo 37 da Constituição Federal,

"as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Em outras palavras, ao consagrar a responsabilidade civil objetiva como regra, o dispositivo constitucional transcrito, dispõe que a responsabilização do ente público somente ocorrerá se houver uma conduta comissiva e direta de seus agentes.

De outro lado, se estivermos no âmbito de conduta omissiva que tenha causado dano a terceiro, o Estado omissor poderá ser responsabilizado, desde que fique provada a sua culpa lato sensu. Esta é a principal característica da responsabilidade civil subjetiva do Estado: a culpa.

Ao misturar as duas teorias (objetiva e subjetiva), o acórdão recorrido acabou por afrontar o §6º do artigo 37 da Constituição da República. Expliquemos melhor:

**4.3.1.1 DAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS
ACERCA DA TEORIA APLICÁVEL AO CASO**

De saída, deve ser destacado que, com o devido respeito, laborou em equívoco o acórdão recorrido ao encampar a tese do Ministério Público do Trabalho ao estabelecer como verdade absoluta que se trata, o caso dos autos, de responsabilidade civil objetiva do estado.

Como dito, a responsabilidade do estado em decorrência dos seus atos está expressa no §6º do artigo 37 da Constituição da República. Também é verdadeiro que aquele dispositivo cria uma regra geral segundo a qual não se discute a



529
u

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

existência do elemento subjetivo (culpa lato sensu) em relação aos danos causados pelo estado.

Todavia, aquele dispositivo somente será aplicado para as condutas estatais que sejam comissivas, isto é, somente quanto o ente público atuar, agir é que a responsabilidade será objetiva e não será questionada a existência ou não de culpa do ente estatal.

Quando se tratar de uma conduta omissiva – um não fazer do estado -, aquela disposição constitucional não terá aplicação, sendo aplicável a regra geral da responsabilidade civil, segundo a qual deverá ser também demonstrada a culpa do agente para que reste caracterizado o dever de indenizar.

Essa é a leitura que a doutrina e a jurisprudência fazem do **§6º do artigo 37 da Constituição da República**, conforme sentenciam o Ilustre Doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, *in verbis*:

“Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficiente) é de se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo.

Deveras, caso o Poder Público não estivesse obrigado a impedir o acontecimento danoso, faltaria razão para impor-lhe o encargo de suportar patrimonialmente as consequências da lesão. Logo, a responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento ilícito. E, sendo responsabilidade por ilícito, é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do Estado (embora do particular possa haver) que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo).

✓



926
ff

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

*Culpa e dolo são justamente as modalidades de
responsabilidade subjetiva”³*

No caso dos autos, conforme consta da própria petição de ingresso, há clara **imputação de responsabilidade** ao Distrito Federal em decorrência de **suposta omissão em fiscalizar** as empresas delegatárias do serviço de transporte coletivo no que se refere ao ambiente adequado de trabalho para os cobradores e motoristas.

Ao assim dispor, o Ministério Público do Trabalho atrai para o caso a responsabilidade civil subjetiva do Estado, pois, como se expôs acima, a sua aplicação se fará presente toda vez em que se imputa responsabilidade em decorrência de responsabilidade omissiva do Estado.

Sendo **subjetiva a responsabilidade imputada ao Estado**, para que reste presente o dever de indenizar, a parte autora deveria provar - além de conduta omissiva contrária ao direito, dano efetivo e nexo de causalidade entre ambos - a culpa no sentido lato.

Isto é, além dos requisitos ordinários da responsabilidade civil, incumbia ao Ministério Público do Trabalho a demonstração no sentido de que o Distrito Federal agira com dolo ou com negligência, imprudência ou imperícia.

Ocorre que, consoante será demonstrado, não estão presentes no caso dos autos nenhum dos elementos caracterizados do dever de indenizar. Vejamos:

4.3.1.2 Inexistência de responsabilidade civil estatal:
ausência de omissão estatal

Fixadas as premissas acima e afastadas as dúvidas acerca de qual a espécie de responsabilidade civil do Estado deve ser aplicada ao caso concreto, passemos a demonstrar as razões pelas quais inexistente o dever de indenizar.

Sendo subjetiva a responsabilidade do Estado, há de ser aplicada da teoria francesa da *culpa do serviço*, segundo a qual “*ocorre culpa do serviço ou falta do*

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 895-896.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

527
p

*serviço quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado*⁴.

No caso dos autos, ainda que fosse atribuição do Distrito Federal atuar na fiscalização do ambiente de trabalho no âmbito do transporte coletivo, o que, como visto, não o é, pois pertence ou ao DFTRANS ou à União, é de se afirmar que **não houve culpa do serviço por eventuais danos causados** à saúde dos cobradores e motoristas de ônibus.

Afirma isso, pois, conforme provam os autos de infração juntados aos autos, **a empresa** que compõe o polo passivo ao lado do Distrito Federal foi **constantemente fiscalizada**, sendo algo inclusive de diversos autos de infração por violar as normas técnicas que resguardam a saúde dos trabalhadores e dos passageiros.

Como se vê da documentação já existente nos autos, a Administração Pública Distrital, **por meio do DFTRANS**, no pleno uso do seu poder de polícia, procedia à fiscalização dos ônibus da empresa ré, sempre buscando uma melhoria na prestação dos serviços à população e, conseqüentemente, ainda que fosse sua atribuição (repita-se: a atribuição é da União), um melhor ambiente de trabalho para os cobradores e motoristas.

Tal situação fática, Excelências, afasta por completo o dever de indenizar do Distrito Federal. Isto porque, tendo havido fiscalização incessante por parte da Administração Pública Distrital, **beira ao absurdo a afirmação no sentido de que o ente público contestante omitiu-se no seu dever de agir**.

Nessa perspectiva, decorre de dedução lógica que, **inexistindo omissão estatal, inexistirá também a responsabilidade**, devendo os **pedidos** contidos na peça de ingresso ser **julgados totalmente improcedentes** no que se refere à pretensão voltada ao Distrito Federal.

Ora, inexistindo omissão estatal no presente caso concreto não há falar em dever de indenizar por parte do Distrito Federal, afigurando-se, inclusive, desnecessário tecer comentários sobre os demais elementos da responsabilidade civil subjetiva do Estado. Todavia, em homenagem ao princípio da eventualidade,

⁴ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 885.

✓



516
1

vejam as demais razões pelas quais os pedidos formulados pelo Ministério Público devem ser julgados improcedentes.

4.3.1.3 Inexistência de responsabilidade civil: ausência de culpa

Como visto, em sede de responsabilidade civil subjetiva, além da omissão estatal, deve estar presente também o dano, o nexo de causalidade e, sobretudo a culpa, ainda que considerada esta última no seu mais amplo sentido.

Em outro dizer e ainda valendo-se dos ensinamentos do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, para configurar a responsabilidade estatal por omissão não basta a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. Afirma ele,

"cumpre que haja algo mais: a culpa por negligência, imprudência ou imperícia no serviço, ensejadoras do dano, ou então o dolo, intenção de omitir-se, quando era obrigatório para o Estado atuar e fazê-lo segundo um certo padrão de eficiência capaz de obstar ao evento lesivo. Em uma palavra: é necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter ocorrido para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste mister, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível." ⁵

Entretanto, nos autos, não há uma prova sequer nem digressão sobre efetiva culpa do Distrito Federal em relação ao suposto prejuízo sofrido pelos motoristas e cobradores empregados pelas atuais concessionárias.

Não foi comprovado nem mesmo que este ente público tinha ciência dos fatos alegados – note-se que o Ministério Público instaurou inquéritos civis desde 2004 sobre o assunto, mas na exordial, em nenhum momento é dito que foi feita comunicação à Secretaria de Transportes do Distrito Federal para tomar providências.

O Ministério Público apenas afirma que o Distrito Federal deve ser civilmente responsabilizado, mas simplesmente alega, **não prova nada**, nem muito

4

⁵ Idem. Ibidem, p. 896.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

529
ap

menos individualiza a sua conduta nem demonstra a sua culpa sobre a qual poderia ter sido feito algum juízo de reprovação.

Mas também não poderia ter sido diverso, já que **em momento algum o Distrito Federal agiu com imprudência, imperícia ou negligência, bem como omitiu-se intencionalmente**, até mesmo porque, conforme visto no tópico anterior, tal omissão não houve.

Ora, se encontra presente no caso dos autos o elemento subjetivo da responsabilidade civil subjetiva do Estado, qual seja, a culpa no seu mais amplo sentido, é inquestionável que não há falar-se em dever de indenizar por parte do Distrito Federal.

Portanto, na improvável hipótese de esse Juízo entender que o Distrito Federal é responsável pelos alegados danos à coletividade e aos trabalhadores das atuais permissionárias de transporte coletivo, ainda assim é forçoso o julgamento pela improcedência do referido pedido do Autor por ser manifesta a inexistência de culpa por parte do ente público contestante.

**4.3.1.4 Da ausência de responsabilidade civil:
considerações acerca do suposto dano**

Deve ser destacado ainda que o Ministério Público do Trabalho não comprovou a ocorrência de dano moral “*na coletividade de empregados e na sociedade*”, tal como alegado na peça de ingresso. Aparentemente isso é aventado pelo Ministério Público do Trabalho ao usar as expressões “*dano genérico*”, “*prejuízo moral potencial*” e “*dano desferido potencialmente a um universo de pessoas*”.

Ocorre que o *parquet* ajuizou a ação após investigar 7 (sete) das empresas permissionárias de transporte coletivo no Distrito Federal, **afirmando** que houve dano a toda a classe dos motoristas e cobradores respectivos (cerca de 15 mil pessoas, segundo o Autor), porém não tendo sido feitas investigações quanto a 9 (nove) outras empresas permissionárias do aludido serviço, nem quanto à coletividade como um todo.

Ou seja, a parte autora só fez um mínimo levantamento de informações em relação a porção minoritária das empresas que atendem o transporte coletivo, //



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

530
Y

contudo defende que foram prejudicados **todos** os motoristas e cobradores, bem como toda a coletividade.

Ora, Excelências, assoma evidente que, em um universo de 16 (dezesseis) empresas, a utilização de apenas 7 (sete) permissionários como amostragem para aferir se houve ou não dano à integridade física dos trabalhadores não demonstra a universalidade que deveria estar abarcado pelo suposto dano moral coletivo.

Em outras palavras, **não há demonstração de coletividade do dano!** Pelo que consta dos autos, apenas alguns empresários de algumas empresas possuem algum déficit auditivo, o que não quer dizer que tal deficiência tenha relação direta com a má prestação dos serviços pelas permissionárias do serviço de transporte coletivo.

Não se estar afirmando que, se realmente comprovado dano à saúde do trabalhador, este não terá direito à indenização por violação à sua integridade física. Não é isso! O que se está a afirmar é que o meio pelo qual essa indenização poderá ocorrer **não deve ser este instrumento de ação coletiva**, mas sim **ações individuais** propostas por cada um dos trabalhadores supostamente lesados.

Em conclusão, por **não restar caracterizado um efetivo dano moral a uma universalidade de pessoas**, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

5. DO PREQUESTIONAMENTO

Com o intuito de resguardar o direito do recorrente de encaminhar a presente demanda ao Supremo Tribunal Federal, o Distrito Federal pugna para que haja manifestação expressa sobre os seguintes dispositivos: **inciso XXXV, artigo 5º; inciso XXIV do artigo 21; inciso IX do artigo 93; e §6º do artigo 37, todos da Constituição da República.**

6. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o Distrito Federal requer e espera conhecimento, processamento e provimento do presente recurso de revista:

4



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

531
✓

- a) para, reformando o acórdão recorrido, cassar a sentença de piso, nos termos da fundamentação supra;
- b) para, subsidiariamente, reformando o acórdão recorrido, extinguir o processo sem resolução de mérito em relação ao Distrito Federal, pois, como visto, este não possui legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda;
- c) para, ainda subsidiariamente, reformando o acórdão recorrido, julgar improcedentes os pedidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 30 de julho de 2014.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF nº 29.190

[Faint, illegible text, possibly a stamp or watermark]

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Embargante o conhecimento e o acolhimento dos presentes Embargos de Declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, para que sejam sanadas as omissões apontadas, sob pena de violação aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, e artigo 93, inciso IX, todos da CF/88.

Caso este não seja o entendimento deste e. Colegiado, o que não se acredita, ficam desde já prequestionadas as matérias aqui discutidas, nos termos da Súmula 297, do Tribunal Superior do Trabalho, possibilitando à Embargante a interposição dos recursos no momento oportuno, afastando-se assim qualquer intuito protelatório.

Outrossim, em função da possibilidade de efeito modificativo do julgado, requer, por cautela, e considerando o disposto na OJ nº 142, da SDI-I/TST, a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente apelo.

Na oportunidade requer que todas as publicações dos presentes autos sejam feitas EXCLUSIVAMENTE em nome da advogada Drª. SONIA REGINA MARQUES BARREIRO, OAB/DF 9.072.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília-DF, 31 de julho de 2014.

SONIA REGINA MARQUES BARREIRO
OAB/DF 9.072


VINICIUS CAVALCANTE FERREIRA
OAB/DF 32.485



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA
MACHADO GUIMARÃES – RELATORA – 1ª TURMA

MARIA REGINA

2009

FL. 2118
Relatoria
GECAD
PROCAD

00.014.973/2014

01/08/2014 15:25:55

S/PROCESSO

TRT 10ª Região - DSCDP
01462 2012 019 10 00 6

1/2

Processo nº 0001462-14.2012.5.10.0019

LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA.

recuperação judicial) já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, contende com MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO - BRASÍLIA/DF, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** com fulcro no artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 535 do Código de Processo Civil, por entender que o v. acórdão restou omissos.

I – DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

O presente recurso deve ser conhecido, uma vez que é adequado, interposto por parte legítima, processualmente interessada e regularmente representada.

O recurso é tempestivo, uma vez que foi interposto no quinquídio legal previsto no artigo 897-A da CLT e do artigo 535 do CPC, levando-se em consideração a data da publicação da decisão (25/07/2014 – 6ª feira), não havendo que se falar em pagamento de custas judiciais.

Neste contexto, impõe-se o conhecimento dos presentes Embargos de Declaração, por restarem comprovados todos os pressupostos de admissibilidade recursal.

II – DAS RAZÕES DO APELO

O inconformismo da ora Embargante deve-se ao v. acórdão proferido pela e. 1ª Turma, o qual restou omissos, data vênica.

Segundo a jurisprudência e doutrina, a omissão se dá quando o juízo deixa de se pronunciar a respeito de tese ou pedido ventilado pelas partes.

Trata o feito de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 10ª Região contra esta Embargante e o Distrito Federal.

Em sentença, o pedido foi julgado parcialmente procedente. Subindo os autos por interposição de recurso por todas as partes, estes apelos não foram providos, mantendo-se incólume a r. sentença de piso. Contudo, o v. acórdão está eivado de omissão.

A

[Imprimir](#)[Fechar](#)

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região

Processo: **01462-2012-019-10-00-6-RO**

Recorrido: Distrito Federal

Advogado : Edvaldo Costa Barreto Júnior

Recorrente: Distrito Federal

Advogado : Edvaldo Costa Barreto Júnior

Recorrente: Lotaxi Transportes Urbanos Ltda (Em Recuperação Judicial)

Advogado : Sônia Regina Marques Barreiro

Recorrido: Lotaxi Transportes Urbanos Ltda (Em Recuperação Judicial)

Advogado : Sônia Regina Marques Barreiro

Recorrido: Ministério Público do Trabalho

Advogado : Alessandro Santos de Miranda

Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos Interestaduais Especiais Escolares Turismo e de Transporte de Carga do Distrito Federal

Advogado : Alessandra Camarano Martins

Despacho do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho
ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO

Recurso de Revista - Despacho de Admissibilidade

Recurso de: Distrito Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (publicação em 25/07/2014 - fls. 2066; recurso apresentado em 31/07/2014 - fls. 2067). Regular a representação processual (nos termos da Súmula nº 436/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 114, da Constituição Federal.

Argui o Distrito Federal a preliminar de incompetência desta Justiça Especial em razão da matéria, ao argumento de que a causa de pedir em relação ao Distrito Federal não possui contornos trabalhistas, mas sim de direito administrativo. Razão não lhe assiste. Primeiramente, vale lembrar que a matéria relativa à transcendência está pendente de regulamentação pelo colendo TST. Precedentes: AIRR - 122-

236

07.2010.5.03.0114, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011; AIRR - 83140-83.2008.5.08.0007, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011. No mais, o Ministério Público do Trabalho, através de ação civil pública, pretende assegurar, por determinação judicial, o cumprimento de exigências relativas à condições de trabalho. E, indiscutivelmente, a segurança do trabalho insere-se na relação jurídica trabalhista, voltada aos interesses de empregados e empregadores, não se podendo afastar a competência desta Justiça Especial. Assim, não se pode dissociar a segurança do trabalho do liame empregatício, o que atrai a incidência do artigo 114 da Constituição da República. Nesse sentido dispõe a Súmula nº 736 do STF, que ora se reproduz: 736. COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES." DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV; artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. De plano, registra-se que, incabível a arguição de preliminar por negativa de prestação jurisdicional quando a parte interessada não opõe embargos de declaração. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 10593/2002, artigo 11, inciso I; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 626; Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º. A eg. Turma reconheceu a legitimidade do Distrito Federal para atuar no presente polo passivo aos seguintes termos: "A legitimidade ativa e passiva decorrem da titularidade da pretensão deduzida em juízo ou da titularidade da resistência oposta a esta pretensão. Portanto, o Distrito Federal é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, mormente porque, a inicial aponta sua condição de solidário à 1ª reclamada - LOTAXI, no objeto da condenação pretendida. Assim, constatado que o Distrito Federal na qualidade de concedente do serviço público, mantém vínculo administrativo com a primeira reclamada (concessionária), e em razão de tal vínculo advém sua responsabilidade pelo dano moral coletivo, aferida está a pertinência da figuração passiva da lide. A análise da questão relativa à possibilidade ou impossibilidade de condenação de forma solidária do ente público é matéria afeta ao mérito do recurso, não sendo cabível sua análise em sede preliminar. Prefacial que se rejeita" (fls. 2049/2049-v.). Insurge-se a reclamada ao argumento de não ter legitimidade para atuar no polo passivo da presente demanda, principalmente, conforme dispõem os arts. 21, XXIV, da Constituição Federal, 11 da Lei nº 10.593/2002 e 626 da CLT. Ocorre que o Tribunal Regional não analisou a matéria sob o enfoque dos dispositivos apontados como malferidos, de modo a incidir à espécie o óbice da Súmula nº 297, I, do TST para o processamento do apelo. Responsabilidade Solidária/Subsidiária. Alegação(ões): - violação do(s) artigo - 37, §6º, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º; Lei nº 8987/1995, artigo 25, 31. Insurge-se a reclamada contra sua suposta condenação solidária ao pagamento do dano moral coletivo aos trabalhadores da LOTAXI, no valor de R\$ 500.000,00. Registre-se que inviável o apelo, no particular, por ausência de interesse do Distrito Federal, já que inexistente, no presente processo, condenação solidária do ente público ao pagamento dos valores relativos a dano moral. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista/Recurso de: Lotaxi Transportes Urbanos Ltda (Em Recuperação Judicial) PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (publicação em 17/10/2014 - fls. 2117; recurso apresentado em 21/10/2014 - fls. 2119). Regular a representação processual (fls. 389,389-v). Satisfeito o preparo (fls. 1804, 1875, 1874 e 2143). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DIREITO PROCESSUAL

CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. - violação do(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 832; Código de Processo Civil, artigo 458. Insurge-se a reclamada, arguindo negativa de prestação jurisdicional, nos termos das alegações alhures. Ocorre que é incabível a negativa de prestação jurisdicional, quando a parte não indica especificamente qual ponto da decisão entendeu omissa. Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Moral Coletivo. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 5º, inciso II, V; artigo 5º, inciso LIV, LV; artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal. - violação do(s) Código de Processo Civil, artigo 333; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818. - divergência jurisprudencial: . A eg. Turma, às fls. 2061-2062-v., reconheceu a possibilidade de dano moral coletivo, aos seguintes fundamentos: "DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. (Tema comum aos recursos da LOTAXI e do DISTRITO FEDERAL) Insurgem-se a ré- LOTAXI e o DISTRITO FEDERAL, contra a sentença que os condenou, de forma solidária, ao pagamento de indenização decorrente de dano moral coletivo, fixada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para cada um dos réus. A recorrente LOTAXI, argumenta, em síntese, inoccorrência de dano moral causado à coletividade de trabalhadores que pudesse ensejar a condenação em apreço. O Distrito Federal sustenta que não há demonstração da coletividade do dano, argumentando "que apenas alguns empregados de algumas empresas possuem algum déficit auditivo, o que não quer dizer que tal deficiência tenha relação direta com a má prestação dos serviços pelas permissionárias do serviço de transporte coletivo." (fl.1911) A indenização pelo dano moral coletivo está prevista na Lei 7.347/85, que em seu art. 1º, dispõe, verbis: "Art. 1º. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio ambiente; II - ao consumidor; III- a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo; V - por infração da ordem econômica; VI - à ordem urbanística; VII - à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. (Incluído pela Lei nº 12.966, de 2014)." O dano moral coletivo em si mesmo considerado, caracteriza-se sempre que a prática ilícita do empregador atingir a coletividade dos trabalhadores, mediante fraude aos direitos sociais do trabalho, constitucionalmente assegurados, causando prejuízos à coletividade, na medida em que traz a sensação de desapeço aos valores sociais do trabalho. Desse modo, os danos decorrentes do ato ilícito extrapolam a esfera individual, atentando também contra direitos transindividuais de natureza coletiva, definidos no art. 81, parágrafo único, do CDC, sendo devida a indenização por dano moral coletivo, com função preventivo-pedagógica, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. No caso em apreço, restou sobejamente demonstrado que a empresa ré descumpriu ampla, irrestritamente e de forma recalcitrante, as disposições legais alusivas ao meio ambiente de trabalho, oferecendo ao trabalhador condições que não se coadunam com a legislação aplicável. Dessa forma, produziu considerável contingente de trabalhadores fisicamente mutilados em decorrência de seu descaso e desrespeito ao cumprimento das normas mínimas de proteção à saúde e ao princípio da proteção ao trabalhador. Ao assim proceder, praticou ato ilícito consubstanciado em verdadeira fraude aos direitos sociais do trabalho, mormente aqueles alusivos à saúde do trabalhador, e, consequentemente, atingiu toda a coletividade de trabalhadores antigos, atuais e futuros. Tal cenário revela-se em dano social de ampla magnitude e enseja a reparação coletiva. A jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho corrobora o entendimento acerca do cabimento de dano moral coletivo por violação a normas de segurança, saúde e meio ambiente de trabalho: "RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

105

TRABALHISTAS. NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO. Consoante registrou o Tribunal a quo, está comprovado que a ora recorrente incorreu em conduta prejudicial aos seus empregados, ao descumprir as normas referentes à segurança e à medicina do trabalho. Ora, aquele que por ato ilícito causar dano, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo. Assim, demonstrado que a recorrente cometeu ato ilícito, causando prejuízos a um certo grupo de trabalhadores e à própria ordem jurídica, não merece reparos a decisão proferida pela instância ordinária que a condenou a indenizar os danos morais coletivos. Recurso de revista conhecido e não provido. (RR - 15500-56.2010.5.17.0132; Data de Julgamento: 12/06/2013, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/06/2013.) No caso, os danos decorrentes do ato ilícito da reclamada extrapolaram a esfera individual e específica do trabalhador subjetivamente atingido, na medida em que tal conduta direcionou-se ao grupo de trabalhadores que laboram nos ônibus de transporte coletivo da reclamada. Configurado, portanto, o dano a ensejar a reparação moral coletiva a que foram condenados os reclamados". Ao recorrer de revista, a reclamada, primeiramente sustenta não ser possível a ocorrência da figura do dano moral coletivo trabalhista. Para tanto, traz em abono de sua tese, divergência jurisprudencial. Com efeito, o paradigma trazido às fls. 2127-2129, proveniente do TRT da 14ª, espelha tese diametralmente divergente da adotada pelo Tribunal Regional, no sentido de não ser possível o dano moral coletivo. Portanto, o apelo viabiliza-se por divergência jurisprudencial. Deixa-se de analisar os demais tópicos do apelo, nos termos da Súmula nº 285/TST. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. A(o)(s) recorrido(a)(s), para contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao TST. Publique-se. Brasília, 25 de novembro de 2014 (3ª-f).

Assinado Digitalmente André R. P. V. Damasceno Desembargador Presidente do TRT da 10ª Região /clr



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

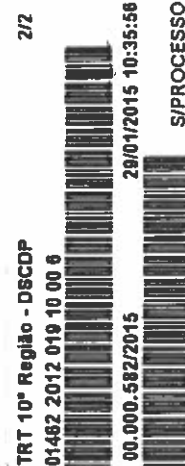


**EXCELENTÍSSIMO(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO**

Autos nº 1462-14.2012.5.10.0019

Reclamante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Reclamados: LOTÁXI e DISTRITO FEDERAL



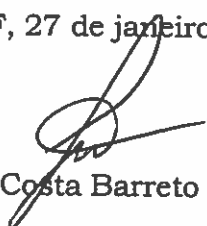
O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente qualificado nos presentes autos, vem, perante Vossa Excelência, apresentar recurso de

AGRAVO DE INSTRUMENTO

ao Tribunal Superior do Trabalho, com supedâneo no art. 897, "b", da CLT, consoante razões anexas.

Requer-se, desde já, seja reconsiderada a decisão que denegou seguimento ao recurso de revista do ora Agravante e, caso mantida a decisão agravada, requer-se o processamento do agravo e envio dos autos à Corte *ad quem*, na forma e para os fins de direito (Resolução 1.418 de 30/08/2010 do Tribunal Superior do Trabalho).

Brasília/DF, 27 de janeiro de 2015.


Edvaldo Costa Barreto Júnior

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



234

RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Autos nº 1462-14.2012.5.10.0019

Agravante: **DISTRITO FEDERAL**

Agravados: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e LOTÁXI**

Resumo do Agravo de Instrumento:
dentre outros vícios da decisão recorrida, a pretexto de proceder ao juízo de admissibilidade da Revista, o Exmo Presidente do Tribunal Regional da 10ª Região, adentrando no mérito do Recurso Extremo, usurpou a competência deste Tribunal Superior do Trabalho para julgá-lo.

Colendo Tribunal Superior do Trabalho,

Emérita Turma,

Eminente Ministro(a) Relator(a),

O **Distrito Federal** vem, por meio do presente Recurso de Agravo de Instrumento, respeitosamente, buscar o regular processamento de seu Recurso de Revista interposto nos autos de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo de “sangrar” os cofres públicos

8



15

em dez milhões de reais. E o faz pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

1. DOS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE

1.1 - DA TEMPESTIVIDADE

A r. decisão agravada foi disponibilizada no DJe em 19/01/2015 e considerada publicada em 20/01/2015. Considerando que o Distrito Federal é beneficiário das disposições do art. 1º do Decreto-Lei nº 779/69, que confere à Fazenda Pública o prazo em dobro para recorrer, verifica-se a plena tempestividade deste apelo.

1.2 - DO CABIMENTO DO RECURSO

Dispõe o art. 897, "b", da CLT, que cabe agravo de instrumento das decisões que denegarem a interposição de recursos, sendo esta exatamente a hipótese dos autos.

1.3 - DA INEXIGIBILIDADE DE PREPARO e DEPÓSITO RECURSAL

Conforme disposto no art. 790-A, I, da CLT e art. 1º, IV, do Decreto-Lei 779/69, o Distrito Federal é isento do pagamento de custas e recolhimento de depósito recursal, respectivamente.

1.4 - DO INTERESSE RECURSAL, DA ADEQUAÇÃO E DA REGULARIDADE FORMAL

O interesse recursal do Distrito Federal é notório, uma vez que teve seu Recurso de Revista com seguimento denegado. Ademais, há interesse



ME

público primário em discussão, razão pela qual se busca proteger, por meio do presente apelo, a própria ordem jurídica e o erário distrital.

O recurso é adequado e encontra-se formalmente regular, uma vez que apresentado dentro dos próprios autos do processo judicial, nos termos da Resolução Administrativa nº 1418/2010 do Tribunal Superior do Trabalho.

Por fim, o recurso é subscrito por Procurador do Distrito Federal, decorrendo seu mandato da lei, nos termos dos artigos 37, II, e 132, ambos da Constituição Federal (Súmula nº 436 do TST).

2. DOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE

2.1 - DO DESPACHO DENEGATÓRIO DE SEGUIMENTO DO RECURSO DE REVISTA.

O Distrito Federal teve negado seguimento de seu Recurso de Revista sob os seguintes fundamentos:

"Recurso de: Distrito Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (publicação em 25/07/2014 - fls. 2066; recurso apresentado em 31/07/2014 - fls. 2067). Regular a representação processual (nos termos da Súmula nº 436/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 114, da Constituição Federal. Argui o Distrito Federal a preliminar de incompetência desta Justiça Especial em razão da matéria, ao argumento de que a causa de pedir em relação ao Distrito Federal não possui contornos trabalhistas, mas sim de direito administrativo. Razão não lhe assiste."



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



Primeiramente, vale lembrar que a matéria relativa à transcendência está pendente de regulamentação pelo colendo TST. Precedentes: AIRR - 122-07.2010.5.03.0114, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011; AIRR - 83140-83.2008.5.08.0007, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011. No mais, o Ministério Público do Trabalho, através de ação civil pública, pretende assegurar, por determinação judicial, o cumprimento de exigências relativas à condições de trabalho. E, indiscutivelmente, a segurança do trabalho insere-se na relação jurídica trabalhista, voltada aos interesses de empregados e empregadores, não se podendo afastar a competência desta Justiça Especial. Assim, não se pode dissociar a segurança do trabalho do liame empregatício, o que atrai a incidência do artigo 114 da Constituição da República. Nesse sentido dispõe a Súmula nº 736 do STF, que ora se reproduz: 736. COMPETE A JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES." DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / **Negativa de prestação jurisdicional.** Alegação(ões): - violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV; artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. De plano, registra-se que, incabível a arguição de preliminar por negativa de prestação jurisdicional quando a parte interessada não opõe embargos de declaração. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores. Alegação(ões): - **violação do(s) artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal.** - **violação do(s) Lei nº 10593/2002, artigo 11, inciso I; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 626; Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º.** A eg. Turma reconheceu a legitimidade do Distrito Federal para atuar no presente polo passivo aos



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



21/4

seguintes termos: "A legitimidade ativa e passiva decorrem da titularidade da pretensão deduzida em juízo ou da titularidade da resistência oposta a esta pretensão. Portanto, o Distrito Federal é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, mormente porque, a inicial aponta sua condição de solidário à 1ª reclamada - LOTAXI, no objeto da condenação pretendida. Assim, constatado que o Distrito Federal na qualidade de concedente do serviço público, mantém vínculo administrativo com a primeira reclamada (concessionária), e em razão de tal vínculo advém sua responsabilidade pelo dano moral coletivo, aferida está a pertinência da figuração passiva da lide. A análise da questão relativa à possibilidade ou impossibilidade de condenação de forma solidária do ente público é matéria afeta ao mérito do recurso, não sendo cabível sua análise em sede preliminar. Prefacial que se rejeita" (fls. 2049/2049-v.). Insurge-se a reclamada ao argumento de não ter legitimidade para atuar no polo passivo da presente demanda, principalmente, conforme dispõem os arts. 21, XXIV, da Constituição Federal, 11 da Lei nº 10.593/2002 e 626 da CLT. Ocorre que o Tribunal Regional não analisou a matéria sob o enfoque dos dispositivos apontados como malferidos, de modo a incidir à espécie o óbice da Súmula nº 297, I, do TST para o processamento do apelo. Responsabilidade Solidária/Subsidiária. Alegação(ões): - **violação do(s) artigo 37, §6º, da Constituição Federal.** - **violação do(s) Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º; Lei nº 8987/1995, artigo 25, 31.** Insurge-se a reclamada contra sua suposta condenação solidária ao pagamento do dano moral coletivo aos trabalhadores da LOTAXI, no valor de R\$ 500.000,00. Registre-se que inviável o apelo, no particular, por ausência de interesse do Distrito Federal, já que inexistente, no presente processo, condenação solidária do ente público ao pagamento dos valores relativos a dano moral. **CONCLUSÃO** Ante o exposto, **DENEGO** seguimento ao recurso de revista." – os negritos são nossos.



2121

Conforme se verifica no despacho supra, os seguintes aspectos foram levados em consideração pela Ilustre Presidente do TRT da 10ª Região para se negar seguimento ao apelo: **(a)** não teria havido violação, pelo acórdão recorrido, do artigo 114 da Constituição da República; **(b)** não ocorreu negativa de prestação jurisdicional nem violação ao art. 93, IX e nem ao art. 5º, XXXV, ambos da Constituição da República; **(c)** não houve violação do artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, nem do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/1993; **(d)** não houve violação do §6º do artigo 37 da Constituição, nem dos artigos 25 e 31 da Lei nº 8.987/95.

Com a devida vênia, não devem prevalecer os fundamentos da r. decisão, sobretudo ante o fato de que, sob o pretexto de efetuar o juízo de admissibilidade, o Tribunal Regional entendeu por bem julgar o Recurso de Revista interposto, devendo, assim, ser autorizado o adequado processamento do Recurso Extremo.

2.2 - DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO DESPACHO DENEGATÓRIO e DA REITARAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NO RECURSO DE REVISTA.

Da rápida leitura da decisão ora recorrida, percebe-se que a sua premente necessidade de reforma. É que, com o devido respeito, o Exmo. Presidente do Tribunal Regional recorrido extrapolou os limites de legais do “juízo de admissibilidade”. Segundo a técnica processual correta, a Presidência deveria se limitar a analisar se as alegações do recorrente se amoldam ao ditame legal – preenchimento dos requisitos de admissibilidade - e não adentrar no mérito recursal, tal como o fez, pois esta atribuição é exclusiva deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

2.2.1 - Da reiteração das violações

Inicialmente, reiteram-se as violações a dispositivos de lei e da Constituição apontados no Recurso de Revista, os quais são aptos ao



adequado processamento do apelo, nos termos do art. 896 da CLT.

Para tanto, passaremos à impugnação específica de cada ponto abordado pelo ilustre Presidente do TRT.

2.2.2 - Da violação ao artigo 114 da Constituição da República

Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, do art. 114 da Constituição da República, assim se manifestou o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal da 10ª Região:

Alegação(ões): - violação do(s) artigo 114, da Constituição Federal. Argui o Distrito Federal a preliminar de incompetência desta Justiça Especial em razão da matéria, ao argumento de que a causa de pedir em relação ao Distrito Federal não possui contornos trabalhistas, mas sim de direito administrativo. Razão não lhe assiste. Primeiramente, vale lembrar que a matéria relativa à transcedência está pendente de regulamentação pelo colendo TST. Precedentes: AIRR - 122-07.2010.5.03.0114, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011; AIRR - 83140-83.2008.5.08.0007, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011. No mais, o Ministério Público do Trabalho, através de ação civil pública, pretende assegurar, por determinação judicial, o cumprimento de exigências relativas à condições de trabalho. E, indiscutivelmente, a segurança do trabalho insere-se na relação jurídica trabalhista, voltada aos interesses de empregados e empregadores, não se podendo afastar a competência desta Justiça Especial. Assim, não se pode dissociar a segurança do trabalho do liame empregatício, o que atrai a incidência do artigo 114 da Constituição da República. Nesse sentido dispõe a Súmula nº 736 do STF, que ora se reproduz: 736. COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO



2121

JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES." DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

Com a devida vênia, não merece prosperar a fundamentação utilizada pelo juízo recorrido. **A uma**, pois não se limitou a examinar os requisitos de admissibilidade do Recurso de Revista interposto, mas sim adentrou no mérito recursal, usurpando a competência desta Egrégia Corte Superior do Trabalho. **A duas**, pois há clara violação ao artigo 114 da Constituição da República, no acórdão, tal como destacado na Revista. Expliquemos melhor:

Com o devido respeito, encontra-se um tanto quanto equivocado a decisão recorrida. É que, a causa de pedir e o pedido em relação à LOTAXI possuem contornos evidentemente trabalhistas, pois dizem respeito à salvaguarda do meio ambiente de trabalho em uma relação jurídica que envolve empregado e empregador.

Todavia, **o mesmo não ocorre com a causa de pedir em relação ao Distrito Federal**. Vejam, Excelências, que o Distrito Federal somente foi chamado aos autos pelo fato de que delegou a prestação de serviço à empresa Reclamada. **A relação entre o Distrito Federal e a empresa LOTAXI é estritamente de direito administrativo**, mais especificamente de direito administrativo negocial.

O Distrito Federal não possui qualquer relação ou ingerência sobre os funcionários da empresa Reclamada. A única relação jurídica em que o Distrito Federal atua é formada exclusivamente com a empresa LOTAXI, não tendo nada a ver com os seus funcionários.

Isto é, ao contrário do que consta da decisão recorrida, **a causa de pedir em relação ao Distrito Federal** tem origem no Direito Administrativo (contratos administrativos de concessões e permissões públicas), não guardando qualquer pertinência temática com a relação jurídica

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



PGDF
PROCURADORIA-GERAL
DO DISTRITO FEDERAL

trabalhista. **A relação trabalhista (empregado VS LOTAXI) não tem nada a ver com a relação de Direito Administrativo discutida nos autos (Distrito Federal VS LOTAXI).**

Explica-se:

O Ministério Público do Trabalho alega que houve dano moral coletivo "genérico" – oriundo das atuais condições de trabalho geridas pelos atuais permissionários de transporte coletivo – pelo qual deveria ser responsabilizado também o Distrito Federal, ao argumento de que o ente público teria responsabilidade solidária em relação a todos os prejuízos causados a terceiros por concessionários de serviço público e em razão da previsão do Código de Defesa do Consumidor que atribui responsabilidade solidária aos fornecedores em situações de acidentes de consumo.

Em primeiro lugar, como visto, os fundamentos utilizados pelo MPT para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal **não tem qualquer relação com a legislação trabalhista**. Com efeito, veja-se que, quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou por suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, **o MPT não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho**.

E nem poderia ser diferente, pois o Distrito Federal não é o empregador dos motoristas e cobradores dos atuais permissionários de transporte coletivo. Observe-se, **há exclusivamente relação administrativa entre o Distrito Federal e as empresas permissionárias**. Não há, por força de expressa previsão legal¹, nenhuma relação direta entre o poder concedente e os empregados dos delegatários.

¹ Da Lei de Concessões: "Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente."

Da Lei de Licitações: "Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



MLK

É dizer, a causa de pedir para o pleito indenizatório não diz respeito à matéria trabalhista. Não havendo relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos empregados, o único fundamento pelo qual seria juridicamente possível se entender pela sua condenação seria analisando a relação administrativa firmada entre o este e a empresa de transporte também ré.

Em segundo lugar, cumpre atentar que os fundamentos enunciados pelo Ministério Público Obreiro segundo os quais a Justiça do Trabalho seria competente para apreciar o pedido em comento não são suficientes para afastar a argumentação ora exposta.

É que a competência da Justiça Trabalhista é estrita ao processamento de ação em que se discute a relação empregado vs. empregador, em ato decorrente da relação de trabalho. *In casu*, **não se trata de demanda movida nem por empregados** (foi movida pela Procuradoria Regional do Trabalho, representando um dano que seria contra toda a sociedade) **nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes**, porque não há relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos trabalhadores.

Ante tal circunstância, é inegável que a decisão ora recorrida merece ser reformada, pois o acórdão regional afrontou, sim, diretamente o art. 114 da Constituição da República, pois este dispositivo traz rol taxativo das hipóteses de competência da Justiça do Trabalho e neste rol não está prevista a competência para processar e julgar as demandas em que tenham como causa de pedir relação negocial de Direito Administrativo.

Diante do exposto, requer seja provido o recurso para reformar a decisão recorrida em relação à não admissão do Recurso de Revista no que se refere à alegação de **violação ao artigo 114 da Constituição da República.**

contrato. § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis."



22/6

2.2.3 – Da violação ao artigo 93, IX, e ao art. 5º, XXXV, ambos da Constituição da República

Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, do artigo 93, IX, e do art. 5º, XXXV, ambos da Constituição da República, assim se manifestou o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal da 10ª Região:

Alegação(ões): - violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV; artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. De plano, registra-se que, incabível a arguição de preliminar por negativa de prestação jurisdicional quando a parte interessada não opõe embargos de declaração.

Com a devida vênia, mais uma vez, não merece prosperar a fundamentação utilizada pelo juízo recorrido. **A uma**, pois não se limitou a examinar os requisitos de admissibilidade do Recurso de Revista interposto, mas sim adentrou no mérito recursal, usurpando a competência desta Egrégia Corte Superior do Trabalho. **A duas**, pois há clara violação ao artigo 93, IX, e ao art. 5º, XXXV, ambos da Constituição da República, no acórdão, tal como destacado na Revista. Expliquemos melhor:

É que o dever de fundamentação do magistrado quando da prolação de decisões, longe de ser uma mera formalidade, é uma forma de se evitar arbitrariedades e garantir a democratização do judiciário.

Ademais, a própria Constituição da República, no inciso IX do artigo 93, impõe que a fundamentação das decisões judiciais é um requisito indispensável para sua validade, devendo estar presente em todas elas, sob pena de nulidade, *in verbis*:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)



225x

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;"

Ocorre que a **decisão** de primeiro grau, mantida e substituída pelo acórdão recorrido, mesmo após o manejo dos embargos declaratórios, **continuou desprovida de fundamentação** e tal circunstância contraria o que dispõe o **inciso IX do artigo 93 da Constituição da República**, tornando-a nula.

Além de desprover de forma equivocada os declaratórios opostos pelo Distrito Federal, **errou** mais uma vez o juízo de primeiro grau ao consignar na sentença que julgou os embargos de declaração opostos o seguinte: **"é de se frisar que o juiz não está obrigado a manifestar-se acerca de cada fundamento apresentado pela parte [...]** Não se trata a sentença de diálogo travado entre a parte e o Estado-juiz" – **negritos originais.**

Tal comando sentencial foi de certa forma replicado pelo acórdão recorrido, *in verbis*:

"A previsão legal constitucional contida no artigo 93, IX, da Constituição Federal, é no sentido de que as decisões sejam fundamentadas, devendo o Magistrado justificar suas razões de decidir, com o fim de garantir às partes a ampla defesa e o contraditório. Tal regra, contudo, não obriga o Juízo a rebater pontualmente os argumentos e fatos que a parte julgue importante." – negritos nossos.

Ora, Nobres Ministros, é **regra básica** de direito processual que o juiz não está obrigado a examinar todas as alegações feitas pela parte **se for acolher a sua alegação, mas está sim obrigado a manifestar-se sobre cada** ✓



22/7

fundamento apresentado se for repelir o seu pleito, sob pena de negar a prestação da atividade jurisdicional.

Pensar de forma diversa, tal como fez equivocadamente o juízo de primeiro grau, é ferir de morte a garantia fundamental e o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que se encontra encartado no **inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República.**

Nessa ordem de ideias, é de constatar que incorreu em *error in iudicando* o juízo ora recorrido, devendo, a sua decisão, ser revista, a fim de que a Revista tenha o seu processamento de forma regular.

2.2.4 – Da violação ao artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho

Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, do artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, e do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/1993, assim se manifestou o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal da 10ª Região:

Alegação(ões): - violação do(s) artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 10593/2002, artigo 11, inciso I; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 626; Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º. A eg. Turma reconheceu a legitimidade do Distrito Federal para atuar no presente polo passivo aos seguintes termos: "A legitimidade ativa e passiva decorrem da titularidade da pretensão deduzida em juízo ou da titularidade da resistência oposta a esta pretensão. Portanto, o Distrito Federal é parte legítima para figurar no polo passivo da lide, mormente porque, a inicial aponta sua condição de solidário à 1ª reclamada - LOTAXI, no objeto da condenação pretendida. Assim, constatado que o

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



PGDF
PROCURADORIA-GERAL
DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal na qualidade de concedente do serviço público, mantém vínculo administrativo com a primeira reclamada (concessionária), e em razão de tal vínculo advém sua responsabilidade pelo dano moral coletivo, aferida está a pertinência da figuração passiva da lide. A análise da questão relativa à possibilidade ou impossibilidade de condenação de forma solidária do ente público é matéria afeta ao mérito do recurso, não sendo cabível sua análise em sede preliminar. Prefacial que se rejeita" (fls. 2049/2049-v.). Insurge-se a reclamada ao argumento de não ter legitimidade para atuar no polo passivo da presente demanda, principalmente, conforme dispõem os arts. 21, XXIV, da Constituição Federal, 11 da Lei nº 10.593/2002 e 626 da CLT. Ocorre que o Tribunal Regional não analisou a matéria sob o enfoque dos dispositivos apontados como malferidos, de modo a incidir à espécie o óbice da Súmula nº 297, I, do TST para o processamento do apelo.

Com a devida vênia, mais uma vez, não merece prosperar a fundamentação utilizada pelo juízo recorrido. **A uma**, pois não se limitou a examinar os requisitos de admissibilidade do Recurso de Revista interposto, mas sim adentrou no mérito recursal, usurpando a competência desta Egrégia Corte Superior do Trabalho. **A duas**, pois há clara violação do artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, e do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/1993, no acórdão, tal como destacado na Revista. Expliquemos melhor:

Pertence à **União**, por intermédio do **Ministério do Trabalho**, o **dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho** e, consequentemente, o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.



25/12

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho**"

Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho."

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. No **art. 11**, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (grifos nossos).

Nos ditames do artigo supracitado, os **Auditores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.

Portanto, a inspeção do trabalho - que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em outras palavras, O DISTRITO FEDERAL NÃO POSSUI COMPETÊNCIA PREVISTA EM LEI PARA FISCALIZAR O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO!!!! NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI N.º 10.593/02, ✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



257

SOMENTE A UNIÃO PODERÁ FAZÊ-LO!!! Qualquer conduta do Distrito Federal nesse sentido seria considerado um ato administrativo nulo!!!!

Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a **inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador**.

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

“Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir à idéia de ‘saúde’, abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho, matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. A toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão insertos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde – SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a

2



25

proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho" (DJ 4.6.2004 – grifos nossos).

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. É pacífico o entendimento deste Supremo Tribunal quanto à inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispôs sobre matéria de competência legislativa outorgada à União. Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União. Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal.(ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (grifos nossos)

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Ministros, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

4



2152

Como se vê, quando o acórdão regional mantém a sentença originária ele acaba por violar as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontar direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República, circunstâncias estas que foram solenemente ignoradas pela decisão ora recorrida

Nessa perspectiva, é inegável que a decisão ora recorrida merece reforma também contra o ponto, devendo a Revista seguir o seu regular processamento.

2.2.5 – Da violação ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao §6º do artigo 37 da Constituição e aos artigos 25 e 31 da Lei n.º 8.987/95

Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao §6º do artigo 37 da Constituição e aos artigos 25 e 31 da Lei n.º 8.987/95, assim se manifestou o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal da 10ª Região:

Alegação(ões): - violação do(s) artigo 37, §6º, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º; Lei nº 8987/1995, artigo 25, 31. Insurge-se a reclamada contra sua suposta condenação solidária ao pagamento do dano moral coletivo aos trabalhadores da LOTAXI, no valor de R\$ 500.000,00. Registre-se que inviável o apelo, no particular, por ausência de interesse do Distrito Federal, já que inexistente, no presente processo, condenação solidária do ente público ao pagamento dos valores relativos a dano moral.

Com a devida vênia, igualmente, não merece prosperar a fundamentação utilizada pelo juízo recorrido. **A uma**, pois não se limitou a examinar os requisitos de admissibilidade do Recurso de Revista interposto, mas sim adentrou no mérito recursal, usurpando a competência desta Egrégia Corte Superior do Trabalho. **A duas**, pois há clara violação ao §1º do artigo 71



2155

da Lei n.º 8.666/93, ao §6º do artigo 37 da Constituição e aos artigos 25 e 31 da Lei n.º 8.987/95, no acórdão, tal como destacado na Revista. Expliquemos melhor:

Juntamente com a LOTAXI, o Distrito Federal não pode ser condenado ao pagamento de importância alguma em decorrência da relação contratual entabulada com concessionário de serviço público.

E esse entendimento decorre de expressa previsão legal, contida tanto na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93) quanto na Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95). Ou seja, o acórdão regional acatou posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

Lei n.º 8.666/93:

“Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.” – destaques nossos.

Lei n.º 8.987/95:

“Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

✓

[...]



1154

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

[...]

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente. - negritamos

Outra não pode ser a norma que se extrai dos dispositivos transcritos: **a relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente e permissionário/concessionário será sempre de subsidiariedade e nunca de condenação direta, tal como o fez o acórdão.**

De mais a mais, destaca-se que o próprio **Supremo Tribunal Federal**, na **Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF** – a qual foi ajuizada precisamente pela Procuradoria do Distrito Federal –, certificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, **asseverando que não há responsabilidade *solidária* da Administração Pública por prejuízos de cunho trabalhista por empresas por ela contratadas e que o Poder Público não pode ser diretamente chamado em juízo para responder por tais obrigações.** Dita a ementa do referido aresto:

“RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. **Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração.** **Impossibilidade jurídica.** Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido,



257

procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995.”

(STF – ADC 16/DF – Tribunal Pleno – Rel. Min. Cezar Peluso – J. em 24/11/10)

Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:

“Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.

A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o ‘dano’ considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

(...)

Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo

✓



USA

contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.

(...)

Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado – de natureza extracontratual – não se há de admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.

(...)

Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular. Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.

Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que “a Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrado”.

A aplicação do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar

✓



257

os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.

Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do inadimplemento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada."

Diga-se, ademais, que a obrigação direta de pagamento **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal circunstância, esta não poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, **além de inexistir lei que preveja tal obrigação direta do ente público, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.**

No caso dos autos não há de ser diferente. O Ministério Público afirma que os supostos danos causados aos trabalhadores advêm da má conservação dos ônibus, **má conservação esta que é fruto de conduta exclusiva das próprias empresas concessionárias**, não concorrendo o Distrito Federal em momento algum para que tal situação efetivamente ocorra.

Muito pelo contrário, a Administração Pública Distrital exerce constante fiscalização a fim de evitar que veículos em péssimo estado de

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



2160

conservação possam continuar circulando, conforme amplamente demonstrado por meio das cópias dos autos de infração anexados aos autos.

O que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. **Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.**

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, **o Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer foi mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.



461

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre será subsidiária e nunca solidária.**

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável diretamente por danos causados por concessionárias ou permissionárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSBDI1-Transitória nº 66)**, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a reforma do acórdão com a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminent Doutrinador **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

8



*"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face exclusivamente do causador do dano, sendo a Administração parte ilegítima ad causam na referida ação."² – negritos originais, mas sublinhados nossos.*

Ante tais argumentos, é irrefutável a constatação que o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Em conclusão, não merecem prosperar os argumentos trazidos à colação pelo juízo recorrido, devendo o Recurso de Revista ter o seu processamento autorizado de forma regular.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Distrito Federal requer o conhecimento e provimento do presente agravo de instrumento, a fim de que seja processado seu recurso de revista, para que, por fim, seja conhecido e provido o recurso de revista.

Termos em que pede deferimento.

Brasília/DF, 27 de janeiro de 2015.


Edvaldo Costa Barreto Júnior

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF n.º 29.190

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev, atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, págs. 541/542.